

O moinho do seu José Manjabosco está parado há quase 20 anos

OS MOINHOS COLONIAIS ESTÃO DE VOLTA

O primeiro passo foi dado com a eliminação do subsídio ao trigo. Um mês e pouco depois, a Delegacia da Agricultura tomava uma outra decisão importante: as pequenas unidades coloniais, transformadas, durante muitos anos em sucatas, podem voltar a vender farinha, desde que cadastradas como microempresas.

Páginas Centrais

CUSTOS

Do preparo da terra, plantio e colheita

Última Página



A lavoura de milho da região vai ocupar pouco mais de 63 mil hectares

MILHO

Redução na área é de 12 por cento

Páginas 4 e 5



Além da discussão, a visita ao Terminal

REPRESENTANTES

Um encontro para discutir os rumos da Cooperativa

Páginas 6 e 7

III EXPO-IJUÍ E I FENADI

A festa das etnias

Páginas 8 a 12

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolivar Sparotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Oscar Vicente Silva
Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Beschoner, Oscar Otto Hoerie, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Ângelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielemaker, Ivo Vicente Basco, Paulino Stragliotto, Wagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademir Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhdé, Jorge Alberto Sparotto, Protasio Lottermann, Alvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé de Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godói Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Valter Luiz Drlmeyer, Pedro Afonso Pereira, Valdeci Oli Martineili

Suplentes:
Jayme Wender, Antônio Cândido da Silva Neto, Realdo Cervi

Diretores contratados:
Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmir Hendges, Paulo Roberto da Silva e Walter Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí.....	164.000 t
Ajuricaba.....	33.000 t
Augusto Pestana.....	33.000 t
Chiapetta.....	60.000 t
Cel. Bicaço.....	40.000 t
Sto. Augusto - Sede.....	77.000 t
Sto. Augusto - Es. Umbu.....	50.000 t
Ten. Portela.....	60.800 t
Jóia.....	67.000 t
Rio Grande.....	220.000 t
Dom Pedrito.....	91.000 t
Maracaju - Sede.....	69.600 t
Maracaju - Vista Alegre.....	19.500 t
Sidrolândia.....	52.000 t
Rio Brilhante.....	29.000 t
Dourados - Sede.....	82.000 t
Itaum (Dourados).....	25.000 t
Indápolis (Dourados).....	17.000 t
Douradina.....	17.000 t
Caarapó.....	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualba.....	42.500 t
Ponta Porã.....	29.000 t
Itaporã - Montes.....	17.000 t
Campo Grande - Anhandui.....	17.000 t
Aral Moreira - Tagi.....	17.000 t
Bonito.....	21.800 t
Jardim.....	3.550 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da

AJOCOOP

REDAÇÃO
Dária C. Lemos de Brum Luchese
Carmem Rejane Pereira

REVISOR
Sérgio Corrêa

CORRESPONDENTE

Porto Alegre: Raul Quevedo
Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

Transformados em verdadeiras sucatas durante mais de 20 anos, os moinhos coloniais podem, agora, voltar a operar e vender farinha, como já fizeram tempos atrás. Basta apenas que eles requeiram registro de microempresa. A novidade, resultado de uma decisão da Delegacia da Agricultura, está causando um rebuliço danado no interior do Estado. Os moinheiros, meio desinformados e até certo ponto desconfiados com a notícia já começam a tirar o pó das peneiras, das tolhas e retificar as turbinas. Há ainda quem esteja preferindo reformar as velhas rodas d'água. Quem não está gostando nada de toda essa movimentação são os moageiros beneficiados pelo subsídio ao trigo e pelo sistema de quotas. Não concordam com a decisão da Delegacia da Agricultura e questionam a decisão porque desejam que estas pequenas unidades coloniais continuem trabalhando apenas como prestadoras de serviço. Só no Estado, as 79 empresas credenciadas com quotas industrializaram, no ano passado, 852 toneladas de trigo. É justamente neste ponto que o cartel de moageiros está levando medo. Eles não querem dividir o bolo que durante tantos anos marginalizou os moinhos coloniais. Para melhor esclarecer os pequenos moinheiros, a Associação dos Proprietários de Moinhos Coloniais do Estado, está organizando uma reunião, no dia 20 de outubro, às 9,00 horas na sede da Fetag, em Porto Alegre. O assunto da reunião: o registro de microempresas. Matéria nas páginas 16, 17, 18, 19 e 20.

Os bons preços praticados pela soja nesta última safra e a falta de uma política definida e que realmente dê suporte aos produtos básicos e voltados para o mercado interno, estão levando o milho, novamente neste ano, para uma lavoura na região de pouco mais de 60 mil hectares. A produção na área poderá ser de 12 por cento. Matéria nas páginas 4 e 5.

DO LEITOR

Diversificação e tecnologia



Adão Acosta

No presente momento são intensificadas as propostas de reformas e mudanças no modo de produção agrícola da região, com ênfase prioritária para a diversificação de culturas e atividades. Diversificação é um termo que cada vez mais passa a ser corrente e comum, fruto de um lado pelo esgotamento da capacidade de produzir da maioria dos nossos solos, exauridos na sua fertilidade e na sua estrutura. E de outro lado as respostas econômicas são cada vez mais decrescentes e a verticalização, única saída para os monocultivos, só pode ser conseguida a custos que muitas vezes são inviabilizadores. Assim, antigas lutas de produtores e profissionais por uma agricultura mais sustentável, ganham cada vez mais adeptos de última hora, mesmo entre alguns segmentos que patrocinaram e instrumentalizaram a modernização conservadora da agricultura.

Também os desenvolvimentistas, na busca do produtivismo e da "eficiência" passam a articular e a manejar a tecnologia e seu uso como algo exterior, que têm as respostas e soluções para os problemas enfrentados pela grande maioria dos produtores.

Concebida como a aplicação formal da ciência e do conhecimento, a tecnologia deve ampliar a possibilidade de satisfação das necessidades de toda a população. Portanto, o que

precisa ficar claro é a demarcação que ora deve se impor à visão reducionista da mesma, expressa nos pacotes tecnológicos, que mesmo em sistemas razoavelmente diversificados, são privilegiadores do uso intensivo de capital, portanto caros, complexos, poluentes, degradadores dos recursos naturais e de difícil domínio pelo produtor. O divisor de águas deve estar localizado na visão sistêmica dos agroecossistemas, os quais possibilitam uma melhor utilização da energia, propiciam um meio-ambiente mais equilibrado e uma qualidade de vida superior àquela que temos hoje.

Esta segunda perspectiva pode ser alcançada mediante o uso de tecnologias alternativas e/ou apropriadas, sintetizadas na autonomia e na racionalidade ao ser empregado o conhecimento e o conjunto das técnicas num espaço determinado e sob as condições sociais, culturais e econômica a que estão submetidos os agricultores. Dessa forma a diversificação de culturas passa a ter aplicabilidade e conceito mais largos, na medida em que é gestada e gerida pelos seus interesses dos direitos, possibilitando que suas experiências sejam sistematizadas, vitalizadas e unidas ao saber científico. Seguramente os produtos agrícolas resultantes desse processo, principalmente os alimentos, têm qualidade biológica superior, a ecologia sofre menor dano e as unidades de pequena produção familiar são mantidas e conseguem reproduzir-se.

Essas colocações não excluem a necessidade da busca e do domínio das tecnologias de ponta, tarefa vital a ser desempenhada também, pois na era da internacionalização da economia não podem ser abandonados segmentos como o da biotecnologia, que deverá desempenhar papel fundamental na agricultura num futuro muito próximo e hoje intensamente pesquisada pelas grandes empresas monopolistas da

Ijuí e região realizam de 10 a 19 de outubro, no Parque Regional de Exposições Assis Brasil, a III Expo-Ijuí e I Fenadi. A promoção é da Prefeitura Municipal de Ijuí e Associação Comercial, com o apoio da Cotrijuf e Unijuf. Essa III Expo-Ijuí, segundo os seus organizadores vem com uma proposta mais avançada, atingindo não apenas aquelas áreas costumeiramente envolvidas, mas também a agropecuária e a cultura. Para reforçar esta nova proposta, veio, também, a Festa das Culturas Diversificadas, o resultado da heterogeneidade étnica da região. A manifestação cultural está bastante acentuada nesta I Fenadi, através de vários Centros Culturais e da participação de vários grupos étnicos que fazem questão de mostrar, a quem for até o Parque Assis Brasil, um pouco de seus valores, sua arte, seus trajes típicos, até agora guardados no fundo do baú. Matéria nas páginas 8, 9, 10, 11 e 12.

Aviabilização do processo de verticalização na Cotrijuf e um maior incentivo à modalidade de preço médio na comercialização dos produtos da Cooperativa. Estas foram as duas principais sugestões apresentadas pelos representantes da Cotrijuf. Regional Pioneira, durante um encontro realizado na Colônia de Férias em Rio Grande. O encontro serviu ainda para um contato entre os produtores e as gerências do Terminal Luiz Fogliatto. páginas 6 e 7.

De depois da gritaria dos produtores, das pressões da Cooperativa Central Gaúcha de Leite e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o leite excesso acabou sendo aprovado pelo conselho da Central. Em setembro e outubro a medida vai ser aplicada. Os outros meses, no entanto, dependerão da situação do consumo e da aquisição do governo, através de AGFs, que poderão reduzir os grandes estoques mantidos pela Central. Página 13.

agricultura. Sem ingenuidade e ilusão, essas são formas objetivas de resistência e enfrentamento dos pequenos produtores, embora não garantam por elas mesmas as metas perseguidas. A garantia dessa perspectiva está na capacidade de organização e de luta dos agricultores, hoje à beira da falência e da exclusão do processo produtivo.

Adão Acosta é engenheiro agrônomo e supervisor de Produção de Sementes da Cotrijuf na Região Pioneira.

Correção: Na reportagem a Cotrijuf, Unidade de Chiapetta, da edição de agosto/87, trocamos o nome do agricultor Nelci Otonelli.

30 anos da Cotrijuf

Cumprimentamos vossa Senhoria, e vimos com muita satisfação, por intermédio desta, atender solicitação deste Legislativo em parabenizar os associados e funcionários da Cotrijuf que no mês de julho completou seu 30º aniversário de fundação. Neste sentido, os vereadores deste município demonstram por unanimidade, a sua solidariedade a esta Cooperativa que desenvolve um excelente trabalho comunitário em torno as cidades em que atua.

Estamos parabenizando a comunidade Cooperativista, para que cada ano possamos comemorar mais um aniversário deste que tem como objetivo o desenvolvimento e o bem estar coletivo.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos do ensejo para manifestar a nossa profunda estima e consideração.

Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Bicaço

Observação: A moção de cumprimentos aos funcionários, associados e direção da Cotrijuf pelos seus 30 anos foi apresentada pelo vereador José Nilton Salet e aprovada por unanimidade pelos demais.

Muitos casos de falência

O agricultor gaúcho vive hoje uma situação parecida com um velho ditado que já correu muito por esse Rio Grande: se correr o bicho pega, se parar o bicho come. Descapitalizados e endividados até o pescoço, ele é obrigado a voltar aos bancos e buscar financiamentos para poder continuar plantando. Deixar de plantar não dá. Afinal, a terra é o seu instrumento de trabalho, o seu ganha pão. Mas enquanto espera melhores dias, as contas continuam acumulando e indo parar nos cartórios, resultando na falência de muitos agricultores. Um exemplo dessa situação de insolvência na agricultura gaúcha, acontece no vizinho município de Cruz Alta, distante de Ijuí há pouco mais de 40 quilômetros, onde, apenas nos dois últimos meses, deram entrada no Fórum, 920 ações cíveis. Destas, 800 são ações executivas, quase todas contra agricultores que não estão podendo pagar as suas contas. E tanto em Cruz Alta como em municípios da região, já nem se conta mais nos dedos o número de agricultores em situação semelhante e alguns até com prisão domiciliar decretada.

Mas vem do município de Júlio de Castilhos uma notícia que pode significar uma "luz no fim do túnel" para esses pequenos agricultores que hoje encontram-se num beco sem saída. Um agricultor, endividado e sem condições de saldar seus compromissos junto a uma financeira, teve suspensão, pela justiça eleitoral, a penhora de seu pedaço de terra. A justiça, acatando o argumento da advogada do agricultor, entendeu que a terra — uma área de seis hectares —, era o seu instrumento de trabalho e, portanto, não poderia ir a leilão. Foi um caso isolado, mas que pode servir de exemplo para muitas outras situações semelhantes. Mas não é só o agricultor gaúcho que vive essa situação de penúria. Em São Paulo, Antônio Reinaldo de Souza, 42 anos, da cidade de Batatais, decidiu, para se livrar das contas, rifar a sua fazenda de 521 hectares, localizada no município de João Pinheiro, Minas Gerais. Cada número da rifa está sendo vendido ao preço de Cz\$ 7 mil e deverá correr pela Loteria Federal do dia 19 de dezembro. É mais uma mostra de que alguma coisa está andando mal pelos caminhos da agricultura brasileira.

O Plano Guarda-Chuva

Foi assinado, no dia 5 de setembro, um convênio com o governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. O convênio, conhecido como "Plano Guarda-Chuva", visa a execução de um programa de pesquisa e difusão tecnológica através da experimentação e respectiva multiplicação de material genético básico, de origem animal e vegetal. O convênio tem em vista, também, viabilizar a realização de pesquisa em área de atividade agropecuária, silvícola, de recursos naturais, biotecnologia e de agricultura alternativa.

O documento foi assinado pelo secretário Jarbas Pires Machado e pelo diretor presidente da Cotrijul, Oswaldo Olmiro Meotti. De acordo com o convênio, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento colocará à disposição da Cotrijul, sementes de diversas espécies de culturas, mudas florestais, reprodutores zootécnicos, além de intensificar um trabalho de integração mediante a organização conjunta de treinamentos, encontros profissionais, reuniões e visitas no âmbito de suas bases.

Para o Secretário da Agricultura e Abastecimento, a assinatura do convênio com a Cotrijul representa o reconhecimento oficial de um

trabalho pioneiro. "É a oportunidade, disse na ocasião, de Estado e Cotrijul caminharem lado a lado no sentido de construir uma agricultura que ofereça melhores condições de vida aos pequenos agricultores gaúchos. Oswaldo Meotti vê o convênio como uma forma de reconhecimento pelo trabalho que a Cotrijul vem tentando realizar há vários anos. Disse ainda que muitos destes projetos, que anos atrás não passavam de sonhos, hoje são uma realidade, citando como exemplo, os programas de aves, suínos, peixes, entre tantos outros.

Os trabalhos serão desenvolvidos pelos quadros técnicos de ambas as instituições, com uso da infra-estrutura já existente: estações experimentais, laboratórios, centros de treinamentos. O primeiro encontro reunindo as duas entidades responsáveis pelo andamento do Plano Guarda-Chuva, aconteceu no dia 17, no Centro de Treinamento da Cotrijul. Foi uma reunião informal, onde o diretor geral do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura, Nádio Antônio Barni, acompanhado dos diretores das estações Experimentais ligadas a Secretaria, teve a oportunidade de conhecer os trabalhos que vêm sendo realizados pela Cotrijul no CTC.

O número de brasileiros

Somos 141 milhões e 400 mil brasileiros. A informação está contida no Anuário Estatístico do Brasil/1986, lançado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Pela projeção feita para este ano, a densidade demográfica é de 16 habitantes por quilômetro quadrado. Na região Sudeste a densidade demográfica é de 67 habitantes por quilômetro quadrado; na Sul é de 37; Nordeste é de 26; na região Norte é de 2 e a região Centro-Oeste apresenta apenas 5 habitantes por cada quilômetro quadrado de área.

A região mais populosa é a Sudeste, formada por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Com 924.935 quilômetros quadrados, a sua população chega a 61 milhões de habitantes. Apenas no estado do Rio de Janeiro, a concentração populacional chega a 300 habitantes por quilômetro quadrado, totalizando a 13 milhões e 300 mil habitantes.

A população economicamente ativa, segundo o Anuário e levando em conta as pesquisas realizadas em 1985, é de 55.098.494. Desta população, 66,5 por cento são formados por homens e 33,5 por cento por mulheres. 42 por cento destes trabalhadores brasileiros ganham até um salário mínimo ou então, não recebem remuneração nenhuma. A região Nordeste é a única que apresenta um percentual acima da média nacional em termos de baixa remuneração: 62,6 por cento. Na região Sul este percentual se situa em torno de 40 por cento; na Centro-Oeste em 34,9 por cento; na Sudeste em 31,7 por cento e na região Norte em 28,9 por cento. Na região Sudeste, 6,6 por cento dos trabalhadores ganham mais de 10 salários mínimos; na Centro-Oeste 6,5 por cento; na região Sul 4,9 por cento; na Norte 4 por cento e na região Nordeste apenas 2 por cento.

Os brasileiros sem instrução alguma ou com menos de um ano de estudo representam 19,3 por cento dos trabalhadores.

A projeção para o ano 2000 é de que a população brasileira aumente em 27 por cento, chegando 179,5 milhões de habitantes. Segundo projeção feita pelo Anuário, as áreas de maior população apresentarão menor crescimento e a explosão vai acontecer mesmo é na região Norte.

Um pássaro na turbina

Com mais de dois anos de funcionamento, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, tem atualmente o seu quarto titular: é o ex-governador do Pará, Jader Fontenelli Barbalho. Visto com uma boa dose de desconfiança pelas entidades de trabalhadores rurais que estão interessados em uma "reforma agrária massiva", Barbalho assumiu uma das pastas mais tensas do governo no dia 22 de setembro, 14 dias após a morte do ex-ministro do Mirad Marcos Freire. Acompanhado de mais oito pessoas, entre eles o presidente do Inbra, José Carlos Raduan, Freire

pretendia retornar a Brasília, quando o jatinho HS, da FAB, que os levaria até capital federal, explodiu seis segundos depois de decolar do aeroporto de Carajás, deixando poucos vestígios sobre as causas da explosão. O acidente está sendo investigado por uma comissão técnica da Aeronáutica. Entre as várias possibilidades que surgiram nestes últimos dias, como falhas no motor, guerrilheiros nicaraguenses, a Comissão parece ter escolhido como mais aceitável, a entrada involuntária de um pássaro na turbina.

CURTAS

■ O Grupo de Trabalho do Trigo do Rio Grande do Sul, que reúne todas as entidades envolvidas com a triticultura, enviou ao Ministério da Agricultura, no início do mês de setembro, um documento pedindo a revisão do preço para compra do trigo nacional. A justificativa do Grupo para o pedido: na estipulação do preço de Cz\$ 512,50 o saco de 60 quilos para a safra 87, não foi computada a variação do valor das OTNs no período de 15 a 31 de agosto. Se o atual preço persistir, os triticultores acreditam que vai acontecer uma redução na área de plantio; uma diminuição no uso da tecnologia, maior uso do Proagro.

■ Banco do Brasil está usando os recursos da Caderneta de Poupança Rural, para o custeio da próxima safra. Para poder fazer tal uso, terá, antes de tudo, que pagar a diferença entre a variação da LBC e a variação da OTN no mês de setembro. Isso tudo porque a Caderneta Rural tem que ser remunerada pela LBC mais 7 por cento de juro ao ano e os créditos rurais são remunerados pela OTN mais 9 por cento de juro ao ano. Dos Cz\$ 31 bilhões aplicados em custeio apenas no mês de setembro, Cz\$ 15 bilhões são provenientes da Caderneta Rural.

■ Já está certo um novo reajuste para o leite. O anúncio foi feito pelo Superintendente da Sunab no dia 22 de setembro, embora não tenha estabelecido o percentual de reajuste. Enquanto isso, a Comissão Permanente do Setor Leiteiro já tem em mãos uma nova planilha de custos para a atividade e que está sendo encaminhada aos Ministérios das Fazenda e do Planejamento. A Comissão também está solicitando a manutenção dos reajustes trimestrais para o preço do leite, que deverá sair em meados de outubro.

■ O Rio Grande do Sul conta, desde domingo, dia 20, com mais 30 novos municípios. São agora 274 municípios em todo o Estado. Os 30 distritos que realizaram consultas plebiscitárias envolveram 67.308 eleitores de um total de 90.052, com um aproveitamento de 74 por cento. Como o voto não é obrigatório nas consultas plebiscitárias, o "sim" levou 90,9 por cento em relação ao total de votantes. O voto "não" totalizou 5.904, representando 6,55 por cento em relação ao eleitorado cadastrado. O voto "sim" também garantiu a anexação de Santa Clara, ex-distrito de Cruz Alta, a Fortaleza dos Valos. Falta agora, apenas a formalização dos novos municípios, a ser feita pela Assembleia Legislativa. As primeiras eleições acontecem no ano que vem.

O Sindicato dos técnicos

Os técnicos agrícolas do Rio Grande do Sul concretizaram, no último dia 19, durante uma assembleia geral realizada em Porto Alegre, uma antiga aspiração: a fundação do seu sindicato. Durante o encontro também foi eleito o primeiro diretor do sindicato, tendo na presidência Dirceu José Boniatti, de Porto Alegre. Pedro Pittol, de Ijuí, foi eleito 2º vice-presidente. Criado o Sindicato, agora a luta é pela obtenção, junto ao Ministério do Trabalho, da Carta Sindical. "A entidade também vai lutar, diz Pedro Pittol, por melhorias no mercado de trabalho, no nível salarial, por uma reforma agrária e eleições diretas para presidente em 88".

A decisão dos produtores

As previsões mais pessimistas estão se confirmando: o milho terá sua área reduzida, na região, em 12 por cento nesta próxima safra. Quem vem por trás desta redução é a soja, que volta a apresentar uma nova arrancada, causada pelos bons preços praticados, principalmente, no final da comercialização. Ao milho, cabe mais uma vez, infelizmente, a condição de cultura marginalizada. "O milho, reclama Valmir João Antonello, pela trabalhada e mão-de-obra que dá, precisava valer o dobro. Ele responsabiliza a política agrícola do governo por essa situação, "pois na safra passada mandou plantar, mas não garantiu a produção.

O Valmir planta, junto com o pai, seu João Antonello, 120 hectares localizados na Linha 11 Leste, na Floresta, Ijuí. Na safra passada eles plantaram três hectares de milho híbrido, da Cargill, o mesmo tanto de milho da variedade BR-106 e um tanto de dente-de-cão. Foram bem com a lavoura, mas o milho BR-106 em função de problemas sanitários na lavoura, não foi destinado para semente. "Foi uma zebra que aconteceu, mas guardamos semente em casa e vamos plantar essa mesma de novo nesta safra", diz Valmir.

Os Antonello pretendem plantar ainda mais uns dois hectares de milho, das variedades BR-196 e uma crioula, mais conhecida pelo nome de dente-de-cão. "É um material antigo que plantamos todos os anos só para não perder a semente, explica. Ela não rende tanto como a outra variedade,

mas compensa. Produz apenas uma espiga, mas é graúda e os grãos são de qualidade e macios. Não pretende plantar mais milho híbrido nesta safra.

Milho para o comércio, os Antonello não querem saber de plantar. O preço praticado pelo governo e a mão-de-obra inviabilizam o plantio, alega Valmir. A soja dá menos mão-de-obra e vale mais. E só colher e largar no caminhão". Se é para plantar milho para o comércio, então é melhor plantar a soja, complementa um vizinho do Valmir, o seu Zica Bigolin. Só com um saco de soja, se compra dois sacos de milho e isso que agora, ele está valendo um pouco mais".

O seu Zica Bigolin planta, junto com três filhos, em 72 hectares de terra, localizados pelas imediações de Linha 11 Leste. Para a próxima safra, acredita que vai plantar uns cinco hectares de milho da variedade BR-105 e um pouco de dente-de-cão. Na safra passada ele já plantou o BR-105 e se deu muito bem. Vendeu uma tonelada de semente para a Cooperativa e ainda ficou com milho estocado em casa, que é para o trato do gado de leite, dos suínos e das galinhas.

Ele plantou o BR-105 já meio no tarde, quase no final de novembro, na resteva do trigo. A planta pegou uma sequinha na época da floração, mas assim mesmo, produziu muito bem. Reconhece que é um milho mais duro que o dente-de-cão, por exemplo, mas fornece aos animais junto com a ração ou então triturado com sabugo e palha. "Tenho plantado o dente-de-



Valmir Antonello



Zica Bigolin



Pedro Bieleski

cão mais para conservar a semente, mas confesso que estou gostando mais do BR-105. O dente-de-cão é um milho macio, mas o rendimento é muito baixo. Vou plantar mais este ano ainda". De qualquer forma, seu Zica diz que nenhum produtor pode deixar de plantar milho na sua propriedade. "O milho é uma cultura que não se pode deixar de plantar. Quem planta milho, tem ovos, leite, carne, banha na propriedade".

UMA EXPERIÊNCIA

O seu Osmildo Pedro Bieleski, proprietário de 27 hectares de terra localizados em galpões, interior de Coronel Bicaco, vai plantar neste ano, pela primeira vez, um tanto de milho da variedade Empasc-152. Ele vai plantar uns dois hectares e só. "Não pretendo plantar milho híbrido. Vou plantar porque o pessoal da Cotrijuf vem falando que é uma variedade parecida com o milho comum e fácil de fazer semente". Mas anos atrás, seu Osmildo já chegou a plantar até seis hectares de milho. Veio reduzindo a área porque não trabalha mais com suínos. "Para comércio, não compensa plantar".

"O milho, alerta o Léo Góti, diretor do Departamento Agrotécnico da Cotrijuf, é uma cultura que precisa continuar sendo cultivada e transfor-

mada em leite, carne, ovos". Ele lamenta que nesta safra, o produtor vá plantar menos milho em benefício da soja que está aumentando de área. "O que estamos assistindo, em termo de redução na lavoura de milho, são reflexos dos bons preços praticados para a soja neste ano.

Para o Léo, só não vai plantar milho ou reduzir a área de plantio aquele agricultor que planta para o comércio. "Os nossos produtores, principalmente aqueles que estão fazendo parte dos programas cooperados da área animal, vão continuar plantando milho, até porque, é uma forma de baratear os custos de produção. E a nossa orientação é para que o agricultor mantenha na sua propriedade, sempre uma lavoura de milho".

Nesta safra está chegando às mãos de um maior número de associados da Cotrijuf sementes das variedades de polinização aberta — Empasc-151, Empasc-152, BR-106 e CEP-304. No ano passado foram produzidas 50 toneladas de semente destas variedades e a expectativa, para a próxima safra, é de que sejam produzidas 100 toneladas. Além dessas variedades, a Cotrijuf está lançando a CTC-11, a CTC-12 e a CTC-13, todas elas selecionadas a partir de materiais coletados de produtores da região.

Aumenta a área de soja

O milho continua na corda bamba. Tem anos que aumenta de área, outros volta a perder espaços. Na safra 83/84 ele chegou a aparecer como a grande vedete das culturas de verão, ocupando 84 mil hectares de lavoura na região. Enquanto ele aumentava de área em 13,51 por cento, a soja diminuía, reduzindo de 293.500 hectares plantados na safra anterior para 287.510 hectares. Na lavoura seguinte, nova surpresa: a lavoura de milho foi reduzida em 2,04 por cento, voltando a crescer na safra 85/86. Na safra 86/87, quando o governo decidiu dar prioridade a produção de alimentos, o milho voltou a ocupar 71.770 hectares. Mas como a tal de prioridade à produção de alimentos ficou apenas no papel, o milho voltou a sua condição de lavoura de subsistência.

Pelas primeiras previsões de área de plantio para a região de atuação da Cotrijuf na Pioneira e levantadas pelo Lufs Juliani a área de milho deverá sofrer, nesta safra, uma redução de 12,22 por cento, caindo dos 71.770 hectares cultivados na safra passada para pouco mais de 63 mil hectares. A redução na área de milho, para a próxima safra, no entanto, não chega a ser uma surpresa. Em outras regiões ela chega a 25 por cento. Ela vinha sendo esperada desde a divulgação, pelo governo, dos novos preços mínimos, que de forma alguma, agradaram aos agricultores. Outro fator que, neste ano, vem puxando o milho para bai-

xo, foram os bons preços da soja praticados principalmente no final da comercialização.

A área de soja volta a crescer, o que também já vinha sendo esperado. Ela passa dos 286 mil hectares plantados no ano passado para 305.500 hectares, a maior área de soja desde a safra 81/82. O aumento na área é de 6,82 por cento. A soja, que continua como o carro-chefe das demais culturas de verão, não só está ocupando espaços destinados a lavoura de milho, mas também os de feijão e de sorgo. Além de ser amparada por toda uma política agrícola voltada para os produtos de exportação, ela ainda conta com toda uma infra-estrutura — comercialização, armazenagem, recebimento — a seu favor.

AS DEMAIS CULTURAS

O arroz, pelas previsões, deverá apresentar uma área maior do que a plantada na safra passada. A área deverá passar dos 2.300 hecta-

res para 2.650 hectares, com um aumento de 15,22 por cento. O feijão está perdendo espaços. A redução na sua área ficará, certamente, ao redor dos oito por cento. Dos 3.250 hectares plantados no ano passado, a área desce para 3.000 hectares. Mas é o sorgo a cultura que vem apresentando a maior redução de área: 29,29 por cento.

As forrageiras de verão — milheto, pensacola, setária, pânico, entre outras —, continuam em plena expansão pela região. O aumento na área ocupada com forrageiras será de 12,64 por cento. Ou seja, nesta próxima safra deverão ser plantados, apenas na região, 15 mil hectares de pastagens, sendo 10 por cento destinadas a produção de sementes. O restante da área será destinada a pastagens do rebanho leiteiro, principalmente. É claro que a área ocupada pelas forrageiras de verão não pode ser comparada, nem de perto, com a área ocupada durante o inver-

no. Só neste inverno, por exemplo, a aveia, azevém, trevos, entre outras, ocuparam 66.791 mil hectares.

As previsões de plantio para a próxima safra variam de uma região para outra. Em Tenente Portela, por exemplo, os agricultores vão continuar plantando a mesma área de milho do ano passado: 25 mil hectares. A área de soja deverá ficar mais ou menos igual, ao redor dos 38.500 hectares. Em Ijuí a área de soja deverá se situar ao redor dos 64 mil hectares e a de milho em 10 mil hectares. Os produtores da região de Santo Augusto estão se preparando para plantar 63 mil hectares de soja e apenas quatro mil hectares de milho. Em Chiapetta serão plantados 30 mil hectares de soja e apenas 1.500 hectares de milho, enquanto que em Jóia serão plantados 33 mil hectares de soja e três mil de milho. Em Ajuricaba serão plantados sete mil hectares de milho e em Coronel Bicaco 8.500 mil.

Demonstrativo da área plantada e rendimento médio obtido com as culturas de verão. Região Pioneira. Cotrijuf.

Culturas	1982/83		1983/84		1984/85		1985/86		1986/87		1987/88	
	Área (ha)	Prod. (Kg/ha)	Área (ha)	Prod. (Kg/ha)	Área (ha)	Prod. (Kg/ha)	Área (ha)	Prod. (Kg/ha)	Área (ha)	Prod. (Kg/ha)	Área (ha)	Prod. (Kg/ha)
Soja	293.500	1.825	287.510	1.800	288.170	1.606	296.000	- o -	286.000	- o -	305.500	- o -
Milho	74.000	2.551	84.000	2.225	54.600	2.357	63.710	- o -	71.770	- o -	63.000	- o -
Arroz	1.580	1.772	1.700	2.081	1.380	2.014	1.580	- o -	2.300	- o -	2.650	- o -
Feijão 1*	1.930	481	1.620	575	1.448	453	2.180	- o -	3.250	- o -	3.000	- o -
Feijão 2*	1.340	455	936	491	1.121	390	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -
Sorgo	- o -	- o -	580	2.036	739	2.393	1.626	- o -	4.950	- o -	3.500	- o -
Forrageiras	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	13.317	- o -	15.000	- o -

Fonte: Boletins Informativos Semanais Safras

As variedades recomendadas

O milho é uma cultura amplamente difundida, com grande amplitude de cultivo nas diversas regiões agrícolas do país. Mas apesar dos esforços no desenvolvimento de genótipos com elevado potencial de produtividade e da tecnologia disponível, as lavouras têm revelado baixo rendimento médio de grãos. Tanto isso é verdade, que a média brasileira de produtividade, nas regiões tradicionais produtoras da cultura tem ficado em torno de 2.100 quilos por hectare.

No Rio Grande do Sul a produtividade do milho é considerada baixa e entre as causas para este rendimento destacam-se degradação das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo; a escassa utilização de fertilizantes e corretivos; a incidência de pragas e ervas daninhas, além de uma política de produção de milho ineficiente.

A Tabela 1 mostra os rendimentos médios nas distintas regiões fisiográficas do Estado, revelando uma produtividade em torno de 2.000 quilos por hectare. A semente constitui-se num dos insumos básicos à agricultura, sendo elemento chave para incrementar a produtividade, desde que os demais componentes tecnológicos sejam considerados para proporcionar um ambiente próprio para o desenvolvimento da cultura. Através de melhoramentos genéticos, tem-se obtido cultivares de milho com alto potencial de rendimento

de grãos, no entanto, a expressão deste caráter tem sido limitado por fatores de ambiente.

Os resultados obtidos pela Emater, através de seu programa de assistência técnica e extensão rural, revelam médias de rendimento de grãos não superior a 6.000 quilos por hectare, ficando aquém do potencial de produtividade das cultivares híbridas recomendadas. Desta forma, fica evidente que o potencial das cultivares de milho híbrido não tem sido aproveitado na sua magnitude, visto que as mesmas têm revelado produtividade superior a 10 mil quilos por hectare em condições ideais de produção. (Tabela 2).

Os próprios extensionistas da Emater revelaram na 32ª Reunião Técnica Anual do Milho, realizada em Porto Alegre de 4 a 6 de agosto deste ano, que a produtividade média das principais regiões produtoras de milho tem ficado em 2.069 quilos por hectare. Isso que na safra 86/87 ocorreram condições climáticas favoráveis para o desenvolvimento da cultura. Outro aspecto importante, levantado na ocasião por José Cândido Ribeiro, agente regional da CFP, é de que 86 por cento da produção de milho do Estado é originária de 408 mil propriedades rurais com média de 15 hectares cada uma e que correspondem a 25 por cento do território gaúcho. Esta conjuntura explica os baixos rendimentos da cul-

tura. Continua sendo uma cultura de subsistência, desenvolvida na pequena propriedade com adoção de tecnologia moderada.

Por esta razão, a necessidade de alternativas agrônomicas e economicamente viáveis para este tipo de exploração. A utilização de variedades de milho de polinização aberta poderia fazer parte deste sistema de produção. A Cotrijuf tem avaliado as variedades Empasc-151, Empasc-152, CEP-304, e algumas populações denominadas "crioulas" com o objetivo de colocar para os produtores uma opção de cultivo em propriedade onde não tem sido possível adotar tecnologia adequada. É importante ressaltar que não estamos negando o progresso genético obtido no desenvolvimento de cultivares híbridas. Os resultados de ensaios da rede oficial de pesquisa no Estado, obtidos no período de 82 a 86 revelam diferenças pouco expressivas entre variedades e híbridos, quando comparadas as suas médias de produção. Por outro lado, anível de lavoura, não foram identificadas diferenças significativas na produtividade entre as variedades Empasc-151 e Empasc-152, quando comparadas com os híbridos comerciais (Tabela 3). Comportamento semelhante é observado em Santa Catarina, onde estas duas variedades são recomendadas para plantio.

Portanto, diante do tipo de la-

Luiz Volney Mattos Viau
Francisco Tenório Falcão Pereira

voura praticada na região e dos resultados já obtidos, consideramos viável a utilização das variedades Empasc-151 e Empasc-152, tendo em vista que:

- A lavoura de milho no Estado caracteriza-se por ser de subsistência e conduzida em pequena propriedade;
- Segundo depoimentos de assistentes técnicos regionais da Emater das regiões de Santa Maria e Porto Alegre, durante a 32ª Reunião Técnica do Milho, a produção deve ser destinada para o consumo na propriedade;

- Os dados de pesquisa de lavoura não evidenciam diferenças expressivas entre as variedades e híbridos;

- Os insumos apresentam alto custo, dificultando a adoção de alta tecnologia na lavoura de milho;

- Na última safra foram registrados reclamações sobre o comportamento de alguns híbridos;

- A semente das variedades poderá ser colocada ao produtor a um custo inferior ao da semente híbrida;

- A falta de uma política de estímulo à produção de milho, tem ocasionado problemas de comercialização, preço, recebimento e armazenagem;

- O grande interesse de produtores e cooperativas na utilização destes genótipos;

- A Fecotrijo e a Cotrijuf encontram-se credenciadas para produzir sementes de milho.

TABELA 3: Média de Rendimento de Grãos (Kg/ha) de variedades e híbridos em lavouras de milho na Região Pioneira da Cotrijuf na safra 86/87. 1987.

Local	EMPASC 151		EMPASC 152		HÍBRIDO	
	Nº Lavoura	Kg/ha	Nº lavoura	Kg/ha	Nº Lavoura	Kg/ha
Ijuí	01	2.400	02	2.950	05	2.960
Santo Augusto	06	2.639	02	4.000	07	3.155
Palmeira das Missões	—	—	01	3.960	01	3.850
Tenente Portela	—	—	02	3.300	03	3.700
Ajuriçaba	04	3.425	—	—	05	3.140
Média	11	2.831	07	3.553	21	3.361

TABELA 1: Rendimento Médio de Grãos de Milho (Kg/ha) obtido em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. 1985.

Região	Rendimento Médio de Grãos (kg/ha)
Porto Alegre	1585
Colonial da Encosta da Serra Geral	1958
Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	1755
Caxias do Sul	2442
Colonial do Alto Uruguai	2635
Colonial do Baixo Taquari	2384
Santa Cruz do Sul	1926
Vale do Jacuí	1582
Santa Maria	1867
Lagoa dos Patos	1452
Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	934
Lagoa Mirim	1290
Alto Camaquã	1492
Campanha	1276
Cruz Alta	1755
Colonial das Missões	2134
Colonial de Santa Rosa	2358
Colonial de Iraí	2052
Colonial de Erechim	2239
Colonial de Ijuí	2102
Passo Fundo	1894
Colonial de Alto Jacuí	2736
Soledade	2209
Campos da Vacaria	1720

FONTE: BREZOLIN, M. 1985. A Assistência Técnica e Extensão Rural em Milho no Estado do Rio Grande do Sul. XXX Reunião Técnica Anual do Milho. 1985.

TABELA 2: Rendimentos de grãos de milho (Kg/ha) em unidades de observações das variedades EMPASC-151 e EMPASC-152 realizadas em Santa Catarina nos períodos 82/83 a 84/85 - CNPP/EMPASC. 1985.

Município	RESULTADOS MÉDIOS DE 3 ANOS					
	EMPASC-151		EMPASC-152		TES. HÍBRIDA	
	Kg/ha	Nº Unid.	Kg/ha	Nº Unid.	Kg/ha	Nº Unid.
Chapecó	5106	62	5094	62	5421	63
São Miguel do Oeste	3475	20	4181	20	3637	17
Concórdia	3861	9	4781	9	4677	16
Videira	4626	5	4452	6	4457	6
Joaçaba	4880	5	5036	7	5482	9
Lages	3345	10	3438	8	3998	5
Rio do Sul	4566	13	4527	14	4305	6
Jaraguá do Sul	4518	10	4664	9	3712	9
Mafra	3468	5	3649	6	3785	6
Itajaí	3950	10	3955	6	3755	9
Tubarão	5625	4	5600	2	5093	4
Criciúma	3309	7	3920	9	3980	10
Florianópolis	—	—	5372	2	6060	2
Média	4250		4513		4489	
Índice (%)	95		101		100	
Nº Unidades	160		160		162	

Entidades Executoras/Responsáveis: EMATER/ACARESC; COOPERALFA - Departamento Técnico; COOPERLAC - Departamento Técnico; COOPERCAMPOS - Departamento Técnico; COOPERITAIPU - Departamento Técnico; COOPER SÃO MIGUEL DO OESTE - Departamento Técnico;

CONCLUSÃO: Computados os rendimentos em Kg/ha das unidades de observação realizadas nos anos agrícolas 1982/1983, 1983/1984 e 1984/1985, nas treze regiões administrativas da EMATER/ACARESC, obteve-se os seguintes resultados:

1. A variedade EMPASC-151, num total de 160 unidades de observação apresentou rendimento de 4.250 kg/ha, com um índice relativo de 95 por cento do rendimento médio das testemunhas híbridas.
2. A variedade EMPASC-152 Oeste avaliada em 160 unidades de observação apresentou rendimento de 4513 Kg/ha, com índice relativo de 101 do rendimento médio das testemunhas híbridas.
3. O rendimento médio apresentado pelas testemunhas híbridas em 162 unidades de observação foi de 4489 Kg/ha, correspondendo ao índice de 100 por cento.

Luiz Volney Mattos Viau e Francisco T. Falcão Pereira são engenheiros agrônomos, coordenadores do Programa de Milho da Cotrijuf

Em Rio Grande a discussão dos rumos da Cooperativa

Num encontro que durou três dias, os representantes da Cotrijuf, Regional Pioneira, estiveram debatendo os rumos da cooperativa e as modalidades de comercialização.

Para analisar e elaborar subsídios para a comercialização, conhecer melhor a estrutura empresarial da empresa e discutir os rumos da Cooperativa. Estes foram os objetivos do encontro de representantes e diretoria, em Rio Grande, que teve também a participação de funcionários, lideranças e mulheres da Cotrijuf, Regional Pioneira. Realizado em duas etapas, 24, 25 e 26 de setembro e 1º, 2º e 3º de outubro — o encontro contou com representantes das oito unidades, os quais discutiram as sugestões da diretoria e apresentaram algumas propostas sobre modalidades de comercialização, agro-industrialização e estrutura do poder.

Na pauta do encontro, além das idéias apresentadas pela diretoria e a discussão sobre comercialização, os representantes tiveram a oportunidade de entrar em contato com as gerências do Terminal Luiz Fogliatto e da Transcooper, que falaram sobre o funcionamento legal e atuação das empresas. Além deles, a palestra com José Carlos Krüger, analista de mercado da Cotriexport, que abordou as influências internas e externas na determinação dos preços e o sistema de comercialização da Cooperativa, pelo vice-presidente da Regional, Celso Sperotto.

IDÉIAS

"Se não estamos nos perdendo em otimismo, também não temos razão para pessimismo". A avaliação é do presidente da Cotrijuf, Oswaldo Meotti, durante a abertura do encontro, ao fazer algumas considerações sobre o momento atual e as perspectivas da Cooperativa, dentro de um programa de verticalização da produção e reformulação dos recursos humanos da organização empresarial e o aperfeiçoamento da estrutura de poder. Destacando o espírito cooperativista da Cotrijuf, nestes 30 anos, Meotti lembrou o período difícil por que passou a Cooperativa, quando, depois de contrair muitas dívidas, 85 por cento do patrimônio esteve comprometido e não crescia conforme a inflação. Este foi um período em que a economia nacional enfrentava as mesmas dificuldades", analisou o presidente, comentando a "época dos cortes nos investimentos e da parada para uma reflexão sobre o enfrentamento da situação".

"Como uma lavoura endividada, mas que precisa de correção de solo", a Cooperativa priorizou alguns investimentos e começou a recuperar o fôlego, através de uma maior participação do quadro social, a partir de 1985, o que a levou a uma redução da dívida para 20 por cento. O contexto econômico nacional e até internacional, no entanto, segundo Meotti, tem demonstrado que, hoje, "as intempéries não são menores". Se até o início da década de 80 vivíamos a época do volume, a bolsa de Chicago pagava bem, hoje, os mercados estão mais fechados, o País capta menos recursos e o poder aquisitivo caiu".

Baseado nesta conjuntura de instabilidade econômica, onde aparece a aplicação do leite excessivo, uma política precária de preços mínimos para os produtos voltados ao mercado interno e a manutenção da tablita, Meotti deixou claro a necessidade de um acompanhamento intenso não só por parte da diretoria, como também de



As discussões entre os representantes e a diretoria



todo o quadro associativo, "para uma busca de soluções dentro desta política", principalmente no que diz respeito a uma maior eficiência na comercialização. Apontando três importantes caminhos a serem seguidos pela Cooperativa, o presidente chamou a atenção para um melhor aproveitamento dos produtos, através de uma política de marketing definida, um redirecionamento do seu quadro de recursos humanos, a partir dos seus recursos internos e a viabilização do processo de verticalização dos produtos, a partir de uma decisão coletiva.

COMERCIALIZAÇÃO

Complementando a idéia de acompanhamento e conhecimento sobre a situação econômica global, exposta por Oswaldo Meotti, o analista de mercado José Carlos Krüger disse que, "fazer uma previsão sobre quando, como e a que preço a produção pode ser vendida é a melhor forma de assegurar a melhor comercialização para o produtor individualmente e para a Cooperativa". Esta previsão, contudo, de acordo com Krüger, é feita a partir de um conhecimento básico do mercado e da determinação de preços, da conjuntura econômica, que influenciam, direta ou indiretamente a comercialização.

Hoje, por exemplo, segundo Krüger, não é muito fácil dar uma opinião, pois não temos nem projeções seguras de inflação, enquanto em outros países, como os Estados Unidos, onde se trabalha com uma variação previsível de 0,5 por cento ao ano. "Nós nem sabemos qual será esta variação", afirma o analista, destacando que esta incerteza leva o produtor muitas vezes, "mas principalmente o desconhecimento dela, a vender o seu produto em janeiro,

achado que esta é a melhor opção. Tempos depois, uma única pergunta: por que fiz isto?"

Para evitar as consequências que, certamente, envolvem essa indagação, Krüger falou sobre pontos importantes que influem na determinação dos preços internacionais, e servem para uma análise futura. Lembrando que "não existe um especialista em comercialização, mas sim um somatório de experiências, que inclui desde as informações de custo de transporte, emendas regionais diferentes, problemas de concorrência e armazenamento, diferenças de época de plantio entre a América Latina e os Estados Unidos, o Krüger analisou a produção de soja em todos os níveis.

Segundo o analista, os índices de produção em escala mundial, embora como estimativas, poderão permanecer no mesmo nível, devendo os Estados Unidos manter a liderança, enquanto o Brasil permanece em segundo lugar.

Por outro lado, a produção nacional de soja também não deve mudar muito em relação a safra passada. Os

números nacionais poderão fechar aproximadamente nos mais de cinco milhões de toneladas, no Rio Grande do Sul, três milhões e meio de toneladas, no Paraná e mais de dois milhões e meio de toneladas no Mato Grosso do Sul. "Estes números não devem mudar muito", firma o analista, explicando que o maior retorno dos Estados Unidos é tirado do rendimento da produção, enquanto no Brasil, ele vem a partir do preço.

BOLA DE CRISTAL

Mas, além destes fatores de produção, dos estoques mundiais e da própria demanda mundial, Krüger, atenta para o mercado interno, que influi decisivamente no aumento do preço, quando da aplicação do produto neste setor. A fora isso, os preços mínimos, "que já se transformaram em máximo", criam também uma certa competitividade para a soja, assim como a diferença da época de plantio entre os países produtores e o preço dos transportes internos e externos.

Considerando todos estes elementos, o analista disse que, para uma "bola de cristal" funcionar, o preço não deve ser o único elemento considerável, mas sim "a situação em que eu vendo por este preço". Do contrário, assegura, "acabamos sendo responsáveis pelo comportamento de expectativa e por isso causadores da inflação".



QUEM PLANTA JÁ COMPAROU.

Braskalb

SEMENTES DE MILHO,
SORGO E GIRASSOL
HÍBRIDOS.

Tecnologia Mundial em Sementes

Escritório Central: Rua Visconde de Taunay, 321
Cx. Postal 1741 - Telex 0191334 - BK BC BR
13023 - Campinas - SP - PABX: (0192) 32.4599

As sugestões do encontro

A viabilização e ampliação dos projetos cooperados, de conservação do solo e do complexo industrial foi uma das principais sugestões apresentadas pelos representantes, que entendem a verticalização da produção como um dos passos mais importantes para o futuro da Cooperativa. Dentro destas propostas, os produtores acham que a Cooperativa deve se preocupar na industrialização de sua produção agrícola, através da construção de um moinho, e na industrialização da produção de peixes, aves, suínos e bovinos.

Junto a estas sugestões referentes a agroindustrialização, os representantes incluíram também a participação nas tomadas de decisões; os representantes propõem que os investimentos sejam feitos em etapas, mas com rápido retorno. A aquisição da Cooperativa Castilhense, que já vem sendo discutido há algum tempo pela Cooperativa, foi novamente discutido, sendo aprovado um novo estudo para possível entendimento. Referendando um apoio político a estes projetos, os represen-



Incentivo ao preço médio

tantes sugeriram ainda que a Cotrijuf se empenhe na qualificação do representante, como um cooperativista autêntico, o que vale também para todo

associado.

PREÇO MÉDIO

Praticamente um consenso, o preço médio foi ratificado pelos repre-

sentantes em Rio Grande, que propuseram um maior incentivo por parte da Cooperativa, através de várias sugestões. Uma delas seria a continuidade de uma política de preço médio previamente definida, onde a safra fique comprometida nesta modalidade, através de um adiantamento de 20 por cento, ou então que o preço médio seja realizado em etapas de liquidação. O adiantamento, segundo os produtores, deve ser sem juros e dentro das possibilidades, assim como a liquidação deve ser mais rápida.

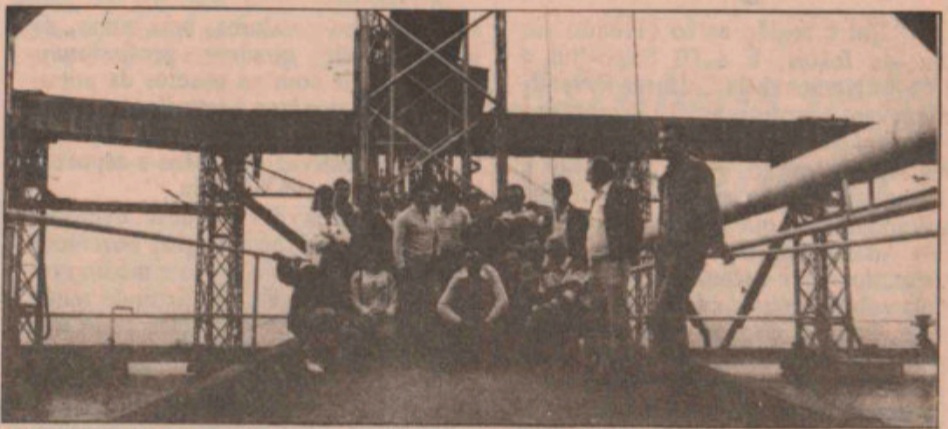
Além disso, os representantes reafirmaram a manutenção do sistema troca-troca mútuo e cooperado, a continuação do preço em dólar e o comprometimento da safra, através de preço futuro, em até no máximo 20 por cento. Sugeriram, por fim, que o associado conheça os mecanismos de comercialização e que se responsabilize pelas conseqüências da venda. Para isso, a Cooperativa poderia fornecer um manual de informações sobre comercialização.

A visita a Central de Carnes e ao Terminal

Iniciando o roteiro da viagem por Júlio de Castilhos, os representantes aproveitaram para fazer uma breve visita na Cooperativa Central Gaúcha de Carnes, CCGC, que recebe atualmente, uma média de seis mil suínos mensais da Cotrijuf, Regional Pioneira. Em Rio Grande, as visitas se estenderam ao porto e a praia. No terceiro dia do encontro, os representantes estiveram visitando as instalações do Terminal Luiz Fogliatto, que durante estes 15 anos movimentou 66,50

por cento da soja em grão, em todo o porto de Rio Grande.

Acompanhados do diretor do Terminal, Bolívar Silva Lima, do gerente operacional, Ivo Razia e do gerente administrativo, José Constantino Dalmas, os produtores tiveram informações da estrutura armazenadora, que hoje tem uma capacidade de 220 mil toneladas, além da visita ao Terminal de containers. O passeio, no entanto, não se restringiu ao porto. Aproveitando a pausa do almoço, no segundo



Ao visitarem as instalações do Terminal, os representantes...

dia do encontro, os representantes foram ver de perto uma baleia que encalhou na praia do Cassino, no dia 1º de setembro. Pesando cerca de 15 toneladas e medindo aproximadamente 17 metros, a baleia, como acontece sempre, já chegou morta à praia, onde deverá permanecer por mais tempo. A remoção da ossada até o Museu Oceanográfico Professor Eliezer de Carvalho Rios, está descartada, pois a entidade não tem os recursos necessários, 100 mil cruzados, para o seu aproveitamento.



... obtiveram informações do gerente Dalmas



Os representantes nas instalações da CCGC



Uma pausa para ver a baleia encalhada na praia do Cassino

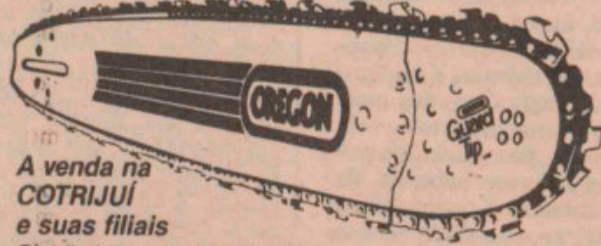
A melhor seleção do mundo é a que tem o melhor conjunto.

OREGON

Conjunto de corte para Moto-Serras.

Seja qual for a marca de sua moto-serra, use correntes, barras e pinhões OREGON®

É equipamento original da maioria das moto-serras no mundo inteiro.

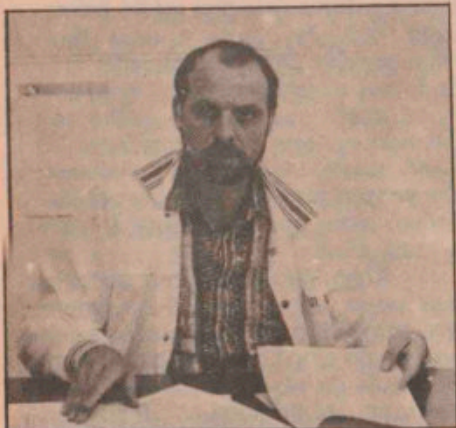


A venda na COTRIJUI e suas filiais

Distribuidor para a Região Sul

Nova Santa S.A.

Máquinas e Ferramentas
Fone: 42-5955 - Porto Alegre



Adelar Francisco Baggio



A área total do Parque Assis Brasil é de 150 mil m²

A festa das culturas diversificadas

Ijuí e região estão vivendo em ritmo de festas. É a III Expo-Ijuí e a I Festa Nacional das Culturas Diversificadas que acontece até 19 de outubro no Parque Regional de Feiras e Exposições Assis Brasil. "A III Expo-Ijuí e a I Fenadi não são apenas exposições tradicionais, faz questão de deixar bem claro Adelar Francisco Baggio, o seu presidente. Elas estão cheias de conteúdo voltado para as áreas de agropecuária, cultura, de motivação para uma nova arrancada industrial para a região. "Essa Expo-Ijuí e I Fenadi vem se colocar numa perspectiva histórica muito importante para essa nova fase de Ijuí", observa ainda.

A III Exposição Feira Industrial, Comercial, Agropecuária e Artesanal de Ijuí e a I Fenadi são promoções conjuntas da Prefeitura Municipal e da Associação Comercial, mas que também levam o apoio da Universidade de Ijuí e da Cotrijuf, as quatro entidades que integram o grupo da Retomada pelo Desenvolvimento de Ijuí.

Francisco Baggio reconhece que as duas Exposições-Feiras de Ijuí, realizadas anteriormente — 1981 e 1985 — consagraram esse tipo de evento na região. Não ignora que a Expo-Ijuí já tem tradição na região, "o que é muito bom". Mas alerta que tradição apenas nas áreas econômicas, industrial, comercial e agropecuária não são suficientes para garantir o seu sucesso e da realização, "pois temos muitas destas exposições por todo o Estado". A própria II Expo-Ijuí, realizada em 1985, foi suficiente para consagrar o evento em termos industriais, e comerciais, mas deixou uma lacuna muito grande nas áreas culturais e de agropecuária, "embora ela tenha lançado o embrião, o que não podemos deixar de reconhecer".

DINÂMICA PARTICIPATIVA

O que se busca agora, com a realização dessa III Expo-Ijuí e I Fenadi, segundo o seu presidente, é implantar na microrregião uma dinâmica mais participativa de planejamento e de ação, considerando, para tanto, as potencialidades dos recursos naturais, da pluralidade das culturas e os respaldos das exposições-feiras. Ele ainda aponta como objetivos a necessidade de propiciar a comunicação interinstitucional no que diz respeito a alternativas e decisões do investimento; estímulos às iniciativas integradas de investimentos na microrregião; a reatuação das vertentes do pluralismo cultural da região, através do estudo e do cultivo de nos-

sas tradições e valores, bem como, da formação de quadros profissionais identificados com os anseios da população e oportunizar a população regional a realização de encontros e comemorações festivas dos fatos e aspectos marcantes de sua história.

Através destes dois eventos, sintetiza Francisco Baggio, buscamos concretizar planos a curto e médio prazos. "Eles estão se constituindo numa grande sementeira de idéias e de formulação de propostas para Ijuí e região. Por outro lado, ele diz que o evento faz com que muitas pessoas e autoridades de diferentes setores visitem Ijuí e tomem consciência das coisas que aqui estão sendo feitas e assumam compromissos. "Elas também estão criando um momento adequado para a reflexão e o debate entre lideranças, instituições do município e da região. E é do debate que vão surgir idéias novas".

I FENADI

A I Festa Nacional das Culturas Diversificadas é a grande novidade desta III Expo-Ijuí e veio, segundo Francisco Baggio, para motivar e organizar os diferentes grupos étnicos que formam a comunidade de Ijuí. Através da I Fenadi vamos estimular os grupos étnicos de Ijuí e região no sentido de levá-los a cultivarem as suas tradições e valores, sejam através da alimenta-

ção, do vestuário, da dança, da música, da arquitetura ou da "memória histórica".

Por trás da I Fenadi, de acordo com o seu presidente, está a idéia da diversificação, da diversidade, do novo que está surgindo e valorizando o que é importante e bom para todos os grupos raciais tanto em termos culturais, como tecnológicos e artísticos. "É a idéia do crescimento democrático e da valorização mútua. É dizer não a monocultura, a um só grupo dominante, a só uma idéia, a só uma proposta e não a um só tipo de solução", complementa.

Que a I Fenadi veio para ficar, não restam mais dúvidas. Basta dar uma olhada em toda a motivação que conseguiu levantar. Não teve grupo étnico do município e região, que não tratasse de se organizar e montar uma programação. São os alemães, os italianos, os poloneses, os negros, os letos, os austriacos, os indígenas, entre tantos outros.

AGROPECUÁRIA E CULTURA

Os organizadores da III Expo-Ijuí e I Fenadi tiveram duas grandes preocupações, transformadas em inovações: com o setor agropecuário e com a cultura. Além da I Fenadi, dos muitos shows típicos, mostras de objetos antigos e até uma Casa do Gaú-

cho, serão lançados sete livros, obras de escritores da região. Entre eles, o Relatório dos 10 Anos do Centro de Treinamento da Cotrijuf. A programação na área de cultura é das mais variadas e, certamente, deverá agradar a todos os seus visitantes pela sua qualidade.

Na área da agropecuária, a novidade começou com a construção de um pavilhão, de 1.500 metros quadrados, com capacidade para 110 animais, colocados em exposição. Foram construídas mangueiras novas com capacidade para 800 animais; um recanto para os criadores e um pavilhão para alojamento dos peões. A história da agricultura da região vai ser relatada em um pavilhão específico. Mas a grande novidade fica por conta de uma réplica do Centro de Treinamento da Cotrijuf. O CTC em miniatura vai tentar mostrar o que a Cotrijuf vem fazendo na área de experimentação e pesquisa. Afinal, o CTC tem sido o suporte para a materialização da idéia de diversificação da produção na região.



Wanderley Burmann

lhões — para a pecuária — de novas lancheiras e de um Centro Administrativo.

BUSCA E HEGEMONIA

O prefeito Burmann reconhece que o país está envolvido numa crise muito séria, mas entende que é nesses momentos de dificuldades, as melhores oportunidades para se tirar, também, os melhores resultados. "É nesse momento de grandes dificuldades, diz ele, que temos de mostrar competência e tentar resgatar a hegemonia industrial e agropecuária que, infelizmente, foram levados para outras regiões. Essa é a nossa meta e o que estamos tentando recuperar através da Expo-Ijuí e I Fenadi".

Em busca da hegemonia

"A III Expo-Ijuí já é um sucesso garantido", afirmava, na semana passada o prefeito municipal Wanderley Burmann, responsabilizando a I Festa Nacional das Culturas Diversificadas por toda uma nova motivação e expectativa que tomou conta da comunidade ijuicense nestes últimos meses. Além de trazer uma nova perspectiva econômica para Ijuí, a I Fenadi tem uma outra característica, que segundo o prefeito Burmann não pode deixar de ser citada: o envolvimento direto de toda a comunidade. "Essa é uma característica importante", ressalta. Neste ano, ao contrário do que aconteceu com as outras duas exposições de Ijuí, estiveram envolvidos na sua organização não apenas os organizadores, empresários, industriais, ou setores interessados, mas toda a co-

munidade da região. Essa motivação aconteceu, segundo o prefeito, através de cada uma das etnias que fazem a história, a vida e a economia de Ijuí.

Foram aplicados no Parque Municipal Assis Brasil, apenas para a realização da III Expo-Ijuí e I Fenadi, recursos na ordem de Cz\$ 12 milhões, provenientes dos governos federal e municipal, dos empresários e da comunidade através da festa das etnias. Três casas típicas — a dos alemães, dos italianos e dos poloneses —, foram construídas com recursos arrecadados na comunidade, no interior do Parque Assis Brasil. Mas a maioria dos recursos foi aplicado na melhoria da infra-estrutura interna — ampliação do estacionamento, da rede d'água e elétrica — e na construção de novos pavi-



Diversidade de etnias

“O processo de diversificação da agricultura, que tanto se fala nesse momento, corresponde, em verdade, a um processo que é muito mais amplo de cultura. E um dos componentes dessa diversificação são as diferenças étnicas, grupos com origens diferenciadas, que nos trouxeram toda uma bagagem cultural e que procuraram se organizar e se articular, mesmo durante o processo de oposição”. A afirmação é do professor Mário Osório Marques, diretor da Editora Unijuf, um dos idealizadores da I Festa Nacional das Culturas Diversificadas. A idéia, segundo o professor, nasceu dentro da Comissão “Ijuf, por uma Cidade Universitária” e levada até a Comissão da Retomada pelo Desenvolvimento do Município. “A sugestão foi muito bem aceita, explica, até porque ela vem dar uma nova motivação a III Expo-Ijuf”.

Ele lembra inclusive, o grande esvaziamento que vem acontecendo com as exposições-feiras, até por falta de motivação, “pois não há uma criatividade na área industrial”. Não acredita que exista demanda suficientemente forte que justifique a realização de uma exposição a cada dois ou três anos.



Mário Osório Marques

“Para revigorá-las, seria necessário ampliar o sentido destas feiras, não só dos produtos comercializados, como no sentido espiritual e artístico”, diz lamentando que alguns empresários de Ijuf, não estejam acreditando na força da I Fenadi.

Reforçando o seu pensamento a respeito da importância dos grupos étnicos numa sociedade, Mário Osório cita um trecho do livro “Tudo que é Sólido desmancha no ar”, de Marshall Berman: Os modernistas de hoje não

mais insistem, como faziam com frequência os modernistas do passado, em que precisam deixar de ser judeus, negros, italianos, ou qualquer outra coisa, a fim de serem modernos. Se é possível afirmar que as sociedades em seu conjunto aprendem alguma coisa, as sociedades modernas dos anos 70 parecem ter aprendido que a identidade étnica — não apenas a própria, mas a de todos — é essencial à profundidade e à plenitude próprias que a vida moderna proporciona e promete a todas as pessoas”.

RETORNO ÀS ORIGENS

Assim como acredita na importância da participação dos diversos grupos étnicos da região durante a III Expo-Ijuf, Mário Osório tem certeza que a Festa Nacional das Culturas Diversificadas vai significar um retorno às origens de muitos grupos que foram varridos pela invasão cultural e pela oposição, principalmente durante o Estado Novo. Mas esses grupos não desapareceram, ficando sempre algumas marcas. “Agora, no momento em que se reconstrói esse fato social, eles estão voltando à tona. É claro que aquilo que é menos interessante, para cada grupo, vai ficando para trás e vai morrendo. O que tem valor positivo, no entanto, continua se reafirmando a ponto de cada cultura caminhar ao en-

contro de seus valores mais legítimos”.

Ao contrário do que acontece em outras regiões de colonização, como por exemplo Caxias do Sul, onde predomina o italiano ou Santa Cruz do Sul, onde o alemão entrou mais forte, Ijuf se caracteriza pela diversidade de etnias. “A heterogeneidade de etnias é uma característica muito forte em Ijuf, diz Mário Osório. Esse fato cria potencialidades. Aqui não existe um só valor, uma só riqueza, uma só forma de expressão. O que aqui existe é toda uma riqueza muito ampla”.



A casa “Dom Polski”

Atraídos pela propaganda

O primeiro grupo de imigrantes poloneses descendentes da família Lemanski, chegou a Ijuf em 1890. Eles eram, na verdade, eslavos. Anos mais tarde vieram alguns “teutos-poloneses”, de raça germânica. Estes distinguiram-se do grupo anterior pelos costumes, pela língua, que era alemã e pelos nomes. Eram os Wichrowski, os Konarzewski, os Brzozowski, os Dziobezinski, entre outros, conforme registra o livro “Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuf”, escrito por Martin Fischer e editado pelo Museu Antropológico Diretor Pestana, da Unijuf. Os poloneses se fixaram principalmente nas Linhas 3, 4, 5 e 6 Oeste e Linha 1 Leste, formando um núcleo bastante fechado. Foram os poloneses, através do Padre Cuber, que fundaram o primeiro jornal de Ijuf, o “Kolonista”, mais tarde chamado de “Kolonista Polski”, escrito em língua polonesa. A maioria dos poloneses vieram para o Brasil atraídos pela propaganda.

Para a professora Marli Meiger Sikierski, a I Fenadi foi uma mexida grande “que vai resgatar muito da cultura que está perdida”. Um povo só valoriza a sua cultura quando tem uma consciência cultural, diz ela ainda, acreditando que a I Fenadi está servindo para alertar todas as etnias a respeito da importância de se conservar os costumes, a língua. A professora Marli, que também é diretora da Escola Estadual de 1º Grau Pio Busanello, escreveu a história dos poloneses em Ijuf, que será editado na série Cadernos do Museu Diretor Pestana. O lançamento está previsto para o dia 12 de outubro, o “Dia dos Poloneses durante a I Fenadi. O dia dos Poloneses vai começar com uma missa na casa “Dom Polski”, que vai contar, na sua inauguração, com a presença do cônsul Geral da Polônia.

OS POLONESES

Fugindo do exército russo

A dona Estanissuava Czicheski, de 76 anos de idade, viúva e mãe de quatro filhos, é descendente direta de uma das cinco famílias polonesas, os Brzozowski —, que no dia 7 de dezembro de 1888 chegaram à localidade de Povoado Santana, em Ijuf, para dar início a uma nova vida. Seu pai, Antônio, tinha na época, apenas 18 anos. Sua mãe, Josefa, era ainda uma menina de pouco mais de oito anos. O casamento de seu Antônio e dona Josefa, ambos já falecidos, aconteceu oito anos mais tarde, tendo ao todo, 13 filhos.

A dona Estanissuava lembra ainda até hoje, de muita coisa que o seu pai contava sobre a Polônia, os primeiros dias no Brasil, as dificuldades com a comida e com a língua. As cinco famílias desembarcaram no Rio de Janeiro, depois vieram para Porto Alegre, “onde a comida, feita com charque matou muita gente”. Em seguida vieram para Silveira Martins, onde ficaram em um barracão por mais de mês. De Silveira Martins eles pegaram uma carroça coberta com zinco e desembarcaram em Povoado Santana, onde tudo era mato cheio de porcos-domato e de antas.

SÓ COM A ROUPA

As cinco famílias chegaram a Povoado Santana apenas com a roupa do corpo. Os homens construíram alguns ranchos e escadas para subirem nas árvores e se defenderem dos animais. E enquanto as mulheres cuidavam das crianças, os homens, armados com uma foice, facão e serrote, que receberam do exército, saíram para abrir mato e fazer lavou-

ras. De início eles plantavam feijão, milho e trigo. A colheita de trigo e de milho era tão farta que eles não tinham lucros para armanear toda a produção. Cada família recebeu uma colônia de terra para ser paga aos poucos. Alguns anos mais tarde, seu Antônio começou a negociar cavalos e adquiriu mais uma colônia de terra nas redondezas. “O governo, diz ela, não deu nada de graça para os imigrantes. Tudo teve de ser pago”.

Como na época não havia escolas por perto, o seu Antônio mesmo se encarregou de alfabetizar os quatro filhos mais velhos. “Meu pai era um homem instruído e aprendeu a falar a língua portuguesa rapidamente. Ele foi, inclusive, ajudante de Augusto Pestana na tarefa de medir terras da redondeza. Já a dona Estanissuava e os demais irmãos aprenderam a ler numa pequena escola construída na localidade, onde um dia a aula era dada em português e no outro em polonês. Quando ela entrou para a escola não sabia nem falar “bom dia” em português. “A minha mãe nunca aprendeu direito a língua portuguesa e em casa só falávamos o polonês, uma língua muito difícil de escrever”, diz lembrando das dificuldades que teve para aprender a escrever na língua de seus pais.

Até hoje a dona Estanissuava ainda fala com o filho Braúlio e a nora Lúcia, a língua polonesa. Os netos que moram junto com ela falam alguma coisa, mas lamenta que aqueles que mo-



Dona Estanissuava e o filho Braúlio

ram na cidade nem queiram se interessar pela língua. “O Braúlio, quando entrou para a escola, só falava o polonês. No primeiro ano a única coisa em português que ele aprendeu foi contar até 20.”

FUGINDO DO EXÉRCITO

As famílias polonesas que vieram para o Brasil, só tinham um objetivo: fugir do exército. “Meu avô, conta a dona Estanissuava, não queria que seus filhos fossem servir o exército russo. Ela lembra que o pai sempre contava que vida na Polônia, naquela época, não era fácil. Trabalhar no campo não era bom, porque os camponeses eram explorados pelos estancieiros. “E como se falava muito que o Brasil era um país muito pobre, mas que tinha muito a oferecer, a família de meu pai se candidatou para vir para cá.”

Dona Estanissuava lembra até hoje as muitas histórias sobre a Polônia que o pai costumava contar para os filhos. Ainda hoje ela procura conservar o costume de falar, em família, a língua polonesa. De resto, ela gosta de cozinhar uma “sopa parda”, um prato típico da Polônia que é feito de sangue. Ou então um ensopado de peixe, batata inglesa com leite coalhado ou repolho com ervilha. “São pratos que aprendemos a fazer com nossos pais”.



OS ITALIANOS

A procura de emprego

Giuseppe Bertazzon, 54 anos, chegou ao Brasil, vindo da pequena cidade de Treviso, localizada no norte da Itália, no dia 5 de maio de 1949. Tinha na época pouco mais de 17 anos. Veio acompanhado do pai, Domenico Bertazzon, hoje com 81 anos de idade, da mãe, já falecida e de mais quatro irmãos. Ao desembarcarem no porto de Santos, vieram direto para a cidade de Cruz Alta, onde permaneceram menos de um ano. Em seguida a família se transferiu para Caxias do Sul, onde Giuseppe arrumou emprego numa pequena oficina de chapeamento de carros. Alguns anos mais tarde a oficina virou uma grande fábrica de carroceria de ônibus, a Marco Polo, da qual até hoje Giuseppe é um dos acionistas. "Fui um dos fundadores da Marco Polo, conta, mas antes de chegar a diretor técnico da fábrica, ele foi soldador, chapeador e pintor.

Quinze anos mais tarde Giuseppe deixa Caxias do Sul e vem para Ijuí, mais propriamente para a localidade de Santa Lúcia, onde reside até hoje com Hugo Lino Costa Beber, parente de sua esposa. Ele é proprietário de 15 hectares de terra, mas nos seus planos consta a aquisição de mais uma área de terra onde pretende se dedicar a criação de gado de corte, de leite, de suínos, de aves e a fruticultura. "Sempre gostei muito de lidar com criação e com árvores frutíferas", diz Giuseppe, lembrando o antigo pomar da propriedade da família Bertazzon, localizado nas redondezas da cidade de Treviso. "Lá só não existia citrus, mas de resto cultivávamos pêssego, ameixa, maçãs, peras, uva, cereja, castanha, nozes, avelãs.

As uvas, por exemplo, conta Giuseppe, podiam ser apanhadas e deixada penduradas no porão de um ano para outro sem estragar. As frutas que secavam no pé eram dadas para os ani-

mais. "Enquanto morei na Itália, não conhecia a tal de mosca varejeira. Lá as frutas não bichavam como acontece aqui no Brasil. Elas ficavam no pé de um ano para o outro", conta.

FUGINDO DO DESEMPREGO

A família Bertazzon veio para o Brasil fugindo da falta de empregos, da recessão econômica vivida pela Itália durante o pós-guerra. A cidade de Treviso, localizada numa região de planície, foi quase que totalmente destruída com a guerra. Quem ficava na cidade, não tinha onde trabalhar. Os Bertazzon eram proprietários de seis hectares de terra, onde plantavam milho e trigo, cultivavam frutíferas e criavam galinhas, coelhos, patos, marrecos, suínos e gado de leite. A mãe costumava juntar as vacas de leite com um burrico. O pai, seu Domenico, era um mineiro. Ele chegou a trabalhar na França, nos Estados Unidos, na Bélgica e na Alemanha, sempre nas minas de carvão ou de ferro. "Meu pai foi, enquanto vivemos na Itália, um imigrante".

FASCISMO

Nasci e me criei sob o regime fascista, sou da época de Mussolini", costuma dizer Giuseppe ao lembrar dos tempos difíceis vividos na Itália, principalmente durante a guerra. Conta que a sua família não chegou a passar fome porque criava de tudo e um pouco na pequena propriedade, mas toda a colheita de trigo e de milho era recolhida tanto pelo exército italiano como pelo alemão, aliados durante a guerra. "Came não faltava. Mas a farinha não existia. O pão que cada família recebia, era de uma cor escura e tinha de ser comido ainda quente. Frio, ele virava uma pedra de tão duro".

Para buscar farinha, trigo ou milho na casa de uns tios que também eram agricultores, Giuseppe viajava de bicicleta, cerca de 60 quilômetros.

Ele saía numa noite escura e voltava na outra, tomando sempre o cuidado de não ser descoberto pelas patrulhas. Os seus tios colhiam o trigo à noite, sempre escondidos, e faziam a farinha, armazenando numa peça subterrânea que nunca chegou a ser descoberta pelo exército. "Foi uma época difícil em que passamos muito medo. Um dos irmãos, mais novo, de tanto medo dos soldados, ficou com trauma de farda".

NUNCA MAIS

Giuseppe nunca mais voltou a Itália, mas até hoje sente saudade da quantidade de frutíferas que cultivavam na propriedade e da beleza da paisagem. "Vivíamos numa região de planície muito bonita". Diz que se adaptou muito bem no Brasil e aprendeu a falar a língua rapidamente, mas admite que os primeiros tempos foram bastante difíceis. "Viemos direto para uma pequena cidade que não possuía indústrias e o comércio era fraco. Cruz Alta, naquela época, não oferecia muitos empregos, por isso a razão de nos mudarmos para Caxias do Sul", conta.

Enquanto morou na Itália ele fez o curso ginásial e no Brasil fez um curso técnico de desenho. Mas apesar dos anos, Giuseppe, que ainda fala corretamente o dialeto da região, gosta de conservar os costumes do seu país. Como bom italiano, gosta de uma macarronada, mas seu prato preferido é realmente uma boa passarinhada, (o pardal), feita no espeto — o menorosto — com azeite de oliva, toucinho e sálvia. "Se usa apenas meio passarinho, um pedaço de toucinho, uma folha de sálvia e mais meio passarinho e assim até o fim", explica. Na Itália, o espeto era tocado com manivela e ficava girando. "O prato era servido com polenta frita. "É o prato que nunca mais comi desde que voltei da Itália, mas até hoje tenho saudades. Não dá para trocar por um churrasco", conta ele.



Giuseppe Bertazzon

Participação alemã



Casa Germânica

Oriundos das chamadas "colônias velhas" — São Leopoldo, Santa Cruz e Montenegro — ou vindos diretamente da Alemanha, os alemães representam uma das principais etnias formadoras de Ijuí, com uma participação estimada em 31 por cento da população. Roberto Roeber, o primeiro professor de Ijuí, Henrique Kopf, Albert Barz, Wilhelm Schneider, Richard Becker, os pastores Rosenfeld e Gottschald, o médico Ulrich Kuhlmann e o farmacêutico Schenk, são alguns dos alemães natos que chegaram a Colônia de Ijuí, na época da sua fundação.

Os primeiros habitantes da Colônia, no entanto, foram os teuto-brasileiros, que deram início ao movimento migratório no Rio Grande do Sul, após a revogação da lei de Von der Heydet, que proibia a propaganda de imigração para o Brasil, em 1959. Este contingente alemão ganharia um outro reforço, após a 1ª Guerra Mundial, "quando muitos alemães inconformados com a situação da sua pátria" estabeleceram-se em Ijuí. Entre estes, estão os nomes como o de Frederico Sahlberg, Fritz Steinmtz, Augusto Denner, e Heinrich Grönninger.

Além dos natos e dos teuto-brasileiros, outros grupos da mesma comunidade lingüística, como os teuto-russos, teuto-poloneses, "deram a Ijuí, um cunho especial de colonização alemã, através da identidade da língua".

Na I Fenadi, todos estes alemães estarão festejando a etnia, no dia 17 de outubro. A comemoração inicia com um passeio pelas ruas de Ijuí, às seis horas, e inclui entre outras festividades, um almoço típico na "Casa Germânica", onde se apresentará o Grupo de Danças Folclóricas do Centro Cultural 25 de Julho Ijuí.

Os primeiros chegaram em 1887

As primeiras levadas de imigrantes italianos chegam ao Rio Grande do Sul em 1875, vindos, em sua maioria, de regiões localizadas ao norte da Itália — Lombardia, Piemonte, Trentino, Vêneto, entre outros. De início estabelecem-se em Conde D'EU — Garibaldi —, Dona Isabel — Bento Gonçalves —, Nova Milano e em Alfredo Chaves — hoje Veranópolis. Como vieram depois dos alemães, eles receberam as terras acidentadas. Em 1877 foi criada a Colônia de Silveira Martins, que servia de base para a colonização do Vale do Ijuí.

Em Ijuí, de forma oficial, os primeiros imigrantes italianos só chegaram em 1891, estabelecendo-se na Linha 8 Leste. Entre eles lá estavam Pedro Nicoletti, João da Pieve, Jacob Bortoli, Santo Tamiozzo, José Possobon. Mas Martin Fischer conta, no entanto, em "Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuí", que em 1887, bem antes da fundação oficial da Colônia de Ijuí, por aqui já andava o italiano João Protí, estabelecido na Picada Conceição — Barreiro. Tão logo aconteceu a medição das terras, vieram para a região de Picada Conceição as famílias Mastella, Gambi-

ni, Lôndero, Brum, Fiorin, Vione, Viacelli, Cereser. Outras famílias, no entanto, estabeleceram-se na Linha 8 Leste, no Rincão dos Fabrin, Rincão dos Góbi, Rincão do Tigre, na Colônia Santo Antônio e na cidade.

Conhecidos como "tutti bona gente", os italianos não dispensam um bom vinho, uma boa macarronada, muito queijo, a missa do domingo, o jogo de bocha, de baralho e a "mora".

Uma casa italiana, com porão e tudo o mais a que tem direito, foi construída para essa I Fenadi junto ao Parque de Exposições. A "Casa Dei Taliani" vai ser inaugurada no dia 10 de outubro com a presença do Cônsul Geral da Itália de Porto Alegre. Durante todo o dia, muito show com grupos de danças folclóricas, Grupo Infante-Juvenil "Santa Lucia", Grupo Coral "Bona



A Casa Del Taliani

Gente", Conjunto Vocal "Cantare" e Grupo de Dança "Monte Paulino do Centro Ítalo-Brasileiro" de Porto Alegre. A grande atração, no entanto, fica por conta de uma polenta de 1.200 quilos que será preparada e servida pela equipe de Valdir Anzolin e Centro Cultural Regional Italiano de Ijuí. Para Sady Strapazon e Décio Barriquello, do Centro Cultural Italiano, toda essa movimentação em torno da I Fenadi está fazendo com que aconteça "uma volta às raízes".



OS LETOS

Quem ainda mora na colônia que não lembra daquele conhecido fotógrafo que, de máquina na mão, bagagem na garupa do cavalo, costumava sair visitando amigos para fazer fotografias de casamentos, festas ou até mesmo de uma colheita de trigo feita na base do puxirão? Daquele fotógrafo que algumas vezes podia ser encontrado na Livraria de Arthur Clebsch? Pois esse antigo fotógrafo, o primeiro de Ijuí a trabalhar com fotografias coloridas e que já não anda mais pelas colônias de máquina na mão, é o seu Eduardo Jaunsem, um imigrante leto que chegou ao Brasil em 1914. Veio da cidade de Liepajo, situado às margens do Mar Báltico, na Letônia, fugindo assim como os demais letonianos, das perseguições religiosas e do exército russo. Na época, seu Eduardo, hoje com 91 anos e estabelecido em Rincão dos Letos, tinha apenas 17 anos e veio acompanhado do pai, da mãe, do avô materno e de seis irmãos.

Letônia foi um país, durante muitos anos dominada pelos alemães, mas entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda, chegou a ser um país independente, conseguindo expulsar os grandes fazendeiros alemães de suas terras. As grandes mansões dos alemães, segundo o seu Eduardo, foram compradas pelo governo e transformadas em Escolas e hospitais. Durante a Segunda Guerra a Letônia foi invadida pelo exército russo e transformada em um país dependente. "Fazia um mês que havíamos chegado ao Brasil, quando a cidade de Liepajo foi bombardeada e destruída pelo exército", conta.

VIDA DE POBREZA

Enquanto viveram na Letônia, um país de pouco mais de 63.700 quilômetros quadrados de extensão, os Jaunsem tiveram uma vida de pobreza. O pai trabalhava para uma construtora de lanchas de salvamento que pertencia ao governo e onde ganhava um salário mínimo — um rublo e dois centavos. A casa onde moravam era modesta e possuía poucas peças.

Aos 12 anos seu Eduardo tomava conta de vaca de leite para alguns granjeiros. Por esse trabalho ele lembra



A família Jaunsem, ainda na Letônia. A casa onde seu Eduardo nasceu e viveu até vir para o Brasil



O agricultor que queria ser pintor mas virou fotógrafo

ainda hoje, que aos 12 anos, recebeu de pagamento, um corte de tecido para fazer um casaco que existe até hoje, dois sacos de batatinhas e alguns rublos. Mas apesar da pobreza, ele lembra dos bons momentos de juventude passados na Letônia. Fazia parte de um grupo de jovens "que não fumava e nem be-

bia", mas que era divertido e estava sempre ao lado dos pais na igreja ou nas festinhas". Ele ainda trabalhou como eletricitista, embora alimentasse a idéia de ser um grande pintor. "Quando ia na escola, minha professora mandou três cadernos, cheios de desenho meus, para ser exposto em uma

mostra que aconteceu em uma cidade da Rússia", conta.

DIFICULDADES

Ao chegar ao Brasil, seu Eduardo foi obrigado a abandonar a idéia de ser pintor para transformar-se em agricultor. Recebera uma colônia de terra e alguns anos mais tarde comprou mais 32 hectares, "que me foi muito difícil de pagar porque vivíamos uma época de crise". Mas foi para a fotografia que seu Eduardo dedicou a maior parte de sua vida. "Sempre tive alma de artista. Como não tive chance de ser pintor, fui ser fotógrafo, ofício que aprendeu com um amigo na Letônia. Mas aos 57 anos de idade, ele concluiu um curso de pintura por correspondência.

Não fazia questão de ganhar dinheiro com a fotografia. "A terra me sustentava", costuma dizer. A fotografia era aquele meu lado artístico que continuava vivo". Eu só queria fazer boas fotos". Com suas fotografias, a maioria no Museu Antropológico Diretor Pestana da Unijuí, seu Eduardo concorreu a várias mostras internacionais e nacionais, conquistando muitos prêmios. Em Porto Alegre, durante uma exposição de fotos ele ganhou medalha de prata. Em Ijuí, recebeu duas medalhas. Uma delas foi pela foto "Cortadeiras", durante o II Salão Internacional de Arte Fotográfica, promovido pelo Cine Foto Clube local. Seu Eduardo foi casado com uma descendente de imigrantes letos, mas nunca teve filhos.

Os imigrantes da Letônia

Em 1892 chegaram a Ijuí os primeiros imigrantes da Letônia, um pequeno país localizado às margens do Mar Báltico. Os letos vieram para o Brasil fugindo às perseguições religiosas, ao serviço militar e a opressão russa. Aqui chegaram as famílias Aberkain, Kuda, Kronberg, Ulriquis, Priede e Mikelson, estabelecendo-se nas Linhas 4, 5 e 6 Oeste. Os Liepajais Sakos, Jahnis, Sakis e Indrikis Paise, fixando-se nas Linhas 7 e 8 Leste. Também chegaram, logo em seguida, as famílias Tomas Ukstin, Ericis Garros, André Keidan, Juris Linck, Nasaroff, Grimm, Gailis, Arais, Udriis.

Os letos ou letonianos, de acordo com Martin Fischer, sempre viveram, de certa forma, isolados em função não apenas da língua, mas também de seus costumes e hábitos, bastante diferenciados dos demais grupos étnicos que aqui se estabeleceram. Mas foram os letos, no entanto, os imigrantes europeus que primeiro trataram de aprender a língua portuguesa. Foram eles que fundaram, em 1899, a primeira escola do interior do município, localizada na Linha 10 Leste.

Treze de outubro é o dia reservado a etnia leto. As festividades começam com uma sessão de filmes da Etnia Leto, a cargo do Cineclube Roquete Pinto e encerram com um jantar de confraternização na "Casa Germânica". Estarão em exposição alguns objetos antigos trazidos da Letônia e uma réplica da primeira escola do interior do município.

AS DEMAIS ETNIAS

Os austríacos, os japoneses, os negros...

A heterogeneidade de etnias é uma marca característica de Ijuí. Para a região não vieram apenas os alemães, os italianos, os letos ou os poloneses. Aqui também se estabeleceram, em menor número, os japoneses, os negros, os austríacos, alguns russos, suecos e holandeses. Todo esse pluralismo étnico, que caracteriza a formação de Ijuí, segundo diz o professor Mário Osório Marques, na Abertura do livro "Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuí", de autoria do Martin Fischer e editado pelo Museu Antropológico Diretor Pestana, não se apresenta apenas nos aspectos específicos de cada etnia considerada em si, mas também pelo caráter relacional. "É o caráter relacional da etnia que a torna significativa a partir do momento em que surgem as diferenças e, por aí, o dinamismo dos contrários em luta por superarem-se no processo pelo qual o convívio em espaço e tempo social comum

termina por configurar uma unidade original e cultural diferenciadas, diversificadas, rica pelo seu poder de relativizar o mundo, de se contrapor aos mecanismos de mando e controles unitários, despóticos".

Os Austríacos

Os austríacos chegaram a Ijuí — em número de 176 — em 24 de fevereiro de 1893, estabelecendo-se principalmente nas Linhas 6, 7 e 8 Leste. Entre estas famílias estavam os Buchner, Prauchner, Gruber, Novatny, Samrsla, Hocevar, Ketenhuber, Feigel, Engleitner, os Haiske, entre outros. Eles eram industriários, provenientes da cidade de Steyer, na Alta Austria.

Os Luso-brasileiros

Embora a contribuição dessa etnia na formação cultural de Ijuí seja pequena, muitos imigrantes luso-brasileiros estão presentes na região, até mesmo antes da fundação da colônia. Entre estes imigrantes, destacam-se:

José Manuel de Siqueira Couto, José Gabriel de Lima e Silva, o Dr. Augusto Pestana, o mais ilustre de todos, Antônio Soares de Barros, Solon Gonçalves da Silva, entre outros.

O Negro

Segundo Martin Fischer em "Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuí", o primeiro negro a chegar em Ijuí foi o "Velho Congo", um escravo de um fazendeiro do município de Santo Ângelo. De início trabalhou na construção da estrada de ferro e mais tarde em serviços ocasionais. O maior fluxo, no entanto, só veio depois da Segunda Guerra Mundial, vivendo até hoje, isolados e marginalizados.

Os Japoneses

Estes chegaram por último, há poucos anos. Em número ainda pequeno, eles vieram do Japão para somar a raça mongólica às demais etnias aqui já existentes.



OS ALEMÃES

Escapando das guerras

Depois de sair da Polônia, em 16 de setembro de 1929, o menino Adolf Wicke (hoje Adolfo) e sua família chegaram em Ijuí, no dia 25 de outubro do mesmo ano. Como outros imigrantes, o alemão Adolf, que hoje mora na Linha 11 Oeste, pode ser considerado um teuto-polonês, pois quando ele nasceu em 8 de fevereiro de 1917, a sua terra de origem, localizada na fronteira da Rússia com a Polônia, vivia uma época bastante conturbada. Fugindo da guerra e também da revolução, os Wicke não quiseram "viver sob o comunismo" e por isso imigraram para o Brasil.

Com alguma ponta de tristeza no olhar, seu Adolf Wicke conta a sua história, lembrando da época em que seu pai, Krystian Wicke estava combatendo pela Rússia, na primeira Guerra Mundial. Sua mãe, Olga, e seus avós permaneceram na pequena cidade polonesa de Schelze, até quando a Rússia começou a perder a Polônia para a Alemanha. Nesse momento, estes teuto-poloneses, passaram a ser acusados de "traidores" pelo governo russo. "Minha mãe e meus avós foram levados para o fundo da Rússia, perto do rio Volga", conta Adolf, ao falar sobre seu nascimento num campo de refugiados, em Saratov, na cidade de Kamishin.

REVOLUÇÃO

Mas a guerra contra a Alemanha perdía a sua razão, sendo a Rússia tomada pela maior transformação so-

cial que a história conheceu, a revolução de 1917. Dois meses depois do nascimento do Adolf, a família Wicke retornou a Schelze, onde, como camponeses, trabalhavam em oito hectares, plantando "kartoffles", trigo e aveia. No entanto, a tranquilidade dos Wicke, segundo Adolf, não durou muito tempo. "Em 1916 caiu o Czar e veio a República de Kerenski. Depois já mudaram para o bolchevismo, mas como ele não ia ganhar, veio o comunismo que deixou todos iguais".

Esta época é lembrada com muita emoção pelo seu Adolf: "Vivíamos um dia para comer no outro". Quando terminava a colheita, os Wicke faziam todas as refeições, mas "quando chegava a primavera, não tinha mais nada". Corria o ano de 22 e as transformações por que passava a Rússia chegavam como que de surpresa para os Wicke, que aos poucos, foram ficando resabiados com a situação. "A miséria era tanta que não podíamos fazer nem um chiqueiro. Os porcos eram criados na cozinha", recorda o seu Adolf.

FUGINDO DA GUERRA

Bastou a possibilidade de uma outra guerra para que os Wicke se decidissem a deixar a terra e imigrar para outro país. Primeiramente, eles pensaram em ir para o Canadá, mas como naquele ano deu frustração na colheita, deram jeito de vender a terra para pagar a viagem até o Brasil. "A viagem de navio foi muito gostosa", relata o alemão que atravessou o Oceano Atlântico em 15 dias e levou o mesmo tempo para vir do Rio de Janeiro até Porto Alegre. De trem, ele e os pais, mais os irmãos, Albert, Selma, Fryda e Helena chegaram em Ijuí, onde entraram em contato com Augusto Kromnemberg, da Linha 8, um outro

imigrante alemão, primo da sua mãe.

Adolfo Wicke, então com 12 anos, estranhou um pouco a sua nova terra. Acostumado com ruas calçadas e um maior movimento de pessoas na Europa, achou a "vila" de Ijuí muito esburacada e com muito barro. "Só a rua do Comércio era calçada e tinha poucas casas de negócio". Mas já em dezembro do ano de sua chegada, os Wicke estavam instalados em uma colônia de terra, na Linha 11 Oeste, que o velho Krystian comprou de Ernesto Scherer.

NOVA TERRA

Acostumados com um clima onde a maior parte do ano é inverno, o pai de Adolf gostou do clima brasileiro, porém, estranhou um pouco o "sistema de plantar". "Estávamos acostumados a plantar "Kartoffles" embaixo do gelo, e quando chegamos aqui vimos os caras cortar madeira para plantar mandioca". Além das diferenças climáticas, os Wicke se depararam com o atraso tecnológico do Brasil. "Às vezes até éramos chamados de bobos, porque falávamos em outro sistema. Acontece que já conhecíamos as máquinas e aqui tivemos que passar para o arado de boi".

Plantando milho, mandioca e criando muitos suínos, os Wicke sentiam-se bem no Brasil, embora como outros colonos passassem algumas dificuldades. "Meu pai era um peão, diz seu Adolf, "e tendo o que comer ele estava bem". Os problemas, contudo, também não foram esquecidos. Um deles, lembrado pelo alemão, aconteceu em 1933, quando a lata de banha valia nove mil réis, e os Wicke, que chegaram a uma média de 70 animais, tiravam 80 iatas por semana. "Não tinha para quem vender e nós chegamos até a dar para os bugres".



O teuto-polonês Adolf Wicke

CONSCIÊNCIA DA PÁTRIA

Com dificuldades, mas sossegado, Adolf Wicke, em 1944, resolveu casar com Oldina Arnold, uma filha de imigrantes da mesma localidade. Nesta época o Brasil já se preparava, então, para participar da 2ª Guerra Mundial. O seu Adolf, que acompanhou os desdobramentos de longe, não chegou a se assustar, mas "a consciência da pátria, sempre puxa um pouco", por isso, diz ele, levando a mão no peito, "senti um pouco da guerra". Mas, desta vez, o conflito realmente estava longe, e o alemão continuou a viver sossegado em Coronel Barros.

Após a compra de meia colônia de terra, em 1949, o colono comprou mais dois hectares, se naturalizou brasileiro e somente se preocupava com a família e a lavoura. "Me acostumei com o milho, a mandioca, e depois passei para o trigo". A soja, que ele havia conhecido em 1934, "entrou forte em 68", quando a sua terra já compreendia 18 hectares. Neste ano, o casal já tinha os seus três filhos, Valdi, Werner e Ditmar. Os irmãos de Adolf, por sua vez, estavam todos na Argentina, "por causa do peso, que valia mais que o nosso dinheiro".

Com algumas vacas e alguns porcos que "dão para o gasto", o seu Adolf acha que hoje as coisas não estão muito fáceis, principalmente o preço do porco. "Mas com tudo isso, ainda é melhor do que antes". No Brasil, arremata, "eu me queixo, mas até hoje não passei fome".



Andanças em 1938

Para refletir

Com um trabalho de vários anos junto a etnia kaingang, o Museu Antropológico Diretor Pestana, também está participando da III Expo-Ijuí e I Fenadi. No Parque de Exposições Assis Brasil, os visitantes poderão conhecer a bibliografia deste povo indígena, e também apreciar o seu artesanato. A participação do Museu, no entanto, como destaca a professora Dulce Matte, "é de reflexão sobre a problemática dos kaingang, com relação a luta pelas suas terras, o processo de educação, e da saúde e os seus direitos na Constituição". Para esta discussão estarão presentes na casa kaingang, um grupo de índios e uma equipe da Fidene.

Funcionando como uma assessoria ao movimento indígena kaingang, a Fidene já realizou um trabalho junto a este grupo no município de Liberato Salzano e Rodeio Bonito, mais especificamente na comunidade Péi-Kâr. Segundo a professora Dulce, a instituição está esperando a aprovação de um projeto de apoio a esta comunidade, para dar continuidade ao trabalho que iniciou com a pesquisadora Ligia Simonian, em 1982.

OS KAINGANG

Em busca da terra perdida

Artesãos, assalariados, empresários rurais, funcionários da Funai ou indigentes. Estas são as diferentes formas sociais em que se encontram os índios kaingang, que nos séculos passados viviam da caça, da coleta de frutos e da agricultura de algumas raízes. Os kaingang também costumavam empreender longas caminhadas por todo o norte do Estado, mas tinham como seu habitat natural a região das matas: uma área compreendida entre o rio Piratini (afluente da margem esquerda do rio Uruguai) e as cabeceiras do Rio Pelotas, tendo como limite meridional os últimos contrafortes do Planalto sul-riograndense junto à bacia do rio Caf.

Pertencente a família lingüística Jê e ao tronco Macro-Jê, o povo kaingang tinha uma organização social bastante complexa. Eles se dividiam em duas metades diferentes: "kadnyeru e kamé", que por sua vez se dividiam em dois subgrupos, cada uma: "votoro-kadnyeru e aniky-kamé. Cada pessoa pertencia a uma das metades e a um dos subgrupos, sendo que o casamento só podia se dar entre indivíduos de metades diferentes, ou seja, "kadnyeru" só podia casar com "kamé".

Mas, estas características, que por muito tempo fizeram parte da cultura dos kaingang, aos poucos foram se mesclando aos costumes dos brancos. Depois de resistir a escravidão imposta pelo governo colonial português, o kaingang tentou resistir as "frentes de expansão da sociedade brasileira", sem muito sucesso. Enquanto outra parte passou a viver em áreas delimitadas pelo governo federal como as reservas de Guarita, em Tenente Portela, Inhacorá, Nonoai, Votouro, Caciue Doble, Guarani e outras famílias formaram aldeias isoladas como as de Iraf, Péi-Kâr, em Rodeio Bonito.

PERDA DA AUTONOMIA

A demarcação das terras realizada pelo governo, a partir de 1911, pouco adiantou, pois como afirma a pesquisadora Ligia Simonian, "após a perda do poder de desenvolvimento sócio-cultural autônomo, principalmente neste século, os kaingang, como outros grupos brasileiros, vivem a problemática de suas terras, que, asseguradas em lei, não se dá na prática social". Mais do que isso, segundo Simonian, foi a destruição da capacidade de recriação da sua cultura, transformada,

muitas vezes, no preconceito de que os índios são "preguiçosos" ou "vadios".

PRESENÇA

Embora não constitua uma presença histórica acentuada, em Ijuí, os kaingang integram-se à população, através da miscigenação racial. De acordo com professora responsável pelo arquivo kaingang, no Museu Antropológico Diretor Pestana, Dulce Matte, "muitas famílias que hoje constituem a periferia de Ijuí, vêm das cidades de Tenente Portela, Miraguaí, Santo Augusto, Braga e Coronel Bicaco, cuja população é descendente da etnia kaingang". A sua presença em Ijuí, também está registrada nas visitas periódicas que eles realizavam para vender as cestarias, ou pela permanência de seus filhos na Colônia de Férias de Itaí, que funcionava no Instituto Rural Pedro Maciel Itaí, nas décadas de 50 e 60. Geralmente não identificados como indígenas kaingang, esta parte da população de Ijuí ainda não foi objeto de uma pesquisa sistemática, mas é certo que eles ou seus ascendentes participaram da abertura de estradas e hoje integram a mão-de-obra regional.

Confirmado o leite excesso



O excesso será aplicado em setembro e outubro

Apesar das discussões com a Cooperativa Central Gaúcha de Leite, e das exigências feitas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, junto ao governo federal, para que o governo comprasse o excedente da indústria, o leite excesso vai ser aplicado nos meses de setembro e outubro. A decisão da aplicação da portaria governamental, tem como razões o grande volume de estoque mantido pela CCGL, que atualmente está transformando mais de 100 mil litros recebidos, em leite em pó.

De acordo com o superintendente da Cotrijuf, Regional Pioneira e conselheiro da Central, Antoninho Lopes, "o governo adquiriu apenas 300 toneladas do excedente para formação de estoques, a um preço 30 por cento abaixo da tabela". O governo, ao mesmo tempo, continua a desestimular a produção interna, pois apesar das 274 mil toneladas de leite em pó importadas no ano passado, já impor-

ou, este ano, 66 toneladas. Para desovar o excedente, a Central já está vendendo o queijo e a manteiga, 30 por cento abaixo da tabela, embora o poder de compra do piso nacional de salários limite o consumo em 173,6 litros de leite, contra os 324 litros em 1976. O poder de compra também é motivo de preocupação para a Central, uma vez que já está sendo cogitado a aplicação do ICM sobre o leite, que até agora é isento desta tributação.

PRESSÃO EM BRASÍLIA

Depois da notícia da aplicação do leite excesso, no dia 30 do mês passado, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí — Regional da Fetag, resolveu chamar a uma reunião, com a comissão do leite, o presidente da Fetag, Plínio Hentz e assessores. Da reunião, saiu como proposta a formação de uma comissão estadual, que deverá ir a Brasília, nos próximos dias, para pressionar o governo federal a adquirir o excedente da produção da indústria. "O protesto também é contra as importações de leite em pó", diz o presidente do Sindicato, Carlos Karlinski, acreditando que a compra pelo governo, amenize a possibilidade de aplicação em outros meses.

REAJUSTE

Ainda não confirmado oficialmente, o preço do leite a nível de produtor, deverá receber um reajuste, a partir de 16 deste mês. O último reajuste ocorreu em 13 de junho passado. Segundo a CCGL, se o governo seguir a planilha de custos da Comissão Permanente de Leite, aprovada em Brasília, no mês passado, o reajuste deverá elevar o preço do leite em 27 por cento, passando o produtor a receber, Cz\$ 12,85, contra os Cz\$ 10,15 pagos atualmente. A Comissão de Leite quer, no entanto, que o preço cubra não só os custos de produção, como também contemple com uma margem de lucro, na ordem de 15 por cento, o que daria quase Cz\$ 15,00 por litro.

O sistema CTC

Controle do gado leiteiro, de ovinos, suínos, eqüinos e também da lavoura, além de todos os serviços administrativos e de pesquisa voltados para a agricultura e a pecuária. Estas são, no geral, as atividades que integram alguns dos novos programas desenvolvidos pela Cotridata: o sistema CTC. Desenvolvido em conjunto com a área técnica da Cotrijuf, Regional Pioneira, o sistema CTC tem a preocupação de dar uma garantia e um suporte futuro aos produtores interessados, através do controle de toda a produção, a partir da sua propriedade.

Para desenvolver o novo sistema, a Cotridata já conta com um equipamento PCXT, da ITAUTEC, que atuará como uma base central de programas desenvolvidos, primei-

ramente no CTC, e num segundo momento, na propriedade dos associados. Isto significa que os produtores poderão ter suas informações administrativas e de produção registradas e acompanhadas por computador, adquirido pelo produtor ou pela Cooperativa. Todos estes programas individuais, no entanto, estarão armazenados na base central da Cotridata, que distribuirá as informações aos produtores e realizará, também, todas as mudanças necessárias, de acordo com cada propriedade.

A intenção da Cotridata, segundo o gerente Carlos Roberto Walter, "é de sair um pouco da área comercial e partir para o desenvolvimento de programas em microcomputadores voltados para a produção agropecuária". Para o gerente de



Para dinamizar a pesquisas do CTC

Produção Vegetal, da Pioneira, João Miguel de Souza, "a assessoria da Cotridata na produção agropecuária, possibilitará aos produtores que participarem do sistema, agilizarem suas decisões na propriedade, em função do registro e da atualização das informações técnicas, econômicas e administrativas".

Lubrificação de Máquinas Agrícolas

Aqui estão os óleos do seu dia-a-dia.



Shell Rimula CT

É o mais recomendado para motores diesel turbinado ou de aspiração normal que operam em condições extremamente severas. Modernos aditivos detergente-dispersantes reduzem ao mínimo a formação de lacas e vernizes nos êmbolos, cilindros, válvulas e a colagem dos anéis. Por sua vez, os poderosos aditivos antioxidantes do Rimula CT praticamente eliminam ou reduzem ao mínimo a formação e o depósito de lacas e borras resultantes da oxidação do lubrificante e do combustível.

Shell Spirax

Óleo lubrificante para engrenagens tipo hipóide. É recomendado para caixas diferenciais, caixas de redução, de câmbio, caixas de direção e juntas universais.

Proteção contra a corrosão e umidade.

Spirax HD oferece proteção adequada contra a corrosão das engrenagens e outros componentes de eixos sujeitos à ação prejudicial da umidade. Apresentam também excepcional resistência à deterioração por uso prolongado.

Shell Tellus 68

Óleo lubrificante para sistemas hidráulicos. É fabricado com básicos parafínicos altamente refinados e contém aditivos antioxidantes, antiferrugem, antidesgaste e antiespuma.



Você pode confiar

Novos caminhos para o Estado

"A realização do I Fórum de Debates sobre os rumos do Rio Grande do Sul aconteceu num momento muito importante, cheio de expectativa em relação aos caminhos que o Estado deverá tomar com o novo governo. A afirmação é do professor Telmo Rudi Frantz, reitor da Unijuf ao insistir na idéia de que somente através do diálogo entre governo, sociedade civil e Universidade, é que se vai chegar a um projeto político dinâmico para o Estado. "O espaço para diálogo foi criado e até deu para sentir, durante as colocações dos Secretários de estado, que existe uma lógica na postura do governo, mas está faltando é abertura para uma discussão maior com a sociedade". Diz acreditar numa forte articulação neste sentido, "só que a sociedade ainda não conseguiu absorver essa postura em toda a sua dimensão".

Telmo Frantz lamentou que não exista uma política do Estado com relação ao ensino de 3º grau — embora também admita que os primeiros passos já começam a ser ensaiados —, e responsabiliza a oligarquia agrária por essa lacuna. Lembra que o Estado possui 10 Universidades federais, reforçando, desta forma, a sua força política, só que elas não estão inseridas dentro de um projeto de desenvolvimento para o Estado. "No fundo, observa o reitor, o que queremos agora é que aconteça uma articulação concreta entre as diferentes Universidades

gaúchas, inseridas num sistema disperso".

Toda essa dispersão aconteceu, segundo Telmo Frantz, em função da dinâmica da sociedade civil gaúcha. A oligarquia agrária jamais se preocupou em criar Universidades no norte do Estado, onde só haviam colônias e pequenas propriedades. "Não é por nada que as três Universidades comunitárias — Ijuí, Passo Fundo e Pelotas — estão localizadas na região norte, tão desassistida de início pelo governo, em termos culturais e educacionais. Então a própria comunidade, com toda a sua prática histórica e cultural, tratou de criar e construir suas escolas de 1º, 2º e 3º graus.

MAIS DEMOCRÁTICO

Entende que novas forças políticas, sociais, culturais e intelectuais estão surgindo, só que elas ainda não estão suficientemente articuladas, embora já estejam exigindo um novo projeto de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. "Estas forças, na sua opinião, estão querendo contrapor ao velho projeto oligárquico agrário, um projeto mais avançado e democrático". Ressalta que cabe, então, ao poder público, entender essa aspiração da sociedade civil e conseguir elaborar, com essas mesmas forças políticas, um projeto realmente dinâmico.

Mas na medida em que se consiga construir esse projeto, Telmo Frantz diz que é preciso ir mais a fundo e descobrir o real papel da Univer-



Telmo Frantz

sidade. "Esse é o grande desafio", diz com a certeza de que somente com a clareza desta questão, o governo poderá elaborar uma política para as Universidades gaúchas. "Só então, esclarece, do ponto de vista do governo, elas estarão subordinadas a um plano de desenvolvimento do Estado. E foi dentro deste contexto que o nosso Fórum de Debates esteve inserido".

O I Fórum de Debates sobre os rumos do Rio Grande do Sul foi promovido pela Unijuf e realizado em Ijuí, nos dias 15, 16 e 17 de setembro. Foram palestrantes Eden Pedrosa, presidente da Comissão Especial do Ensino Superior; Suimar Bressan, diretor administrativo da Emater e representante do Secretário da Agricultura; Ruben Ilgenfritz da Silva, ex-presidente do Incra; Cláudio Accurso, Secretário da Coordenação e Planejamento; Gilberto Mossmann, Secretário da Indústria e Comércio; Ruy Carlos Ostermann, Secretário de Ciência e Tecnologia; Hélio Trindade, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFRGS e Bernardo de Souza, Secretário de Educação e Cultura.



Nova matriz produtiva

Ruben Ilgenfritz

O ex-presidente do Incra, Ruben Ilgenfritz da Silva, um dos painelistas do Fórum de Debates, defendeu uma nova matriz produtiva, ressaltando que a pecuária que ainda hoje se pratica no Estado é totalmente conservadora e extensiva, apresentando os menores índices de produtividade da América Latina. "O pecuarista, disse, precisa melhorar o manejo do seu rebanho". Criticou a Exposição de Esteio, dizendo que ela nada tem a ver com a realidade do Rio Grande do Sul. "Ela é apenas um desfile e não representa o que está acontecendo na campanha".

Ilgenfritz responsabilizou o processo de modernização pela destruição da pequena propriedade e pela imposição da monocultura. "Sabemos que a soja é a cultura com perspectivas de melhor remuneração, mas não serve para a pequena propriedade", enquanto que o milho se estabelece em propriedades com visão de diversificação".

Sugeriu a reativação das Estações Experimentais do Estado e criticou a pesquisa brasileira, hoje servindo aos interesses dos grandes grupos e a monocultura. Lamentou que hoje tenha que se produzir trigo com fungicidas, quando um trabalho de rotação de culturas seria o suficiente. "A nossa pesquisa precisa ser ressuscitada e, se quisermos discutir uma nova matriz produtiva, indiscutivelmente teremos de passar pela discussão da nossa pesquisa.

Ruben Ilgenfritz criticou a política centralizadora do Governo, através do Ministério da Fazenda. Lamentou o que aconteceu com as Cooperativas de Crédito, "que não puderam crescer por causa dos interesses dos grandes grupos bancários". Lamentou que estejamos sempre na dependência do que acontece em Brasília. "O que podemos fazer aqui é buscar o melhor do pior que foi estabelecido em Brasília". No final fez um alerta: sem crédito, sem dinheiro, sem pesquisa e sem participação não se reescrivem os rumos do Rio Grande do Sul".

COMPROMISSO

Suimar Bressan, diretor administrativo da Emater e representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado, colocou como compromisso da Secretaria da Agricultura o apoio aos pequenos e médios agricultores, "na perspectiva de resgatar para o processo produtivo, setores historicamente marginalizados".

As conclusões finais

Um resumo de 10 das 14 conclusões apontadas no 1º Fórum de Debates

■ Nos 20 anos de obscurantismo democrático, o aparelho do Estado praticou uma administração centralizadora, obedecendo a fins eleitoreiros. Cabe a Universidade uma análise desse período contribuindo, assim, para que a sociedade gaúcha elabore seu projeto político-econômico-cultural;

■ A revitalização do Estado passa, necessariamente, por um processo de descentralização administrativa com a contribuição de todos os setores e segmentos da sociedade civil. À Universidade cabe o papel de formar quadros e a sociedade para este novo processo;

■ A produção econômica do Rio Grande extrovertiu-se de tal forma na busca de um mercado externo, que toda a riqueza gerada deixou de ser sentida pela comunidade. É preciso, no entanto, que os resultados desse crescimento se voltem para o interior do Estado.

■ A recuperação do mercado interno gaúcho passa pela inclusão de

setores e segmentos desatendidos. A pequena produção necessita ser reativada, possibilitando ao Rio Grande do Sul a garantia de auto-suficiência em abastecimento. A Universidade deve pensar o papel da pequena produção, a reformulação da matriz produtiva e propostas de diversificação de culturas, respeitando os sistemas de produção regionais;

■ O crescimento econômico na área da agricultura necessita passar pela integração agro-industrial, pela solução da questão fundiária, pela diversificação da produção, pela cooperação da produção e do crédito, pela recuperação das Estações Experimentais.

■ A integração do Cone Sul, principalmente com os argentinos e uruguaios, se impõe por razões econômicas e políticas, podendo representar uma estratégia importante a nível de conhecimento e tecnologia;

■ A administração das estatais precisa ser saneada e entregue a técni-

cos competentes, capazes da execução de um planejamento detalhado que a torne transparente;

■ As relações entre Estado e Universidade devem se pautar pela criação de espaços e diálogos, onde se processem trocas de informações, debates. À Universidade cabe produzir o saber crítico, a condução da pesquisa básica, a realização de Fóruns regionais e o 2º Fórum;

■ A necessidade da produção de ciência e tecnologia própria e adequada à realidade brasileira exigem a formação de recursos humanos qualificados e críticos capazes de gerenciar pesquisas e formar estudantes com domínio dos conhecimentos acumulados pela ciência, habilidade de raciocínio inerente ao trabalho científico, e a capacidade de exercício consciente.

■ A reformulação conjunta de uma política educacional, inovadora e coerente com as características regionais.

DUAL®

O HERBICIDA PRÉ-EMERGENTE PARA SOJA

© Marca Registrada da Ciba-Geigy - Basileia - Suíça

Produto registrado na DIPROF-SDSV-MA sob n.º 012987

Pessimismo realista

Técnico do Centro de Estudos Econômicos de São Paulo falou em Porto Alegre para um auditório constituído pela diretoria, quadros gerenciais e assessores da Cotrijui e empresas subsidiárias, fazendo uma análise da situação econômica atual e projetando o futuro da economia do país. O economista José Eduardo Favaretto recomendou muita cautela na condução dos negócios, já que as perspectivas não dão margem para qualquer otimismo. Esse foi o Segundo Seminário Conjuntural de Projeção da Cotrijui, e foi realizado no auditório da Farsul no último dia 22.

As perspectivas da economia nacional para 1988 e as tendências básicas de mercado de produtos em face a uma inflação projetada ao nível de 12 a 15 por cento ao mês, já no final do primeiro trimestre do ano, foi analisada no último dia 22, em Porto Alegre, no salão de atos da Farsul, pela direção e quadros assessores da Cotrijui e subsidiárias. É o segundo ano que a cooperativa faz projeções com o auxílio de economistas de fora de seu quadro funcional. O que se pretende é uma premonição de dados políticos e econômicos, com vistas a minimizar problemas num futuro que se antecipa cada vez mais incerto.

A análise conjuntural foi feita pelo economista José Eduardo Favaretto, do Centro de Estudos Econômicos de São Paulo, que fez uma amostragem do quadro atual da economia e do estado atual da política que a orienta, num país traumatizado pela incerteza do amanhã.

O especialista antecipa uma taxa estacionária para a indústria, com tendência mais forte para a baixa; queda nas ofertas de alimentos e conseqüente aceleração da inflação em face da demanda não correspondida. Usando recursos da projeção de transparências gráficas, com índices comparativos, destacou o comportamento da economia da década de 70 e a atual década, que deverá registrar a média de 3 por cento ao ano.

Essa perspectiva, que encerra um pessimismo realista, segundo frisa o técnico, que já em 1988 vamos enfrentar situações piores do que as que enfrentamos agora, e assim sucessivamente.

Ante o quadro de perspectivas apresentadas pelo conferencista, o tema dos debates que se seguiram teve conotações bastante crítica, que se estendeu a todo o conjunto da economia. A expectativa é de que o país, no estágio atual, não se mostra atrativo para novos investimentos. Não se têm implantado novas plantas industriais nos últimos anos, e mesmo no setor primário os investimentos têm sido tímidos. Sem isso, a economia não cresce.

A capacidade produtiva da Nação está muito limitada. A prova mais evidente, diz Favaretto, é o Produto Interno Bruto, que se mantém

praticamente no mesmo patamar registrado em 1983. O PIB per capita, naquele ano, foi de 63 dólares e devemos chegar ao final da década com um crescimento de apenas 3 por cento sobre aquele montante. O esgotamento da capacidade de poupança interna é fruto dessa situação.

A possibilidade da dívida externa ser negociada, existe. Tudo leva a crer que se alcançará um consenso, mas não na medida que seria ideal para o Brasil. O melhor que se obterá será o reescalonamento do juro vencido, e alguma redução na taxa do "spread". Mas essa nova situação vai ter o agravante de colocar o país na condição de inadimplente, prejudicando ainda seu futuro no concerto dos bancos financiadores e do próprio FMI.

O palestrante não acredita na formação de novo pacote econômico. Pois ele viria ainda mais recessivo. Diz que o governo não tem margem de manobra, enquanto o déficit público continua sem controle, ajudando a pressionar a inflação para cima. Em vista desses fatores, acredita que a recessão se manterá ainda pelo menos um ano, no mínimo. O governo não está conseguindo controlar a economia, que neste momento está necessitando mais de condicionantes políticos do que econômicos.

Acha muito difícil um reaquecimento do PIB, e muito menos que ele volte a situar-se na ordem dos 7 por cento registrados na década anterior. Mesmo assim pensa que a inflação será mantida nos patamares que vem se registrando, disparando só nos dois últimos meses do ano, chegando ao final de dezembro em torno de 10 por cento mensais.

Afinal, com uma dívida interna somada de cerca de dois trilhões de cruzados, o governo está desprotegido de meios para trilhar por caminhos menos ásperos, disse Favaretto.

Ante esse quadro de pessimismo aparentemente realista, o que fazer?

A questão que se coloca para o setor empresarial é de que deverá haver muita cautela no agir. Investimentos só aqueles estritamente necessários e urgentes, porém sempre que houver recursos pró-

prios. Nenhum investimento deve ser feito com recursos de terceiros, posto que o retorno, a curto prazo, vai ser uma incógnita.

O economista acha que é preciso fugir dos bancos. O dinheiro está sendo a mercadoria mais cara do país, no momento, e com dinheiro caro não dá para produzir.

A preocupação estende-se também ao financiamento da produção. Deverá faltar dinheiro para o custeio agrícola e para a aquisição das safras do próximo ano. Por melhor que sejam as intenções do governo, ele só vai dispor de recursos reduzidos.

Recomenda o máximo de cautela na contratação de

financiamentos. É preciso evitar os juros pós-fixados, pois eles, sem dúvida, vão disparar. Tendo como parâmetro o dólar, com tendência para altas incontroláveis.

Ao agradecer a vinda do economista José Favaretto, cuja palestra absorveu a atenção do pessoal presente ao auditório da Farsul por mais de duas horas, o presidente da Cotrijui, Oswaldo Olmiro Meotti, disse que o quadro apresentado, apesar de dramático, não nos surpreende. Pelo menos 70 por cento das previsões feitas já era do conhecimento da direção da cooperativa. Devido a esse conhecimento da situação futura, a cooperativa e suas subsidiá-

rias já vêm tomando providências para amenizar pelo menos os efeitos mais graves da crise, que não nos pegará de surpresa, enfatizou Meotti.

A vinda a Porto Alegre do economista José Favaretto foi coordenada pelo diretor-adjunto, Paulo Roberto da Silva. Analisando o conteúdo da palestra, lembrou que no momento em que Favaretto fazia projeções e análise do comportamento dúbio da política econômica vigente, o governo dava mais uma prova de insegurança, decretando mudança que se refletiriam em novos rumos da política agrícola e que certamente se refletirão na política econômica como um todo.

O tempo passou, mas têm coisas na vida que não passam nunca.



Em 30 anos, a Cotrijui cresceu e mudou a vida de quem acreditou no trabalho, no esforço de cada um para o crescimento de todos. Partindo de um pequeno grupo de agricultores, a Cotrijui e suas subsidiárias * contam hoje com uma completa estrutura de comercialização de safras, modernas unidades armazenadoras, um terminal graneleiro marítimo ** e uma eficiente rede de transportes no RS e MS. A Cotrijui ainda participa das seguintes Cooperativas: CCGI - Cooperativa Central Gaúcha de Leite; VALURUGUAI - Cooperativa Industrial de Lã do Vale do Uruguai; CCGH - Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros; CCGC - Cooperativa Central Gaúcha de Carnes e CCGTel - Cooperativa Central Gaúcha de Telefonia Rural. Os associados se beneficiam de orientação agropecuária permanente, além de assistência médica e social. A Cotrijui mantém lojas, armazéns e supermercados para suprir seus sócios de gêneros alimentícios, vestuário e insumos para lavoura. E, ainda, frigorífico, indústria de óleo, indústria de ração, engenho de arroz. Tudo isto é parte de um patrimônio que é seu, e que continua crescendo. Mas tem uma coisa que não muda nunca: a nossa emoção de ver que cada conquista, cada vitória, é fruto da união e do trabalho, da harmonia e da produtividade de cada um de nós.

IRPA - Instituto Riograndense de Febre Aftosa Ltda. COTRIDATA - Processamentos de Dados Ltda. TRANSCOOPER - Serviços de Transportes Ltda. COTRIEXPORT - Cia. de Comércio Internacional Ltda. COTRISEGUROS - Corretora de Seguros Ltda. HOSPITAL BOM PASTOR - Com três unidades hospitalares. Capacidade instalada estática = 1.400.000 toneladas.

COTRIJUI



30 ANOS

A UNIÃO FAZ A FORÇA
QUE NEM O TEMPO DESFAZ

ASSINATURAS

A assinatura do Cotrijornal tem o custo anual de Cz\$ 300,00. Este valor deve ser enviado em cheque nominal para a Cooperativa Regional Triflora Serrana Ltda. - Cotrijui - Rua das Chácaras, número 1513 (Caixa Postal 111), Ijuí - RS - CEP - 98.700.



MOINHOS COLONIAIS

O sistema de quotas instituído pelo governo em 1967, como o pretexto de que serviria para moralizar o setor, mas que na verdade serviu apenas para beneficiar os grandes grupos moageiros do país e ainda mais o subsídio ao trigo, adotado em 1972, sepultaram em definitivo a maioria dos moinhos coloniais que existiam por esse Rio Grande. A maioria destas pequenas unidades desapareceram porque não viam vantagens em continuar esmagando grãos apenas como prestadoras de serviços para os agricultores. Expulsos do sistema, os moinhos podiam esmagar até 730 toneladas de trigo por ano. Enquanto que os grandes grupos, — em número de 186 em todo o país — continuaram, por muitos anos, se beneficiando com a vantagem de adquirir o grão a preços subsidiados. A retirada do subsídio, decidida pelo governo no dia 12 de junho deste ano, já foi um passo em frente, para que os moinhos voltem a ocupar o seu espaço nas colônias e deixem de representar apenas a figura de uma "tapera abandonada". Mas a grande reviravolta, no entanto, aconteceu no dia 9 de setembro, quando o delegado do Ministério da Agricultura, Antônio Visintainer, anunciou uma ordem de serviço determinando o cadastramento destas unidades como microempresas. Foi um reboliço danado, tanto na capital como na colônia. Os moinheiros trataram de tirar o pó dos cilindros, das tulhas, das peneiras para saber o que ainda funcionava. Na capital, quem não gostou muito da notícia foi a Sunab, que se sentiu desafiada, porque é a responsável pelo cadastramento e fiscalização das atividades dos moinhos coloniais. Os grandes moageiros não gostaram da notícia porque estão se sentindo em perigo. Em todo o caso, com a extinção do subsídio ao trigo, o governo deixa de gastar, apenas neste ano, 40 bilhões de cruzados. Sem perder tempo, os moinheiros já começam a se articular, embora admitam que "as coisas ainda estejam muito confusas". Em Ijuí, na Linha 6 Norte, dois irmãos, Valdir e Willi Appel, ainda no final de agosto, já andavam buscando subsídios para saber como deveriam se registrar como microempresas. Em Tenente Portela, os proprietários do moinho Rosa Lopes já estão prontos para começar a trabalhar dentro da nova ordem de serviço. Só anda mais desinformado e meio com medo das burocracias, o moinheiro que mora lá no meio da colônia, longe da cidade e que sobreviveu por muita sorte.



Gentil e Nelva: faltam recursos para investir no pequeno moinho

A volta por cima

Os proprietários do moinho Rosa Lopes, Estevão e o filho Telmo Rosa Lopes, já ouviram falar na decisão do delegado do Ministério da Agricultura de delegar poderes a Seapab — Serviço de Acompanhamento das Políticas de Abastecimento —, para começar a cadastrar todas "as unidades produtivas de pequeno porte que se dediquem a moagem de grãos produzidos em área colonial", mas continuam aguardando informações mais definidas a respeito da decisão. "Parece, explica o Telmo, que as coisas ainda não estão muito claras".

O Moinho Rosa Lopes está localizado bem no centro da cidade de Tenente Portela e chegou a esmagar, na década de 60, 10 mil sacos de trigo por safra, abastecendo toda a região noroeste do Estado com a farinha "Neiva". No final da década, pressionado pelos grandes moinhos, seu Estevão foi obrigado a sair do mercado e vender suas quotas, que permitiam o esmagamento de 600 sacos de trigo por semana, para um moinho localizado no estado de Espírito Santo. Conta que era obrigado a vender o seu produto por preços abaixo dos praticados por outras indústrias e mesmo assim, não conseguia competir. Ele também vinha sendo castigado pela concorrência da farinha contrabandeada da Argentina, que na época era muito grande e atrapalhava todo o seu negócio.

Com a venda das quotas, o Moinho Rosa Lopes se transformou num prestador de serviços aos agricultores da região, moendo principalmente o milho e algum pouco de trigo. "Com o subsídio, ressalta seu Estevão, não valia a pena o agricultor moer o trigo. Ele tinha mais vantagem comprando a farinha pronta". Mas agora que o subsídio ao trigo caiu, possibilitando também a volta dos moinhos coloniais, ele até já anda pensando em requerer, junto a Sunab, um novo registro para a sua marca de farinha "Neiva", "que o antigo já perdeu a validade".

Os Rosa Lopes acreditam que a volta dos moinhos coloniais vai ser muito bom não apenas para os proprietários destas unidades, mas também para os agricultores, os consumidores e os municípios. Os consumidores vão poder comprar farinha mais barata porque vai acabar o tal de passeio do trigo. O municí-

pio vai sair ganhando, porque serão novos empregos que estarão sendo gerados e ainda, é mais dinheiro que ficará circulando na região.

Com capacidade para moer 12 mil quilos de trigo por dia, a grande preocupação, agora, dos Rosa Lopes, é saber se o delegado do Ministério da Agricultura vai estabelecer algum limite para a moagem do trigo. Eles já ouviram falar que a Sunab estaria disposta a liberar um limite, para a moagem de trigo, de até dois mil quilos por dia. Se essa informação for realmente confirmada, o moinho vai continuar operando abaixo da sua capacidade normal. O moinho usa quatro cilindros para moer o trigo e um cilindro para o milho.

ALGUNS INVESTIMENTOS

Mas enquanto as definições em torno do assunto não chegam até os proprietários dos moinhos coloniais, os Rosa Lopes começam a se preparar para enfrentar novos desafios pela frente. Um deles é o de tratar de reativar a marca "Neiva". Um outro seria o de procurar recursos, "com juros compatíveis", para alguns novos investimentos, principalmente na área de armazenagem. "Precisamos investir na construção de algumas tulhas e na retificação de alguns cilindros que estão parados ou operando ocasionalmente", explica o Telmo.

Entre tantos problemas, o que mais tem preocupado os Rosa Lopes, no entanto, é a falta de um secador para grãos. O secador do moinho queimou durante um incêndio em 1974 e, agora, de acordo com a lei do município, eles não poderão construir novas instalações dentro da cidade. "Por enquanto continuamos aguardando orientações da Sunab ou da Delegacia do Ministério da Agricultura, para depois tomarmos as demais providências". Entre estas providências, está a intenção dos proprietários do moinho de manter contato com a direção da Cotrijuf para saber da possibilidade da Cooperativa fornecer trigo seco para o moinho. Essa é uma questão, segundo o Telmo, que não vai afetar apenas o moinho Rosa Lopes, mas todos os moinhos coloniais da região. Resolvidos estes desafios, garante que o moinho Rosa Lopes está pronto a recuperar o mercado, que até a década de 60, era

abastecido com a farinha "Neiva".

POUCA COISA

A situação do seu Gentil Ciotti, proprietário de um pequeno moinho colonial em Sítio Tunes, interior do município de Braga, ainda é mais difícil. Ele pouco sabe a respeito da possibilidade dos moinhos coloniais voltarem a operar de forma comercial. "Não sei muita coisa a respeito dessa decisão do governo até porque vou muito pouco à cidade", confirma.

Seu Gentil comprou o moinho e mais um hectare de terra há 9 anos atrás. "Foi um negócio que, de início, acheli que estava bem feito, explica. Ele trocou 10 hectares, localizadas pelas redondezas, pelo moinho e a terra e ainda recebeu Cr\$ 40 mil de volta. "Hoje ele parece meio esquisito, porque a terra, de uns anos para cá, valorizou bastante". O moinho é modesto e bastante rústico. Talvez seja um dos poucos moinhos que existem por esse interior do Estado que ainda faça moagem de trigo e de milho com pedra. A capacidade de moagem, para o trigo, é de seis sacos por dia. Já o milho, chega a moer até 12 sacos por dia.

A troca de profissão, de agricultor para moinheiro, não foi uma tarefa muito fácil, mas assim mesmo, seu Gen-



Edimar e Ailton: estão preocupados com a pr



Estevão e Telmo: muitos desafios pela frente

til garante que os poucos dias de aprendizagem foram suficientes "para que nunca mais os vizinhos ficassem sem moagem". Ele só lamenta a falta de recursos para melhorar as condições de moagem e de armazenagem do moinho. Garante que se tivesse dinheiro sobrando já teria substituído a pedra por um cilindro. Moer trigo com pedra não compensa muito porque a capacidade de moagem fica muito limitada". Mas agora, que ouviu falar por alto, alguma coisa a respeito da volta dos moinhos coloniais, seu Gentil já anda mais animado e até acredita que o governo vá dar alguma ajuda. "Pode ser que o governo dê algum incentivo, a juro mais moderado, para esses pequenos moinhos da colônia que quase desapareceram depois que veio o tal de subsídio", assinala.

Seu Gentil moe trigo e milho para toda a vizinhança. Para moer um saco de milho, cobra Cz\$ 20,00 e por um saco de trigo Cz\$ 50,00. Para garantir uma receita um pouco maior, ele sempre tem em estoque um pouco de farinha de milho que cede para os vizinhos nas épocas de aperto. Nestas ocasiões ele chega a tirar até Cz\$ 8 mil por mês. De janeiro até agosto, por exemplo, ninguém compra farinha de milho porque todo mundo tem em casa. É a partir de setembro que começa a procura. Ele nunca fez nenhum contato com a Sunab e nem sabe por onde começar, caso tenha que se registrar como microempresa. Diz que só tem alvará de funcionamento e garante que está em dia com os impostos.

Ele se orgulha de nunca ter parado de trabalhar por falta de fregueses, que aumentaram ainda mais depois que caiu o subsídio ao trigo. "Tenho, hoje, perto de 150 agricultores que trazem sua produção para moer, conta. A dona Neiva, a sua mulher, não sabe o que é fazer pão com farinha comprada. "O pão fica

sempre macio e com cheirinho de trigo", explica ela. O moinho ainda não tem polidor para trigo e todo o trabalho é feito com muito capricho no descascador de arroz. "Mas tem que ser um serviço muito bem feito para a farinha ficar artigo de qualidade", alerta.

AUMENTOU A PROCURA

O moinho do seu Edimar Heldt, localizado em Pedro Garcia, também interior do município de Braga, só voltou a funcionar em outubro do ano passado. Ele comprou o moinho do seu Ricieri Marangon há cerca de dois anos e meio. Até o antigo proprietário, o moinho só trabalhava com milho. Seu Edimar fez algumas reformas, trocou as instalações de lugar e substituiu as pedras por cilindro. A capacidade atual de moagem de trigo, é para 20 sacos por dia. Milho ele moe dia e noite sem parar.

Depois da queda do subsídio ao trigo, os negócios melhoraram bastante, a tal ponto, que muitas vezes o moinho é obrigado a trabalhar sem parar para vencer os pedidos. "A procura pela farinha de milho, conta, aumentou em 400 por cento, diz ele, garantindo que a situação vai melhorar ainda mais depois da colheita do trigo. Faz essa afirmação considerando o grande número de agricultores que têm aparecido na sua casa, querendo saber se o moinho já vai poder moer trigo nesse ano.

SERÁ QUE VÃO DEIXAR?

Quando comprou o moinho e mais um hectare e meio de terra, seu Edimar pagou Cr\$ 50 milhões. Mas como queria adaptá-lo para a moagem de trigo, comprou um outro moinho usado e gastou, nessa operação, mais Cz\$ 130 mil. Na época achou que o negócio não tinha sido bem feito, mas hoje, tem certeza que acertou em cheio. O moinho, na verdade, está nas mãos de uns dos filhos, o Airtton, de 16 anos. Seu Edimar continua cuidando da lavoura. "Eu apenas supervisiono o serviço do meu filho, explica. Ele é proprietário de 14 hectares e planta em mais 23 hectares arrendados.

Embora esteja animado com as notícias de que os moinhos coloniais estão de volta, podendo operar a todo o vapor, "como antes da fixação do sistema de quotas", seu Edimar tem uma preocupação: será que os grandes moinhos vão permitir que pequenas unidades coloniais voltem a funcionar? A pressão vai ser muito grande. Precisamos estar alertas", diz. Eles não vão querer perder seus espaços novamente".

Mas enquanto as discussões correm soltas, seu Edimar vai tratando de se estruturar melhor para quando começar a colheita do trigo, época em que espera moer em torno de 200 sacos por mês. Para "satisfazer a freguesia", ele está concluindo a construção de um depósito para armazenagem de produto com capacidade para 200 sacos.

As brigas com a Sunab

Até o final de agosto, os proprietários dos pequenos moinhos coloniais, hoje praticamente desativados em sua maioria, já andavam alvorçados com a notícia da queda do subsídio. Mas já nessa época, ainda em meio as informações desencontradas, tinha muito moinheiro se mexendo, tirando o pó dos cilindros, das peneiras e das tulhas. Alguns dias mais tarde, uma outra surpresa: o delegado do Ministério da Agricultura soltou uma ordem de serviço decretando a volta dos antigos moinhos coloniais.

Era nessa situação, de indefinição, que se encontrava o Valdir Tamiozzo, proprietário de um antigo moinho colonial — ele calcula que o moinho existe há mais de 70 anos —, localizado na Linha 15, Ajuricaba. O Valdir comprou o moinho há pouco mais de um ano e, atualmente, moí apenas milho. Mas anos atrás, quando ele funcionava com sistema de roda d'água, moía, além do milho, também o trigo. Hoje ele funciona a luz elétrica, o que encarece demais o serviço.

Mas depois que ouviu falar que o governo tinha eliminado de vez o tal de subsídio ao trigo, Valdir começou a fazer planos. Ele já pensa em comprar uma turbina e fazer com que o moinho volte a funcionar com água, "que é bem mais econômico". Para voltar a moer trigo, anda pensando em comprar um cilindro. Só ainda não deu jeito na compra porque ficou meio assustado com o preço "e não tenho recursos suficientes". Eu tenho todo o equipamento necessário, inclusive a pedra, mas acho que não compensa voltar a moer trigo nesse sistema antigo". Em todo o caso, já naquela época ele apontava a queda do subsídio como uma grande medida. "Muitos moinhos que estavam parados vão poder voltar a trabalhar".

DESACERTOS

Já no final de agosto, o seu Waldemar Mariotti, proprietário, junto com o pai, Eduardo, de um moinho colonial localizado na Linha 17, interior do município de Ajuricaba, andava às voltas com a Sunab, tentando novo credenciamento. Ele vinha trabalhando com moagem de milho, em pequena quantidade e com descascador de arroz. Não trabalhava mais com trigo, nem para prestação de serviços desde 83, quando andou tendo alguns desacertos com o pessoal da Sunab. "Cansei de tanta burocracia da Sunab, justifica. "Mas agora estamos conversando novamente e tentando acertar os ponteiros. Quero ver se reativo o moinho".

Antes da queda do subsídio ao trigo, o pessoal da Sunab andou visitando o moinho para ver se estava em condições de voltar a operar com trigo e prestar serviços aos agricultores daquela região. O moinho está nas mãos da família Mariotti há mais de 30 anos. Até 1957 a moagem era feita com pedra tocada a roda d'água, quando foi substituída por uma turbi-



Valdir: pensando em comprar um cilindro

na. A pedra foi trocada por cilindro. Ele tem capacidade para moer até 20 sacos de trigo por dia. Quando começou a se movimentar no sentido de buscar novo credenciamento, a intenção do seu Waldemar era o de voltar a operar como prestador de serviços, já que ainda não havia saído a ordem de serviço do delegado do Ministério da Agricultura.

O seu Waldemar não poupa a Sunab de suas críticas. Até hoje ele acha que ela é uma das grandes responsáveis pelo desaparecimento destes pequenos moinhos, que mesmo com a fixação de quotas pelo governo continuaram prestando serviços aos agricultores. Diz que as exigências eram muitas e rigorosas. "O produtor que queria moer um saco de trigo para fazer farinha para o gasto, tinha que apresentar nota fiscal de produtor. Então, era mais fácil e até porque também era mais barato comprar a farinha pronta.

Além da exigência da nota por parte dos produtores, seu Waldemar diz que ela exigia um relatório mensal do movimento de cada moinho e ainda não admitia que a quebra na moagem do trigo ultrapassasse a três por cento. "Para nós ficava muito difícil de observar essa exigência, pois quem trabalha com trigo produzido na colônia, sabe que a quebra fica sempre em torno de sete a oito por cento. Só pode considerar uma quebra de três por cento, quem trabalha com trigo importado, por exemplo, que é de melhor qualidade".

FOI MUITO BOM

A queda do subsídio ao trigo, segundo o seu Waldemar foi uma medida muito boa e que vem beneficiar não só aos agricultores como também aos consumidores. Até o movimento aumentou no moinho depois que o subsídio caiu. "Antes ele moía em torno de 10 sacos de milho por mês, agora a nossa quota já passou para 40 sacos. Os próprios bolcheiros das redondezas já sentiram o efeito da queda do subsídio, diz ele ainda. Garante, no entanto, que a luta ainda não está no fim. "Ainda temos as quotas que continuam em vigor, alertava (a entrevista com o seu Waldemar foi feita no final do mês de agosto). Mas tenho certeza que elas vão cair logo".



Waldemar: tentando se acertar com a Sunab



pressão dos grandes



MOINHOS COLONIAIS

Parado há quase 20 anos

Por volta de 1951 o seu João

Manjabosco e mais três filhos, o José, o Fortunato e o Ângelo, construíram um moinho colonial na localidade de São Miguel, interior de Augusto Pestana. Ele era tocado por roda d'água e foi um dos moinhos mais conhecidos da região. Como era credenciado pelo governo e trabalhava dentro do sistema de quotas, podia comercializar farinha por toda a região, atingindo Três de Maio, Três Passos, Santa Rosa, Augusto Pestana, Ijuí, entre outros municípios, onde o produto Manjabosco era conhecido pela qualidade.

Problemas administrativos e falta de interesse da maioria dos sócios, fez com que o moinho começasse a dar para traz. A família Manjabosco nem pensou duas vezes: tratou de fechar o moinho e vender as quotas para um outro moinho de Santa Maria. "Até hoje, conta o seu José, proprietário da terra onde o moinho está instalado, não sabemos por quanto as quotas foram vendidas". Toda a contabilidade do moinho era feita por um escritório de Ijuí, o que também ajudou a família

a se desgostar pela atividade. "Nunca sabíamos o quanto estávamos ganhando" reclama seu José. Alguns anos mais tarde eles venderam o cilindro para um moinho de Rosário, pelo preço de Cr\$ 800,00, que também está desativado.

PARADO

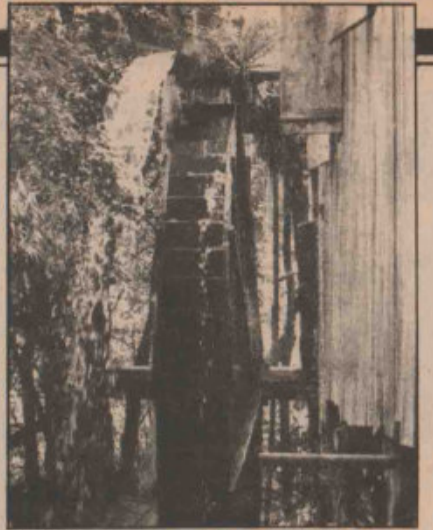
Desde que os Manjabosco venderam as quotas e o cilindro, o moinho parou definitivamente de funcionar e isso faz, segundo o seu José, quase uns 20 anos. Mas o moinho não foi desativado por completo, ele ainda conserva as tulas, dois jogos de pedras, polidor, descascador de arroz, entre outros equipamentos. A roda d'água, apesar de parada, continua em bom estado e de vez em quando sofre alguma reforma.

A família Manjabosco não tem mais interesse em ativar o moinho, mas também não quer se desfazer. "Se quisesse poderia moer o milho e fazer fari-



Seu José e dona Elina conservam o moinho para os filhos

nha para o pessoal da redondeza, diz seu José, o único dos três irmãos que ainda gostaria de ver o moinho reativado. "Quem sabe um dia, um dos filhos se interesse pelo moinho", diz ele lamentando a venda do cilindro. Se não tivéssemos vendido o cilindro, faltava muito pouco para o moinho voltar a funcionar". Bastava algumas reformas no prédio, nas correias e no açude. "Nós até já ouvimos falar que o governo vai dar financiamento para os moinhos coloniais, mas tenho medo é dos juros. Só de correia ele acredita



A roda d'água permanece inteira

que poderia gastar uns Cz\$ 30 mil. O moinho é hoje mais uma peça de museu. Uma vez que outra, aparecem algumas turmas de alunos de escola para conhecer de perto um moinho colonial, a roda d'água, as pedras de moagem. A dona Elina, a mulher do seu José, lembra até hoje dos tempos em que o moinho atraía agricultores de toda a região. "As vezes, conta ela, não podia atravessar o pátio para pegar água no poço, tanto era o movimento". Conta que os colonos chegavam de carroça, de cavalos e ficavam hospedados na sua casa, esperando a farinha ficar pronta. "Eu dava pouso e comida e ainda cuidava dos seis filhos pequenos". Mas enquanto nenhum dos filhos se decide em tocar o moinho para frente, ele continua fechado. "Eu não tenho mais saúde e ainda por cima, sou alérgico ao pó do trigo", lamenta seu José.

Atrás do registro de microempresa

Os irmãos Valdir e Willi Appel são proprietários de um moinho colonial localizado na Linha 6 Norte, em Ijuí, desde 1972. O moinho andava meio desativado e não trabalhava mais com trigo já há algum tempo. Apenas fazia alguma moagem de milho ou descascava pequenas quantidades de arroz. O Valdir tem a mesma queixa do seu Waldemar: a Sunab era muito "enjoada" e controlava demais. Foi, também, por este motivo, que eles descredenciaram o moinho.

Mas os irmãos Appel já andaram na frente. Muito antes da notícia da possibilidade de volta dos antigos moinhos coloniais, eles já estavam às voltas com papelada, pedindo o credenciamento do moinho como uma microempresa. "Foi justamente a queda do subsídio (a entrevista também foi feita no início de agosto), que nos levou a reativar o moinho", conta Valdir.

QUOTAS À VENDA

O que levou os irmãos Appel, na verdade, a reativar o moinho, foi a certeza de que, com a queda do subst-

dio, o governo teria que liberar a venda de mais quotas. "Não acredito que o governo vá eliminar o sistema de quotas. O que ele pode fazer é abrir um pouco mais o sistema, permitindo a entrada de novos moinhos". Eles também não acreditavam, na época, que o governo fosse liberar a moagem de trigo, inclusive, para os moinhos coloniais.

O moinho foi comprado da Cooperativa Mista Tuiuti Ltda e na época, pareceu aos irmãos, um bom negócio. Mas depois não foi mais vantagem. Com capacidade atual de moagem para quatro sacos de trigo



Valdir e Willi: reativando o moinho

por hora, o moinho dos irmãos Appel está passando por uma reforma completa. Só na reforma das peneiras, já foram gastos Cz\$ 16 mil. Eles trocaram a cera das peneiras. "um produto importado que tem de ser pago em dólar", esclarece o Valdir. "Agora estamos reformando os cilindros". A expectativa dos irmãos é de que já nessa safra o moinho esteja funcionando a todo o vapor.

Só moagem de milho

O seu Ricieri Marangon foi moinheiro durante muitos anos, até que o sistema de quotas imposto pelo governo e o subsídio ao trigo fizeram com que ele desistisse do negócio. Em determinada época ele chegou a ser proprietário de dois moinhos, mas como nenhum agricultor queria saber de moer trigo para fazer farinha, "que era mais barata comprada nos mercados", seu Ricieri decidiu dar uma última cartada: pleitear ao governo, algumas quotas. "Também queria moer trigo para o comércio, assim como alguns moinhos mais privilegiados estavam fazendo", explica. Para não dizer que não conseguiu nada, o governo lhe ofereceu uma vaga em Mato Grosso, "mas não quis arriscar

A safra, segundo seu Ricieri, foi vender os moinhos e dar mais atenção às lavouras. Ele é proprietário de 200 hectares localizados em Braga e mais 32 em Campo Novo. Ele ainda conserva um pequeno moinho para milho, movido a água.

Prove que você é um agricultor técnico. Use Fusilade.

Fusilade é o mais eficiente herbicida de pós-emergência para o controle das gramíneas anuais e perenes que tanto prejudicam a sua soja.

Sua aplicação correta e planejada vem trazendo excelentes resultados para milhares de sojicultores brasileiros.

Seja você também um produtor técnico; não utilize os herbicidas em "operações de salvamento" de última hora. Planeje Fusilade para sua próxima safra e controle o mato com eficiência.

Com ele, você soma todas as vantagens da qualidade comprovada, mais a experiência da ICI no combate às ervas da soja.

Consulte seu agrônomo ou técnico agrícola e garanta sua produtividade.

Para o controle das ervas de folhas largas, use Flex.



ICI Brasil S.A.

Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
São Paulo - SP.



O mato merece.





MOINHOS COLONIAIS

Trabalhando sem descanso

Nas décadas de 50 e 60, a Indústria Grimm, de Ijuí, era responsável pela instalação de muitos moinhos em todo o Estado. Mas a instituição do sistema de quotas e o famigerado subsídio ao trigo, responsáveis pelo desaparecimento da maioria dos moinhos coloniais da região, foram decisivos para que os Grimm, proprietários da Indústria, também mudassem de atividade.

Em vez de continuar fabricando cilindros, peneiras, entre outros equipamentos específicos para moinhos, a indústria começou a operar no setor de máquinas agrícolas. "Passamos a fabricar, conta Roberto Grimm, proprietário da Indústria, classificadores de sementes, e cereais, secadores e até chegamos a entrar na área da erva-mate". Foi a indústria Grimm a grande responsável por toda uma revolução que aconteceu no mercado da erva-mate, através da criação de um secador instantâneo para o produto. Esse equipamento, que leva pouco mais de 10 minutos para secar a erva-mate, foi capaz, também, de padronizar a cor do produto final.

PARADOS HÁ 20 ANOS

Mas depois de ficar parado quase 20 anos, Roberto Grimm foi obrigado a reaver as velhas plantas de moinhos e colocar em funcionamento as suas emperradas máquinas. Hoje, depois que caiu o subsídio e já se fala que a volta dos moinhos coloniais é uma coisa irreversível, ele já não consegue vencer o serviço. O telefone toca todo o dia e os pedidos de reformas de cilindros, de peneiras e outras peças vão se acumulando. "Estamos superlotados de serviços. Ainda hoje recebi um telefonema de Marcelino Ramos, pedindo reforma no maquinário do moinho, mas pedi que não me mandassem nada por enquanto, que não tenho mais onde colocar nenhuma peça", diz.

Em meio as tantas consultas de pessoas interessadas em instalar ou reativar os velhos moinhos coloniais que estavam transformados em sucatas, Roberto Grimm já tem novidades. Ele está lançando ao mercado um pequeno moinho compacto, com cilindro, para moinho colonial. O moinho é pequeno, tem cinco metros de altura e capacidade para moer até 12 sacos de trigo por hora. Ele tanto pode ser acionado por força elétrica, como por turbina hidráulica ou roda d'água. O preço de cada unidade, anda por volta de Cz\$ 390 mil. Um moinho maior pode ser encontrado por Cz\$ 500 mil. Mas Roberto Grimm vai logo avisando: só faz esse tipo de moinho por enco-

menda. Mesmo que os negócios estejam correndo bem, Roberto Grimm reclama da morosidade dos bancos na liberação dos financiamentos para os moinheiros. Os altos juros, segundo ele, também andam atrapalhando um pouco a decisão dos moinheiros de investir na atividade. Em todo o caso, quem anda arriscando, está preferindo usar metade de recursos próprios, e a outra metade financiada. "Os juros elevados estão espantando um pouco os clientes", diz.

Até a semana passada, a Indústria Grimm tinha acertado a reforma de um moinho em Capanema, interior do Paraná e um outro da Emater de Curitiba. São todos moinhos de clientes antigos, mas que estavam desativados e que agora vão voltar a funcionar", explica. Também tem em mãos um projeto para construir um moinho completo para a cidade de Campo Novo. É um projeto comunitário, que reúne vários agricultores. O moinho da Emater de Curitiba também é um sistema comunitário e dele fazem parte 20 agricultores.

Mas agora que o serviço está



Roberto Grimm construiu um moinho compacto

sobrando, o que está mesmo em falta é a mão-de-obra especializada. A indústria trabalhava, até pouco tempo, com 80 funcionários, "mas estou treinando novas pessoas para ver se posso contratar, diz, lembrando que hoje, in-

felizmente, não existem mais pessoas especializadas e que entendem desse tipo de trabalho. "Fazer peneiras, por exemplo, explica Roberto Grimm, exige muita dedicação. É como fazer um trabalho artesanal".

A volta da associação

A política de subsídio ao trigo importado unificou com os moinhos coloniais nos três estados produtores do Sul, prejudicando enormemente a economia rural nos referidos estados. O Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, que se caracterizavam por terem economias de mercado equilibradas, viram o aceleramento do êxodo rural para as cidades polos regionais e o enfraquecimento do setor público municipal.

O presidente da Associação dos Proprietários dos Moinhos Coloniais do Rio Grande do Sul - Apromcol, Vitalino Vanz, que há anos lutava pela revogação do subsídio, diz que grande parte das aperturas financeiras que o governo enfrenta hoje, é consequência direta do esbanjamento de dinheiro que o governo jogou pela janela subsidiando o trigo.

Em entrevista concedida ao Cotrijornal, em Porto Alegre, ele fez um relato da situação em que ficaram os moinhos coloniais, por força do poderoso "lobby" da indústria moageira de grande porte, aliada aos grupos multinacionais do ramo. Vitalino acha que os problemas dos moinhos coloniais iniciaram em 1967, por força do decreto lei nº 210, de 27 de fevereiro do mesmo ano, que monopolizou a compra e a venda do trigo no país. A compra

passou a ser feita pelo Banco do Brasil, através da CTRIN, sob controle da Sunab.

Naquele ano, diz ele, existiam 388 moinhos registrados e em funcionamento nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, segundo dados divulgados na época, pela Sunab. O Decreto Lei 210 é considerado por Vitalino como um enorme entrave aos estados produtores de trigo, pois inviabilizou a indústria moageira local, que além de manter mão-de-obra ocupada também gerava impostos nos municípios.

UMA LUTA DE MUITOS ANOS

O presidente da Apromcol diz que a decisão de eliminar o subsídio para o trigo importado representou uma luta de muitos anos. A associação, criada em 1974, recebeu desde logo o apoio de políticos e líderes cooperativistas. Mas durante os 15 anos de vigência do subsídio, alguns bilhões de dólares foram jogados pela janela, aumentando nossa dívida externa que há muito já ultrapassou os 100 bilhões de dólares. Foi muito difícil revogar a lei do subsídio e Vitalino acha que se conseguiu agora porque o governo está mal de caixa para bancar compromissos em dólares ou outras moedas fortes. Senão - adverte ele - acho que ainda não



Vitalino Vanz

teríamos conseguido.

Citou como grandes lutadores na luta pela eliminação do subsídio o ex-deputado Odilon Salmbrina (PMDB-SC), e o empresário paranaense, Oswaldo Chiuchetta, que parece serem os pioneiros dessa batalha, além de políticos e líderes cooperativistas gaúchos.

Está satisfeito com a possibilidade de retomada dos moinhos coloniais, nos quais vê a retomada do desenvolvimento econômico de muitas comunidades, notadamente da região produtora de trigo e milho. Natural do município de São José de Ouro, Vitalino Vanz atribui a descapitalização e o consequente empobrecimento em sua região, à proibição de funcionamento dos moinhos coloniais.

Não queime a sua soja. Aplique Flex.

As ervas de folhas largas estão atacando a sua soja.

E depois que elas aparecem, você precisa de Flex: certeza de segurança para a soja e controle do maior número de ervas.*

Flex pode ser aplicado nos estágios iniciais da soja.

Por tudo isso, está na hora de Flex.



*Ervas: Amendoim-bravo, Picão-preto, Caruru, Corda-de-violão, Carrapicho-rasteiro, Quinquilho, Beldroega, Nabo, Picão-branco, Trapoeraba, Serralha, Erva-quente, Joá-de-capote, Poaia-branca, Maria-pretinha, Joá, Carrapicho-de-carneiro.

Com Flex, as ervas vão e a soja fica.



ICI Brasil S.A.
Divisão Agrícola
Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
Tel: (011) 525-2322 - São Paulo - SP



MOINHOS COLONIAIS

Dois tombos seguidos

Textos: Moisés Mendes

O cartel da moagem de trigo

no Brasil já se prepara para medir os efeitos do segundo tombo que poderá sofrer em menos de meio ano. Depois da queda do subsídio — determinada pelo governo no dia 15 de junho —, a nova ameaça às 186 indústrias que controlam o setor no país existe desde o dia 9 de setembro. É uma ordem interna de serviço, da Delegacia do Ministério da Agricultura no Estado, que determina o cadastramento dos moinhos coloniais neste órgão e recomenda — ao mesmo tempo — o registro destas unidades como microempresas.



Antônio Visintainer

o mercado cativo do trigo, existente desde 1967, onde prevalece o sistema de quotas.

Visintainer se convenceu de que a lei da microempresa, de número 7.256, de 27 de novembro de 1984, anula qualquer impedimento ao livre funcionamento dos moinhos. "A lei — ressalta ele — determina que sejam facilitadas atividades das unidades produtivas de pequeno porte, e revoga as disposições em contrário". Assim — de acordo com este raciocínio — os moinhos, com faturamento de até 10 mil OTNs por ano (4 milhões e 17 mil cruzados), podem comprar trigo e vender farinha, além de contar com outros benefícios, como isenção de impostos e fim da burocracia com muitos papéis.

CADASTRO

A Delegacia da Agricultura irá recomendar os moinheiros para que so-

licitem esse registro na Junta Comercial de Porto Alegre, depois do cadastramento no órgão. O cadastro será feito no Seapab — Serviço de Acompanhamento das Políticas de Abastecimento, que é um departamento da Delegacia. Outro departamento, o Serpv — Serviço de Inspeção do Produto Vegetal, ficará encarregado da fiscalização, cuidando — entre outras atribuições — da higiene das instalações e qualidade da farinha.

Visintainer ressalta que essas providências têm efeito localizado no Rio Grande do Sul, pois foram adotadas pela Delegacia estadual, mas espera apoio à sua iniciativa. Segundo ele, a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) deverá se manifestar em solidariedade às medidas, que podem então ter repercussão nacional. "A figura do moinho colonial, como empresa prestadora de serviço, sem direito a comercializar o que produz, é uma discriminação, e deve deixar de existir", afirma.

Segundo levantamento da Fecotriga, realizado em 128 municípios gaúchos, existem nestas localidades 500 moinhos coloniais, mas 107 destes estão desativados. Deste total, 132 se dedicam a moagem e trigo, mesmo que no cadastro da Sunab somente 57 estejam registrados. Para Terciso Redin, presidente da Fecotriga, Visintainer "fez uso de sua autoridade, como representante de um órgão federal, para corrigir uma distorção". Redin lembra que dezenas de moinhos deverão voltar a funcionar no Estado, que na década de 50 chegou a contar com quase duas mil unidades.



Juarez Almeida

As brechas da Sunab

Os moinhos coloniais têm suas atividades reguladas pela lei 6.387, de 1976, e pelas portarias 137, de 1978, do Ministério da Agricultura, e 01, de 1985, emitida pela Sunab. De acordo com esta legislação, as unidades são prestadoras de serviço, e não podem comercializar a farinha nem receber, como pagamento, trigo, farinha ou resíduos. A Sunab, que fiscaliza o setor, é o órgão atingido mais de perto pela ordem de serviço de Visintainer, e já anuncia que continuará esperando para cumprir sua função.

O novo cadastramento no Ministério da Agricultura cria um registro paralelo para os moinhos no Estado, e isto é o que o delegado da Sunab, Juarez Almeida, não admite. Ele observa que a legislação dá atribuições ao órgão que dirige, e estranha a decisão de Visintainer. O delegado da Sunab não estava no Estado, quando o titular da regional do Ministério da Agricultura anunciou, no dia 2 de setembro, que os moinhos seriam estimulados a funcionar livremente no Rio Grande do Sul.

E FUNCIONA?

"Conversei com o delegado da Agricultura, e fiquei sabendo que o que existe é apenas uma intenção", disse Almeida, no dia 8, tentando dar a entender que Visintainer desistiria do cadastramento paralelo. No dia seguinte, isso não seria confirmado, pois o delegado da Agricultura baixou a ordem de serviço dirigida ao Seapab. "Não estou dizendo que o meu cadastro é o que vale, mas espero para saber qual dos dois irá funcionar", desafiou Visintainer, pouco antes de tomar oficialmente a decisão.

A Sunab deixa brechas para este desafio, pois mantém o cadastro de apenas 57 moinhos, dos 132 que esmagam farinha no Estado (considerando-se apenas 128 municípios da amostragem da Fecotriga). E Almeida garante que a fiscalização é rigorosa, para que não aconteça — por exemplo — o pagamento dos serviços prestados com a entrega de parte dos grãos ou da farinha ao moageiro. Uma rápida visita ao interior mostra que esta proibição não é levada em conta, numa realidade do meio rural que a Sunab — que já é questionada por não cumprir suas tarefas urbanas — certamente desconhece.

"Particularmente — diz Almeida — entendo que os moinhos coloniais deveriam conquistar o direito de esmagar o trigo nacional e vender farinha, ficando o trigo estrangeiro para as indústrias do sistema de quotas, mas isso ainda não é permitido por lei". Na Sunab, além de serem obrigados a fazer cadastro, as unidades coloniais têm que apresentar, a cada três meses, um boletim mensal do movimento no período. Os moinhos — ressalta Almeida — também devem extrair notas dos serviços prestados.

(Foto Marcel Popovic)

"Vamos pôr as coisas em ordem", disse o delegado da Agricultura, Antônio Visintainer, ao anunciar a ordem de serviço. Com as duas medidas tomadas, ele provoca um grande reboleio no setor. Primeiro, porque desafia a Sunab como órgão responsável pelo cadastramento e fiscalização das atividades dos moinhos. E segundo — e mais importante — porque orienta os moinhos para que, como microempresas, comprem trigo e vendam farinha.

BARREIRA

Até agora, duas leis vinham impedindo a livre atuação dos moinhos coloniais (veja matéria nesta página). Por força desta legislação, as pequenas unidades moageiras foram transformadas em simples prestadoras de serviço, que podem esmagar no máximo 730 toneladas de trigo ao ano. Esta é a barreira que Visintainer começa a derubar, numa decisão que põe em risco

Mercado cativo ameaçado

O fim do subsídio ao trigo evitou que o governo gastasse cerca de 40 bilhões de cruzados este ano, e terminou com um privilégio que beneficiava apenas as indústrias do setor, dentro do sistema de quotas. Pois é este sistema que criou um mercado cativo em 1967, com o decreto 210, que tem suas bases ameaçadas com a briga de Visintainer em favor da livre atuação dos moinhos coloniais. O delegado da Agricultura está certo de que o monopólio do trigo irá cair, e chega a recomendar, que dentro de pouco tempo os moinhos coloniais estarão comprando, inclusive grãos de lavouras formadas com custeio do crédito rural.

"O delegado está falando sem conhecimento de causa e extrapolando suas funções", diz Walter Otto Bing, presidente do Sindicato das Indústrias do Trigo no Rio Grande do Sul e dono dos Moinhos Guarani. Segundo ele, Visintainer está equivocado, ao dizer que a lei da microempresa revoga a legislação referente a moagem de trigo. "Uma lei somente pode ser revogada por outra, específica, e isso ainda não aconteceu", afirma Bing.

BOLO AMEAÇADO

No ano passado, as 186 indústrias beneficiadas pelas quotas esmagaram 8 milhões e 500 mil toneladas de trigo no país. No Estado, as 79 empre-

sas que recebem quotas industrializaram 852 toneladas, segundo o próprio Bing. É este o bolo que pode perder fatia, se as unidades coloniais entram no mercado, com liberdade para comprar trigo e vender farinha.

Mas Bing reage: "Se isso acontecer, a lei não estará sendo cumprida, e a Sunab, que é órgão fiscalizador, deve tomar providências". O presidente do sindicato diz mais: "A decisão da Delegacia da Agricultura é inócua, é uma falácia, sem resultado prático algum". Segundo Bing, "ninguém é contra os moinhos coloniais", desde que estes continuem como prestadores de serviço.

Nessa guerra contra os pequenos moinhos, surge uma voz isolada em favor da decisão de Visintainer. O presidente dos Moinhos Pacífico, de São Paulo, Lawrence Pih, considerou a medida "muito salutar, pois o cartel do trigo deve acabar no Brasil". Pih é dono de uma das 186 indústrias beneficiadas pela distribuição de quotas, mas prefere — mesmo que venha a ser prejudicado — que a comercialização e a industrialização do produto sejam finalmente liberadas. "Os moinhos coloniais são de fato microempresas — diz ele — e devem ter o direito de abastecer suas regiões".

SUBTERRÂNEAS

Pih não poupa seus colegas, ao afirmar que "os industriais do trigo têm um discurso liberal, em favor do livre mercado, desde que isso não atinja seus interesses". Ele não admite que "uma minoria domine um setor, como o moageiro, que é o que apresenta as maiores distorções no Brasil". Apesar de várias autoridades federais (entre as quais os ministros Bresser Pereira, da Fazenda, e Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio) serem a favor do fim do monopólio, este se mantém — segundo Pih — "porque o lobby do trigo age nos subterrâneos do governo".

Os Moinhos Pacífico esmagaram, em média por mês, no ano passado, 8 mil toneladas de trigo, sendo responsáveis pela produção de 1,4 por cento da farinha colocada no mercado brasileiro. O empresário paulista não acredita que a entrada das unidades coloniais, como concorrentes, seja uma séria ameaça, pois dificilmente esmagarão grandes quantidades de grãos. Mas recomenda: "Se os moinhos hoje em atividade, beneficiados pelas quotas, não conseguirem enfrentar esta concorrência, estarão demonstrando que são pouco competitivos. Assim, devem mesmo é sair do mercado".

COOPERATIVISMO & GUIA RURAL ABRIL.

As melhores armas para o produtor defender o seu negócio e o seu lucro.



Com o cooperativismo surge a união de interesses e a força de representação do produtor rural. Com a revista Guia Rural Abril ele tem a indispensável informação para tocar o seu negócio com segurança: a informação útil, prática e confiável da mais completa publicação brasileira do setor. Todo o final de mês a revista Guia Rural Abril apresenta as tendências do mercado agropecuário, inclusive do exterior. As decisões governamentais que influenciam a política agrícola. A cotação dos principais produtos. As técnicas e as práticas alternativas de preparo do solo, do plantio e da colheita.

A utilização correta e a manutenção de máquinas e equipamentos. O mercado de leilões. Os cuidados com a criação e a saúde dos animais. São reportagens e matérias que cobrem o território nacional pois a revista Guia Rural Abril é a única publicação especializada que mantém repórteres e colaboradores permanentes em todos os centros agropecuários importantes. Cooperativismo e Guia Rural Abril: duas poderosas armas para o produtor rural enfrentar o tiroteio da política, da economia e das adversidades naturais do campo.

Saque rápido! Você encontra a revista Guia Rural Abril todo o fim de mês nas bancas de todo o Brasil.



A Editora Abril
Garante

Guia Rural

A INFORMAÇÃO QUE ORIENTA

JÁ NAS BANCAS!

Integração com a comunidade

Adaptando a estrutura física ao processo de diversificação, a Unidade de Ajuricaba também tem investido decisivamente na saúde comunitária.

A distância e o encarecimento do transporte da produção de soja e trigo, até Ijuí, foi um dos motivos principais que levou a criação da Unidade de Ajuricaba, em 8 de abril de 1975. Até esta época, os produtores contavam, então, com o posto nº 10 da Cotrijuf, que funcionava desde 1967, e uma das últimas cooperativas mistas instaladas no interior do município, que não conseguiam absorver toda a produção de Ajuricaba.

Nem bem tinham sido concluídas as obras do escritório e do armazém, a Unidade já recebia as primeiras cargas de soja de 200 associados. Em maio inauguravam o seu supermercado, e no final do ano, contabilizava um recebimento de 20 mil toneladas de soja e nove de trigo. O quadro social também crescia rapidamente. Um ano após a fundação, a Unidade somava 800 produtores, o que exigiu a encampação de vários encargos no interior do município. Este foi o caso do primeiro "postinho" da Cotrijuf, instalado na localidade de Formigueiro em 1976, e que se transformou no atual supermercado do lugar. Além deste posto, passou a responsabilidade da Unidade, o supermercado de Formigueiro, que surgiu com a cooperativa mista da localidade, e o posto da Linha 28.

Alguns anos mais tarde, a Unidade passaria a contar com mais de mil associados e mais de 20 funcionários, como Ângelo Inácio Marchioro, que participou desde a sua construção, foi motorista e hoje é chefe de operações. Marchioro trabalhou ainda no posto de leite, que começou a funcionar em 1980, com um recebimento de 4.800 litros diários. Hoje, atendendo 680 produtores, o posto recebe, em média, 20 mil litros por dia, e a partir deste mês deve funcionar com um novo



Há 12 anos recebendo a produção do município

sistema de resfriamento, que suporte toda a produção de leite de Ajuricaba.

DIVERSIFICAÇÃO

Assim como o leite, outros produtos também começaram a se destacar em Ajuricaba, nos últimos anos. "Como em toda a região, Ajuricaba também absorveu, largamente, a produção da monocultura, porém, nos últimos anos, tem assumido uma produção diversificada", afirma o gerente Nelson Thesing, ao explicar os motivos desta mudança. Segundo Nelson, a própria condição financeira das pequenas propriedades foi uma causa decisiva. Além disso, a diversificação começou a ser discutida desde 1977, através de um convênio entre a Cotrijuf e a Unijuf, que, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais e das Igrejas, realizaram um projeto de contabilidade agrícola. Este projeto demonstrou aos associados as tendências do mercado e as necessidades da diversificação.

Na prática, esta discussão passou a ser viabilizada a partir dos programas cooperados, que tem despertado o interesse de boa parte dos 1.380 associados da Unidade. Segundo o Departamento Técnico, a produção de

sufnos, que iniciou com uma média de 50 a 100 animais por mês, alcança hoje dois mil mensais, enquanto a produção de ovos, que atualmente está em quatro mil e 500 dúzias por mês, pode chegar até o final do ano, em sete mil e 200. Com um grande número de açudes no município, a produção de peixes está na média de quase uma tonelada por tanque, podendo abastecer toda a Pioneira. Além dos cooperados de produção animal, a Unidade conta com 12 programas de reflorestamento e a distribuição de 25 mil sacas de sementes.

AMPLIAÇÃO

A diversificação na área de grãos, principalmente, está exigindo também uma reformulação na estrutura física da Unidade. Ainda para este ano, está previsto a construção de cinco silos, cada um com capacidade de quase duas mil toneladas. Na última safra, por exemplo, a Unidade recebeu mais de oito mil sacos de milho, mais de quatro mil de sorgo e 600 de arroz. Da safra atual, a expectativa é de 96 toneladas de aveia, três de lentilha, 80 de linhaça, 49 de forrageiras, além das 120 de trigo. "Na medida em que os silos estiverem prontos, vamos receber



Primeiro "postinho" de Ajuricaba: atual supermercado de Formigueiro.

toda a produção de milho, sorgo e arroz, que atualmente é recebida em Santo Augusto e Ijuí", destaca o gerente.

Afora as ampliações do armazém, a Unidade pretende reformular a área administrativa e o mercado, instalando uma área de entrega de semente, adubos e defensivos. Outro projeto, ainda em fase de estudo, é a construção de duas moegas no interior do município, uma na região de Barro Preto, Pinhal ou Formigueiro, que são localidades distantes, aproximadamente, 25 quilômetros da sede da Unidade. E outra na Linha 28 ou arredores. "A construção é necessária porque a grande maioria dos associados não tem condições de entregar a produção, o que os leva a vender para empresas particulares", afirma o gerente.

SAÚDE

Esta mesma distância que dificulta a entrega da produção, começou a preocupar os produtores, e especialmente os núcleos de esposas e filhos de associados, desde a década de 60. A preocupação, no entanto, era com a falta de atendimento médico-hospitalar e com cuidados de prevenção de saúde, que oportunizou a criação das comissões municipais de saúde. Incentivadas pela Fidene, que projetou o seu curso de enfermagem nestas necessidades, e com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, estas comissões contribuíram para a realização de um projeto de municipalização da saúde, hoje reivindicado por Ajuricaba. Lembrando as primeiras discussões ocorridas na localidade de Pinhal, Nelson, que também é presidente da CIMS, diz que também foi importante a decisão dos representantes em assinar o convênio com o Funrural, para que 90 por cento dos recursos fossem aplicados no município.

A partir destas decisões, que foram ao encontro das propostas das AIS, a Unidade, junto com a Prefeitura e o Sindicato, passou a treinar agentes de saúde, além de sustentar vários postos de saúde, como o de Pinhal, desde 1981, Barro Preto, em 1981 e Linha 30, em 1984, e na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Hoje são 22 agentes trabalhando em núcleos do interior. O projeto de municipalização prevê uma ampliação na equipe dos agentes de saúde de 22 para 50 agentes; de quatro ambulatórios para sete, de três enfermeiras para oito, além de uma nutricionista, uma psicóloga, um assistente social e cinco odontólogos, como também uma equipe de administração. "Assim passamos a prestar serviços gratuitos em todas as atividades, inclusive na área hospitalar", afirma o presidente da CIMS e gerente da Unidade de Ajuricaba, Nelson Thesing.

Os primeiros incentivos

Portador da matrícula nº 178, o seu Silvino Torquetti já era associado da Cotrijuf, quando a Unidade foi fundada em 1975. Seu Torquetti, no entanto, foi um dos 230 associados que incentivou a criação da Unidade, participando com a contribuição de Cr\$ 20,00. Lembrando a época de dificuldades que os produtores de Ajuricaba encontravam para entregar a produção em Ijuí, o produtor que hoje está com 66 anos e afastado das lidas da lavoura, recorda que "tinha que sair de madrugada e enfrentar filas. As vezes ficava o dia inteiro em Ijuí e ainda não conseguia entregar o produto". Eram tempos difíceis para o produtor, que na época, possuía um pequeno caminhão para levar pouco mais de 100 sacos de soja. "O caminhãozinho chegava lá fervendo, mas se não levasse era obrigado a vender aqui mesmo, por um preço afundado".

Proprietário de 25 hectares na Linha 23, o produtor e sua esposa Maria Torquetti, deixaram a lavoura, "já faz uns pares de anos". Hoje o casal se preocupa apenas com a produção de leite, que é cuidada pelos filhos. Quase toda a terra é ocupada pelas pastagens que servem a 10 animais na propriedade. Mas, o seu Torquetti já teve a sua produção mais diversificada. "Há uns 30 anos atrás, tinha de tudo e chegamos a criar por mês 80 suínos". Depois disso, a soja tomou conta "e o produtor só ouviu falar de diversificação, com a criação da Cooperativa".

Abelio Setembrino Bertollo, também da Linha 23 é outro produtor que relembra os atrapalhos para fazer a entrega da produção. Proprietário de meia colônia de terra, o produtor de 60 anos diz que, no início "entregava uns 100 sacos de soja, mas que encarecia muito por causa do frete". Por este

motivo, os produtores começaram a solicitar a criação da Unidade. "A gente se reunia muito e daí surgiu a ideia de trazer a Cooperativa para cá, por causa do transporte e do mercado".

Dono da matrícula nº 186, seu Bertollo, hoje ocupa suas terras quase que totalmente com a soja. Este ano, nem chegou a plantar trigo, que ele diz ser "uma cultura para quem tem dinheiro para adubo e para agüentar os juros". Há três décadas atrás, não era assim. "Eu plantava de tudo, mandioca, milho e trigo que naquele tempo tinha garantia na lavoura, mas não tinha para quem vender". Com a Cooperativa ficou mais fácil, diz o produtor. Mas, mesmo assim, a diversidade da propriedade do seu Bertollo desapareceu, o que, de acordo com o produtor, teve início "quando vinha o fiscal do Banco do Brasil e mandava arrancar toda a cana e toda a erva-maté", lembra Torquetti, que hoje entrega quase 300 sacos de soja por safra.

"Esta realidade, no entanto, não é a da maioria dos produtores que já optaram pela diversificação", diz o chefe administrativo da Unidade, Cláudio Peruzatto. Hoje, uma média de 80 associados circulam quase que diariamente pelo escritório, fazendo liquidações, acerto de contas ou retirando pequenas quantias em cruzados, fruto da diversificação. "Isto se faz sentir também nas áreas de lojas e mercados", completa o chefe do setor, Alceu Müller, explicando que "existe um movimento diário da família do quadro associativo em todas as épocas do ano, ao contrário do que acontecia antes, quando este movimento só ocorria no período de liquidação da soja e do trigo", diz.



Silvino Torquetti



Abelio Bertollo

À espera da municipalização

Saúde comunitária e escasso retorno dos investimentos dos municípios: dois problemas e uma solução para Ajuricaba.

Como outros municípios da região, Ajuricaba foi povoado por imigrantes alemães e italianos que, por mais de 50 anos, desenvolveram uma produção de subsistência. Inicialmente, fazendo parte da Colônia de Ijuí, a localidade ficou conhecida como "Linha 19", mais tarde como "Sede General Firmino", e somente em 1940, já como terceiro distrito de Ijuí, teve a denominação de Ajuricaba.

Explicado, às vezes, como um símbolo de "luta pela liberdade", o nome do distrito não chegou a suscitar muita discussão. Natal Buschanelli, por exemplo, um antigo produtor de 78 anos, só lembra que "todo mundo gostou do nome que foi acertado por alguns comerciantes e algumas autoridades". O que Buschanelli recorda é do crescimento das casas de negócio, que lá pela década de 20 ou 30 eram três, e depois foram aumentando. "Principalmente as ferrarias, que faziam os suportes para as aranhas, os arados e as jardineiras".

Como Buschanelli, outros tantos produtores atravessaram os anos comercializando a sua produção com os negociantes da cidade. Era a época das cooperativas mistas na região de Ajuricaba, que prestavam serviços básicos de consumo e de produção, em troca de produtos da colônia. "Naquele tempo não se conhecia soja. O que tinha era muito porco, e solto. Chiqueiro só para "engorda", diz o produtor que assistiu ao desaparecimento dessas pequenas cooperativas, quando o trigo começou a ocupar mais espaço na lavoura.

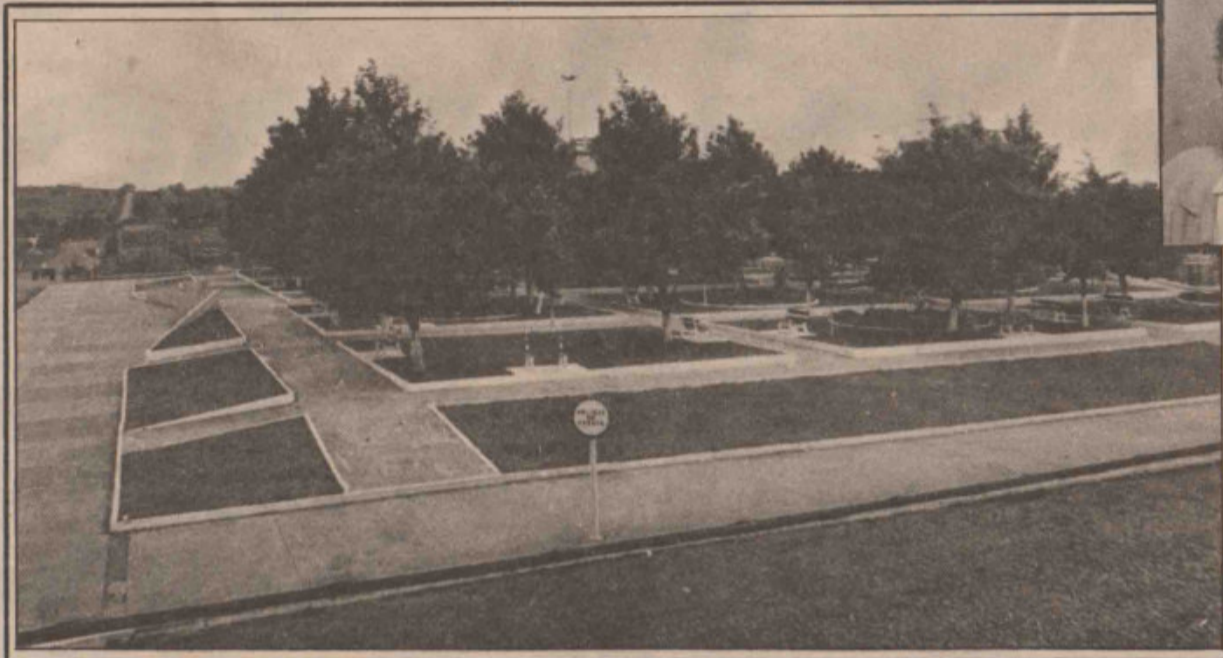


Victor Zanatta

Dono de seis colônias de terra, que hoje se resumem em duas, Buschanelli, tempos mais tarde, entrou firme na soja, assistindo a uma outra época de Ajuricaba. "Comprei o primeiro trator em 1960 para plantar soja", diz o produtor, lembrando também "da falta de preço" e "da dificuldade de guardar a produção em casa". Mas ainda que faltasse preço para esta nova produção, o entusiasmo serviu para a emancipação. E, 10 de julho de 1965 Ajuricaba foi emancipada, levando como título, o lugar de maior produtividade no Estado, graças a um levantamento feito pela comissão emancipacionista, junto com a Secretaria da Agricultura.

CRESCIMENTO

Depois de emancipada, Ajuricaba "cresceu muito mais", afirma o seu Buschanelli, que viu a chegada de recursos, a instalação de ervateiras e a criação da Cotrijuf. Para o produtor, que parou de plantar há apenas quatro anos atrás, "a criação da Cooperativa tomou as coisas mais fáceis, pois deu até para escolher o preço". Concorrendo com Buschanelli, o atual prefei-



Buschanelli: acompanhando o crescimento da cidade

Municipalização de Saúde é um dos principais projetos de Ajuricaba

to Victor Zanatta, entende que "a Cooperativa é um instrumento decisivo para o município, tanto pelos 75 por cento de arrecadação que ela representa, como pelo trabalho ativo na comunidade, principalmente na área de saúde".

Com uma população de 13.480 habitantes, o município, que possui 501 quilômetros quadrados, tem a maior parte de sua população no meio rural, caracterizado por produtividades que não ultrapassam os 20 hectares. Esta característica, aliás, serviu para assegurar parte de uma produção diversificada, assim como trouxe uma grande discussão sobre saúde, que hoje se traduz num dos principais projetos do município.

"A municipalização da saúde é um fato consumado", diz o secretário de saúde do município e também conselheiro administrativo da Cotrijuf, Antônio Bandeira, lembrando que Ajuricaba, desde 76, busca a saúde comunitária através das AIS. Enfrentando dificuldades na área de recursos financeiros e humanos, o município tem hoje um projeto integral que abrange a área hospitalar, laboratorial, e escolar, que tem sido indicado pela Secretaria de Saúde do Estado, para outros municípios. "Só estamos esperando a assinatura do protocolo de itenções, para viabilizar o projeto", afirma Bandeira.

A expectativa com a municipalização é grande, uma vez que ela traria recursos mensais fixos, possibilitando toda a prestação de serviços gratuitamente. O mais importante, segundo o presidente da CIMS, Nelson Thesing, "é que a descentralização permite o controle administrativo e financeiro pela comunidade, evitando fraudes e oportunizando uma maior fiscalização dos serviços".

POUCO RETORNO

Mas, nem só a saúde tem gerado expectativas. Também o escasso retorno das arrecadações tem trazido algumas preocupações. De acordo com o secretário da Fazenda municipal, José Otonelli, o município já esteve melhor, há uns quatro anos atrás, quando foi realizado um recadastramento de todos os comerciantes do lugar. "Ajuricaba já ocupou o 124º lugar no índice de arrecadação do ICM", diz o secretário, lamentando o decréscimo atual, ocorri-

do em função da isenção que muitos estabelecimentos conseguiram através do enquadramento de microempresas.

Com uma economia baseada na soja e no trigo, Ajuricaba se destaca ainda pela industrialização de erva-mate e pela produção de suínos. Mas do total de arrecadação desta produção, que inclui outros serviços, o retorno para o município é de apenas 4 a 5 por cento. "E preciso que seja feita uma reforma tributária com critérios sérios", reclama o prefeito, afirmando que o ideal seria aumentar o Fundo de Participação dos Municípios de 17,5 para 30 por cento.

Esta falta de recursos tem estagnado alguns projetos como é o caso do Promorar, que pretende atingir cerca de 100 famílias de baixa renda. "Es-

te é o mais angustiante", diz o prefeito, explicando que o município não tem nem os 3,5 hectares necessários para dar início às obras. Além deste projeto, a Prefeitura também está empenhada em reorganizar a rede escolar, que hoje conta com 49 estabelecimentos, muitos deles desnecessários, segundo o prefeito. "Vamos até fechar algumas escolas que estão ociosas", salienta Zanatta, ao falar sobre a má distribuição da rede escolar e os problemas de escrituração surgidos com as inúmeras doações de escolas. Citando alguns projetos como o de conservação do solo e de estradas, o de reflorestamento e o já efetivado de municipalização da merenda escolar, o prefeito enfatiza que "a partir destes projetos a administração pretende priorizar as necessidades".

Saúde: o início em Pinhal

A discussão sobre saúde, em Ajuricaba, teve início na localidade de Pinhal, que criou o seu posto, em 1981, e depois foi seguido pelas localidades de Barro Preto e Linha 30. Partindo dos núcleos de esposas e filhos de associados, a discussão teve a grande participação das mulheres, como a Dona Nair Bona. "A gente sentia dificuldades em tudo, diz a trabalhadora, explicando que o núcleo não se preocupava somente com as doenças, a distância dos hospitais de Ijuí e Panambi, como também com os problemas de higiene e de uso exagerado de medicação industrializada.

Até a implantação do posto, no entanto, a localidade passou por muitas discussões e algumas divergências, lembra a Dona Nair. "Naquela época, já existia o posto do Estado e alguns moradores de Barro Preto queriam que continuasse só este atendimento. Mas nós exigíamos o nosso posto, porque queríamos mais que um trabalho de vacinação e de medicação. A gente queria um trabalho de prevenção para toda a comunidade", salienta a trabalhadora.

Com a instalação do posto, nos fundos do armazém da Cooperativa, Pinhal passou a ter um atendi-



Nair Bona

mento médico semanal, a contar com dois agentes de saúde, e recentemente também passou a ter atendimento odontológico.

Mas, além disso, segundo a Dona Nair, "as pessoas passaram a utilizar os seus ensinamentos de medicação caseira e a ter mais cuidado com as hortas e aproveitar melhor as frutas e os produtos da lavoura". Há três meses instalado no posto de saúde do Estado, o posto de Pinhal está trabalhando atualmente na criação de um viveiro de ervas medicinais.

Contra as piores ervas, o melhor é Basagran.

Todas as ervas daninhas prejudicam uma plantação. Algumas, entretanto, causam mais problemas que as outras.

Porque além de competirem com a planta, interferem muito na hora da colheita, atrapalhando o trabalho da colheitadeira.

Basagran é o mais eficiente herbicida contra essas invasoras de folha larga, que são consideradas as piores ervas da soja: o Picão Preto, a Guanxuma, a Corda-de-Viola e a Trapoeraba.

Por ser pós-emergente, Basagran evita desperdício ou uso desnecessário, pois só é aplicado após o aparecimento das invasoras.

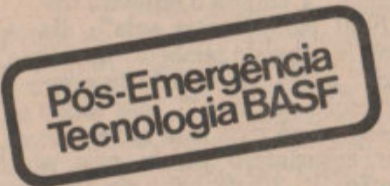
Basagran controla as ervas em estágios de até



6 folhas, independentemente do tipo de solo ou sistema de plantio.

Basagran é altamente seletivo: não afeta a germinação e assegura a mais alta produtividade. Basagran é um produto BASF, líder mundial da tecnologia pós-emergente.

Conte sempre com Basagran: o fim das piores ervas e o começo de uma grande colheita.



Agroquímica

BASF

As doenças do gado

Conhecendo os sintomas das doenças, o produtor pode evitar os prejuízos na produção.

A proximidade do verão traz, quase sempre, a possibilidade do aparecimento de algumas doenças no rebanho bovino, como a mastite, a tristeza, e a aftosa, entre outras, que podem ocorrer em qualquer época do ano, causando danos na produção de leite, na carne e até no homem. Para evitar a perda dos animais ou mesmo uma queda na qualidade de leite ou da carne, é importante conhecer os sintomas e, melhor ainda, prevenir os animais dessas doenças, evitando com isso qualquer quebra na produção.

Por ser altamente infecciosa e de rápida disseminação entre os animais não vacinados, a aftosa causa enormes prejuízos na produção de leite e carne. Como sinais da enfermidade, o produtor pode observar se os animais apresentam febre, salivação intensa e aftas na língua, nos lábios, na gengiva, no focinho e nas narinas. No caso da doença estar em estágio avançado, os animais apresentarão aftas nas tetas e nos cascos. A única prevenção, segundo o Alberto Salles Abreu, médico veterinário da Unidade de Ijuí, é a vacinação de todo o rebanho, de acordo com o calendário da Secretaria da Agricultura.

Mais conhecida como "mancha", o carbúnculo hemático também é uma doença que traz graves prejuízos, pois causa a morte repentina dos animais atacados e pode ser transmitida ao homem. Febre alta, mucosas azuladas, espuma sanguinolenta pela boca e safada de sangue pelo ânus, são os sintomas principais da "mancha", que tem como prevenção a vacinação dos animais, a partir dos seis meses de vida. Já o carbúnculo sintomático ou "manqueira", é uma doença de alta incidência em bovinos de até dois anos de idade, que, na fase aguda, pode matar os animais em apenas 12 horas. Na fase subaguda, a enfermidade prolonga a vida por alguns dias, mas seguramente, leva à morte. Quando a "manqueira" ataca os animais, eles têm febre, apatia, param de ruminar, os quartos dianteiros ou traseiros ficam inchados e com ar embaixo do couro, além de, é claro, mancarem. Para prevenir, apenas a vacinação semestral, a partir dos seis meses até os dois anos de idade.

DOENÇAS PARASITÁRIAS

Entre as doenças parasitárias que mais ocorrem nos animais, aparece a chamada "tristeza", ou complexo tristeza parasitária, que é transmitida pelo carrapato. De acordo com o Alberto, a "tristeza" ataca bovinos de qualquer idade e "ocorre geralmente em duas fases, ocasionadas por organismos diferentes". Como o seu próprio no-

me diz, os animais, quando atacados pela enfermidade apresentam tristeza, febre alta, queda brusca na produção de leite, diminuição do apetite, urina bastante escura (da cor do café preto), parada de rinação, mucosas amareladas e um caminhar vacilante. Além destes sintomas, pode haver o aborto e a morte dos animais, sendo os banhos carrapaticidas uma das maneiras de diminuir a incidência dessa doença.

Como o carrapato, que é um parasita externo, não devemos nos descuidar dos parasitas internos ou vermes, que são organismos que vivem às custas de outro sem oferecer nada em troca. A diferença em relação ao carrapato, segundo o Alberto, é que não sendo visualizados, os vermes podem atingir uma alta infestação, que levarão a um desempenho negativo na produção de leite e de carne, sem que o proprietário perceba qual a origem do problema.

Anemia, diarreia, perda do apetite, redução da produção de leite, emagrecimento progressivo e morte, são os sintomas da verminose, que tem grande incidência entre os animais mais jovens. Para prevenir esta doença, o Alberto diz que "é preciso evitar a superlotação nas pastagens, utilizar a rotação de culturas, manter os animais em bom estado nutricional e realizar um tratamento periódico com vermífugos".

FEBRE DO LEITE E MASTITE

A "febre do leite" ou febre vitular é uma doença mais específica das vacas que estão na proximidade do parto ou logo após o nascimento dos terninhos. Causada por um desequilíbrio mineral interno, a febre do leite deixa o animal com andar vacilante, prostração e o leva a um estado de coma e depois a morte. Manter o animal em bom estado nutricional, com suplementação mineral à vontade, é uma boa prevenção. "Pois há maior risco deste quadro em animais de alta produção leiteira", afirma o veterinário.

Por fim, a popular "mamite" ou mastite, é uma doença que provoca alterações na qualidade e quantidade do leite produzido, através do aparecimento de pus e, muitas vezes, de sangue no leite. Causada, principalmente, pela falta de higiene na ordenha e nos equipamentos da atividade, a mamite pode

ser provocada ainda por feridas nas tetas e no úbere da vaca ou pela manutenção dos animais presos durante a noite, na estrebaria.

Segundo o Alberto, existem três tipos de mamite, a aguda, a crônica e a subclínica, que apresentam sinto-

mas diferenciados. No primeiro caso, o animal pode apresentar o úbere inchado, dolorido e com temperatura elevada, o que provocará uma alteração na cor e na consistência do leite. Já a mastite crônica tem como sintomas o endurecimento do úbere, a redução

da produção normal de leite e a perda do quarto afetado. A subclínica, por sua vez, não provoca alterações visuais, e só pode ser constatada através de testes específicos, como o CMT (Califomea Mastite Teste) que também pode ser feita pelo ordenhador.



Os banhos de carrapaticidas diminuem a incidência da doença



A salivação é sintoma de febre aftosa



Aqui está um modo de proteger suas sementes.



Aqui está o modo mais fácil.

TECTO ajuda a proteger as sementes, revestindo-as com uma camada fungicida, formando uma barreira protetora contra os mais importantes fungos patogênicos da semente e do solo. TECTO por ser sistêmico, é absorvido durante a germinação e passa a atuar com ação curativa dentro da plântula, durante os estágios críticos de crescimento. TECTO oferece a você um tratamento de sementes confiável e fácil de fazer, por ser um produto seguro e eficaz, com formulações estáveis, não corrosivas e sim compatíveis com todas as máquinas de tratamento de sementes e equipamentos de plantio. TECTO é um dos meios mais importantes com que se conta atualmente para que o seu investimento inicial em sementes e outros insumos, esteja assegurado.

TECTO₁₀₀
a proteção necessária.

MSD AGVET
DIVISÃO DE MERCK SHARP & DOHME
Química e Farmacêutica Ltda.

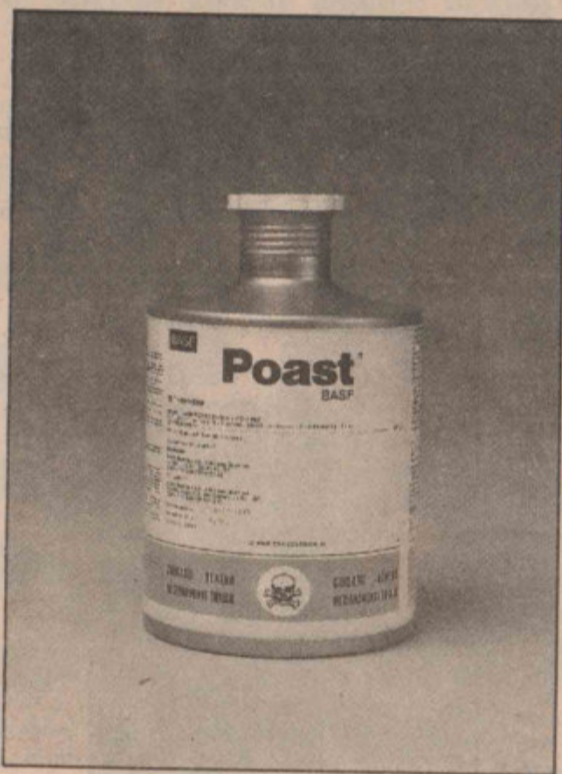
• Marca Registrada

(01A-11-32/84



AC-14/84

Poast[®] O gramínicida definitivo.



Poast é um herbicida pós-emergente de última geração, sendo o mais eficaz no controle das gramíneas, especialmente da Marmelada ou Papuã (*Brachiaria plantaginea*), reconhecida como a pior erva daninha para as culturas anuais. Indicado para as



plantações de soja, feijão, algodão, girassol, fumo, eucalipto e gladiolo, Poast controla as invasoras mesmo em estágios avançados.

Poast também favorece a formação de cobertura morta, que protege o solo e impede a reinfestação.

Aliando seletividade a uma eficiente ação sistêmica, Poast preserva a cultura e garante melhores resultados na colheita. Consulte um agrônomo BASF: ele lhe dará todas as informações sobre os benefícios que Poast pode trazer para sua lavoura.



Pós-Emergência
Tecnologia BASF

Agroquímica

BASF

DOM PEDRITO

Reuniões técnicas

A Regional Dom Pedrito da Cotrijuf tem realizado diversas reuniões visando melhorar o nível de conhecimentos de seu pessoal técnico e também dos associados. Na semana que transcorreu de 14 a 20 de setembro, foram promovidas três importantes reuniões-palestras, tendo por locais o salão de reuniões da própria Regional, na sede, e o salão da Afucotri.

A primeira delas foi realizada na tarde do dia 15, na cooperativa, sendo palestrantes o empresário rural e técnico, Valter José Pötter, e o agrônomo Luís Fernando Alvim, da Estância Guatambu, uma das empresas do Grupo Walter Guilherme Pötter, com atuação em Dom Pedrito e Santana do Livramento.

Eles relataram observações feitas na Argentina, província de Buenos Aires, sobre o estágio atual da agropecuária naquela região do país. Ilustraram a palestra com a projeção de um filme feito durante a viagem, que foi realizada durante a segunda semana do mês de agosto, integrada por um grupo de oito empresários e técnicos de Dom Pedrito e Bagé.

Apresentaram dados sobre as diversas propriedades visitadas e também sobre a grande feira de Liniers, nas proximidades de Buenos Aires, onde são comercializadas, pelo sistema de remate, milhares de cabeças de gado por dia.

Quanto a pecuária em si, destacaram total transformação dos campos em produtores de pastagens, onde não há mais campo nativo. As pastagens são todas consorciadas no mínimo com quatro espécies forrageiras, o que dá enormes quantidades de massa verde. Com essa abundância de pasto, a utilização dos poteiros, manejados com cercas eletrificadas, é na base de lotações elevadas.

As cercas divisórias elétricas proporcionam o pastejo rotativo com populações concentradas de gado até 200 terneiros por hectare. O desfrute acontece no sobreano, com o verdadeiro novilho precoce, e só muito raramente um animal para corte atinge os dois anos de vida, disse Valter José Pötter, que o impressionou com a perfeita integração da agricultura com a pecuária existente no vizinho país.

TRISTEZA BOVINA E COMO REDUZIR O MAL

No dia 16, dois técnicos do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor - IPVDF, e Guafaba, relataram as pesquisas que estão sendo desenvolvidas no sentido de fabricar a vacina contra a tristeza bovina, uma doença transmitida pelo berne. Os técnicos, que estavam acompanhados pelo gerente de divisão do Irfa, Ivo Farenzena e do assessor Luís Francisco Cruz Ferreira, são os médicos veterinários Vitor Hermes Cereser e David Raddley. Eles relataram o estágio em que se encontram as pesquisas desenvolvidas pelo Desidério Finamor para criar a vacina contra a tristeza parasitária bovina, mal que é transmitido pela mosca do berne, Dermatobia hominis. Essa vacina será produzida pelo Instituto Rio-grandense de Febre Aftosa, Irfa, uma empresa do Grupo Cotrijuf.

Foram realizadas duas reuniões. Uma à tarde, exclusivamente com os técnicos da cooperativa. À

noite, na sede da Afucotri, foi promovida nova reunião, com a participação de associados, empresários rurais e público interessado no assunto.

A EXPANSÃO DO PORCO NA REGIÃO COTRIJUF

Outra concorrida reunião foi promovida no dia 18, tendo como palestrantes José Jacomini e Gilberto Luis Padoim, da Cooperativa Central Gaúcha de Carnes. Eles discorreram sobre o estágio atual da suinocultura no Estado, e em particular, na região da Cotrijuf. Presentes também o presidente Oswaldo Meotti, o vice-presidente Tânio José Bandeira e o superintendente Oscar Vicente e Silva, além de elevado número de técnicos da Re-

gional, empresários rurais e suinocultores pedritenses que já aderiram ao Projeto Sufno.

Os palestrantes analisaram os diferentes contornos da criação, projetando dados para o futuro. Até o final do ano a CCGC deverá abater mais de 50 mil cabeças, dobrando, portanto, os abates registrados no ano passado, que foram de 23 mil cabeças. O presidente Oswaldo Meotti fez várias intervenções esclarecedoras a respeito



As reuniões foram bastante concorridas

do assunto em debate, auxiliando os técnicos da CCGC.

A criação de sufños passou a ser intensificada pela Cotrijuf, começando pela Regional Pioneira, a partir de 1982, em projeto de técnica moderada, com vistas a baratear a produção. Faz cerca de dois anos que o programa passou a ser introduzido também na Regional de Dom Pedrito.

Correias Agrícolas de Kevlar. - Uma preocupação a menos.



Agora, com as novas correias agrícolas de Kevlar - última palavra em tecnologia - os agricultores tem uma preocupação a menos em relação a componentes de reposição.

Mais resistentes que o aço e flexíveis como só a borracha é capaz, as correias de Kevlar tem tudo para serem as mais confiáveis. Duram no mínimo, duas vezes a mais que as comuns, tomam as colheitadeiras mais eficientes e garantem a continuidade da colheita.

A SLC, por exemplo, para facilitar a vida do agricultor, equipa o sistema de transmissão "Posi-Torq" das colheitadeiras 6200 e 7200 com as correias de Kevlar, fabricadas pela Gates, como componentes originais.

E você, faça como os fabricantes de colheitadeiras que já empregam esse novo tipo de correia agrícola. Na hora de substituir correias instale somente as originais, de Kevlar.

Peça maiores informações à
Gates do Brasil, Rua Cesário Alvim, 634
Belenzinho, CEP 03054 - São Paulo - SP.
Telex (011) 21240.

Gates

Correias agrícolas

Kevlar, marca registrada Du Pont, é uma fibra sintética que reforça a correia agrícola Gates, por processo exclusivo de fabricação.

AUGUSTO PESTANA

O resultado da 1ª Feira

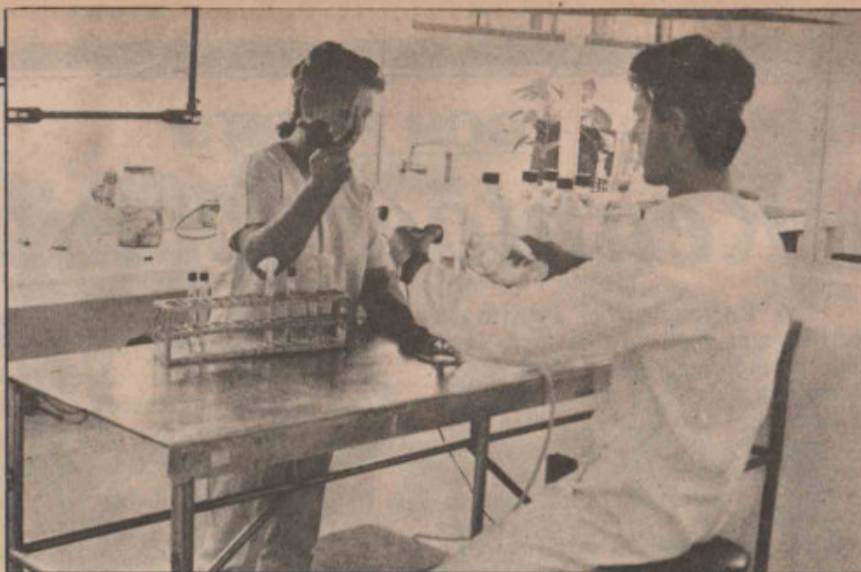
Participação de nove núcleos, um painel sobre a história da Cotrijuf, os números de produção e programa de saúde, foram as atrações da 1ª Feira de Produtos Coloniais realizados pela Unidade de Augusto Pestana, no dia 18, ainda em comemoração pelos 30 anos da Cooperativa.

O vice-presidente da Regional Pioneira, Celso Bolívar Sperotto, fez a abertura da Feira, que teve a presença ainda de várias autoridades do município, e como representantes dos associados, o produtor Bruno Van Der Sand.

Além dos inúmeros produtos, como cucas, salames, mel, que tradicionalmente são oferecidos nas feiras, a Unidade de Augusto Pestana teve

como destaque um saboroso "Bitter", fabricado por Edmundo Mainardi, um produtor de 83 anos. Morador na Esquina Gaúcha, Edmundo Mainardi produz o "bitter", há 60 anos, para o qual ele utiliza cerca de 15 ervas, como a losna, o alecrim e a erva-doce. "Todo mundo que experimenta, leva", dizia o filho de Edmundo, João Mainardi entusiasmado com a venda da bebida.

Com uma renda de 30 mil cruzados, a Feira de Augusto Pestana oportunizou ainda a entrega de prêmios da Pesquisa sobre os 30 anos da Cotrijuf e do torneio de canastra e bocha, realizado dia 29 de agosto. A partir desta Feira, a Unidade já está pensando na realização mensal do evento.



Cuidados assépticos com os produtos

IRFA

Projeção para o futuro

Ao término da palestra feita dia 22 no auditório da Farsul para os dirigentes da Cotrijuf sobre o estágio da economia brasileira hoje, pelo economista José Eduardo Favaretto, de São Paulo, o gerente do Instituto Riograndense de Febre Aftosa, Carlos Quintana da Rosa, falou sobre o estágio da indústria e fez projeções para o futuro. Concentrando o enfoque da palestra nos últimos quatro anos — ele ingressou no Irfa em 1982 — mostrou dados estatísticos que provam o crescimento do estabelecimento no decorrer do período.

Quintana, que é médico veterinário, com cursos de especialização inclusive no exterior, mencionou os avanços científicos conquistados pelo laboratório gaúcho, na área nobre dos produtos biológicos, inclusive com re-

sultados inéditos no país.

É o caso da vacina trivalente com adjuvante oleoso, a Aftovac, destinada ao combate da febre aftosa. Depois ele historiou os dados que levaram à descoberta da Foot-Vac, vacina polivalente oleosa contra o "foot-rot" (pietin) dos ovinos, que teve lançamento oficial durante a X Expoiner, no Parque Assis Brasil, em Esteio. Hoje o Irfa está produzindo um total de 14 medicamentos, todos da linha biológica. Quintana projetou um futuro de grande desenvolvimento para o laboratório. Apesar de reconhecer as dificuldades do setor e do poderoso "lobby" de influência dos grupos multinacionais e nacionais que operam na mesma área, ele aposta no futuro do Irfa afirmando que em prazo razoável ele será a grande indústria que almejamos.



Além da oferta dos tradicionais produtos a Feira reuniu o público para a apresentação de painéis.



O Foot-Vac contra o Footrot

A vacina Foot-Vac é uma formulação polivalente oleosa contra o "footrot" dos ovinos, denominado popularmente de podridão dos cascos. O "footrot" é uma infecção da epiderme interdigital e matriz do casco, causada por um germe gram negativo anaeróbico, o Bacteróides nodosus, conforme está descrito na literatura técnica que fala da doença.

Após vários meses de uso da vacina Foot-Vac, o Irfa verificou que a proteção conferida aos animais trata-

dos alcançou plenamente os objetivos visados. Dizem os técnicos do laboratório que em todas as propriedades onde foi aplicado o produto, o controle da doença foi total, comprovando a elevada eficiência do produto.

O Irfa está seguro que controla o "footrot" (podridão dos cascos) com a aplicação da vacina Foot-Vac, prosseguindo assim numa trajetória de conquistas tecnológicas que se revela por mais de 30 anos de pesquisas científicas.

SEMENTES DE MILHO COTRIJUÍ

PLANTE O QUE É NOSSO

CONSULTE O DEPARTAMENTO TÉCNICO



COTRIJUI

RUA DAS CHÁCARAS, 1513
FONE 332-2400
RAMAL 304
98.700 - IJUÍ - RS

CTC

As atividades do mês

O Centro de Treinamento da Cotrijuf continuou, neste mês de setembro, com intensas atividades no que diz respeito ao recebimento de visitas, realização de cursos e de dias-de-campo. Entre técnicos, estudantes e agricultores, estiveram visitando o CTC, até o mês que passou, 2.351 pessoas.

• **Dias de Campo** — Foram realizados dias-de-campo para estudantes formandos do Centro Agrotécnico do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen; para estudantes da Escola Federal Agrotécnica de Concórdia, de Santa Catarina. Também estiveram no CTC, em viagens de estudos, estudantes do 1º Grau da Escola Francisco de Assis e do Curso de Administração de Empresas, da Unijuf. Ainda participaram de um dia-de-campo, estudantes do curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria.

• **Treinamentos e Cursos** — Neste mês aconteceu, nas dependências do CTC, um treinamento para vendedores externos de produtos Cotrijuf.

• **As visitas recebidas no mês**

— Do secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, Ruy Carlos Ostermann;

— Do deputado estadual Hilário Braun;

— Do diretor presidente do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

— DNER

— De técnicos da Fundação de Desenvolvimento e apoio ao Jovem Rural

— Fundajur/RS e dos diretores do Centro de Treinamento da Emater de Encantado;

— Do diretor geral do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, Nádio Antônio Barni. Ele veio acompanhado dos diretores de todas as Estações Experimentais ligadas a Secretaria da Agricultura do Estado;

— Dos coordenadores do Programa Nacional de Fruteiras Temperadas da Embrapa de Pelotas. Finalidade da visita: verificar "in loco", da possibilidade de implantar no CTC, um Pólo Regional de Difusão de Fruteiras Temperadas;

— De gerentes das agências bancárias da região. A visita foi a convite da direção da Cooperativa e fez parte do programa dos 30 anos da Cotrijuf.

— Do Comitê Estadual de Microbacias do Estado. O objetivo dessa visita foi o de analisar a possibilidade de implantar, na região, um projeto piloto de microbacias.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

— De técnicos do Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

A solução para o campo

"O cooperativismo está eletrificando o interior do Brasil. Apesar de estarmos ainda longe do ideal, com apenas 17 por cento das propriedades interioranas eletrificadas, o que tem sido feito é basicamente através da união dos cooperativistas".

A declaração é do presidente da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul, Frederico Bavaresco, para quem as cooperativas têm condições de levar energia a mais de 20 mil propriedades, em curto prazo, se lhes forem dadas condições de trabalhar. O nosso estado é o que possui o maior número de propriedades rurais com energia elétrica de todo Brasil, somando 285 economias. Desse total, 125 são atendidas por cooperativas e as demais 160 mil pela CEEE.

Mas o presidente da Fecoergs reclama do encarecimento dos equipamentos, que se dá principalmente pela qualidade dos materiais empregados, necessários para a própria segurança do investidor. Isso no entanto limita as possibilidades de maior expansão dos serviços, pois fica difícil para o pequeno proprietário arcar com as despesas, explica Bavaresco.

MUITOS BENEFÍCIOS

O presidente da Fecoergs destaca que "o sistema de eletrificação rural do Rio Grande do Sul se notabiliza pelo caráter regional e local montado sobre uma consciência comunitária, que se consolida cada vez mais. As cooperativas empregam diretamente mais de 2.500 funcionários, sendo

que a absoluta maioria são membros da própria comunidade. Há casos em que a cooperativa é a maior empresa local, proporcionando trabalho e dando condições para a permanência do homem em seu próprio meio".

O estado possui hoje 16 cooperativas de eletrificação, beneficiando propriedades em locais distintos e bem diversos, que somente puderam ter acesso a eletrificação graças a união cooperativa. Elas estão distribuídas em 147 municípios através de 45 mil quilômetros de linhas de distribuição.

Essa abrangência foi conquistada praticamente num período de 12 anos, o que comprova a eficiência e agilidade do sistema cooperativo. É importante ressaltar ainda — enfatiza Frederico Bavaresco — que 98 por cento do trabalho desenvolvido pelas cooperativas gaúchas foi feito com recursos próprios dos associados. E esses recursos somam muitos milhões de cruzados. Basta dizer que o custo por quilômetro trifásico, com os equipamentos necessários, está por volta de 200 mil cruzados, se em alta tensão; subindo para 300 mil, se em baixa tensão.

Bavaresco é de opinião que o governo precisa olhar com maior atenção para o campo, se quiser realmente solucionar os grandes problemas nacionais. E nenhuma solução virá sem uma política de eletrificação rural. E aí entram as cooperativas de eletrificação, pois só através do sistema cooperativista comunitário será possível atender a demanda no importante setor, por ser muito mais econômico.

EXPOINTER

A presença da Cotrijuí

A presença da Cotrijuí na 10ª Exposição Internacional de Animais de Esteio, versão 1987, foi bem mais significativa do que nos anos anteriores. Seu novo e amplo estande, localizado em ponto mais centralizado e de grande circulação de público, foi consagrado como verdadeira sala de visita. Marcaram presença ali, além de elevado número de associados, principalmente de Ijuí e de Dom Pedrito, outros cooperativistas, empresários rurais de todo o país e muitas autoridades. Entre estas, destacamos o governador Pedro Simon; o ministro da Justiça, Paulo Brossard; o secretário da agricultura, Jarbas Pires Machado, e diversos parlamentares de todos os partidos políticos.

O primeiro acontecimento de expressão havido no estande da Cotrijuí, e que reuniu cerca de uma centena de interessados, lotando o ambiente, foi o lançamento oficial da vacina contra a "manqueira" ovina, denomi-

nada Foot-Vac, um produto do Irfa. Com a presença do gerente do Irfa, veterinário Carlos Quintana e do criador da vacina, José Carlos Ribeiro, foi projetado um filme documentário sobre o mal da "manqueira".

CHURRASCO COM AUTORIDADES

À noite do dia 5, a Cotrijuí recebeu o governador do Estado, Pedro Simon, e o ministro da Justiça, Paulo Brossard. As autoridades visitantes foram recepcionadas pela direção da Cotrijuí, tendo a frente Oswaldo Olmiro Meotti, Celso Boltvar Sperotto, além de elevado número de diretores e assessores. Destaque para a presença de Ruben Ilgenfritz da Silva.

Totalmente informal e sem qualquer protocolo, o encontro serviu para estreitar ainda mais os laços de amizade entre a Cotrijuí e as citadas autoridades.

Na realidade, o novo estande



O Parque de Exposições Juventino Corrêa de Moura

DOM PEDRITO

Mostra de gado de corte

Outubro é o mês da grande exposição agropecuária de Dom Pedrito, um acontecimento social e econômico de elevada importância para a região da Campanha, Dom Pedrito, como se sabe, possui os melhores campos naturais de todo o país, e esses campos estão cada vez melhores nos últimos anos, pois estão recebendo adicionais de pastagens cultivadas.

O presidente do Sindicato Rural de Dom Pedrito, Suleiman Guimarães Hias, diz com orgulho que "esses bons campos estão lotados com os melhores gados do Brasil na categoria de animais rústicos". Realmente, os produtores pedritenses não têm muitas preocupações com o criatório de cabanha, que são poucas no município. Em compensação, é elevado o criatório de animais selecionados da categoria "rústico", inclusive reprodutores de alta linhagem.

As feiras de novilhos de Dom Pedrito estão se tornando famosas, principalmente pelas ofertas de reprodutores e ventres selecionados criados a campo. Os campos com pastagens melhoradas e a existência de resteva farta nas lavouras colhidas de arroz, sorgo e gramíneas diversas, são a garantia do melhoramento da pecuária pela alimentação farta, diz Suleiman Hias.

O tesoureiro do sindicato, Danúbio Canarim, anuncia as presenças na 45ª Exposição Agropecuária, que se realiza de 20 a 27 de outubro, das seguintes autoridades: governador do Estado, Pedro Simon; ministro da Justiça, Paulo Brossard; secretário de Minas e Energia, deputado Alcides Saldanha; secretário da Agricultura e Abastecimento, Jarbas Pires Machado; presidente do Banco Meridional do Brasil, Carlos Thadeu Viana, que inclusive vai inaugurar a nova sede, reformada, do estabelecimento na cidade; o superintendente do Banco do Brasil na região sul, além das autoridades locais. Para o público, que normalmente comparece ao Parque Juventino Corrêa de Moura, Canarim promete grandes atrações. Entre elas, 300 reprodutores bovinos e 2.000 teimeiros, cavalos crioulos, apaloosa e quarto de milha, produtos agrícolas, maquinário de lavoura e milhares de ovinos e outros animais.



O estande da Cotrijuí no Parque Assis Brasil, em Estelo

da cooperativa no Parque Assis Brasil passa a ser uma presença marcante do cooperativismo na Expointer. Simboli-

zando a força da união, eleva bem alto o nome da Cotrijuí no Parque Internacional de Esteio.

PLANTIO DIRETO É CARO? COM GRAMOCIL NÃO É.



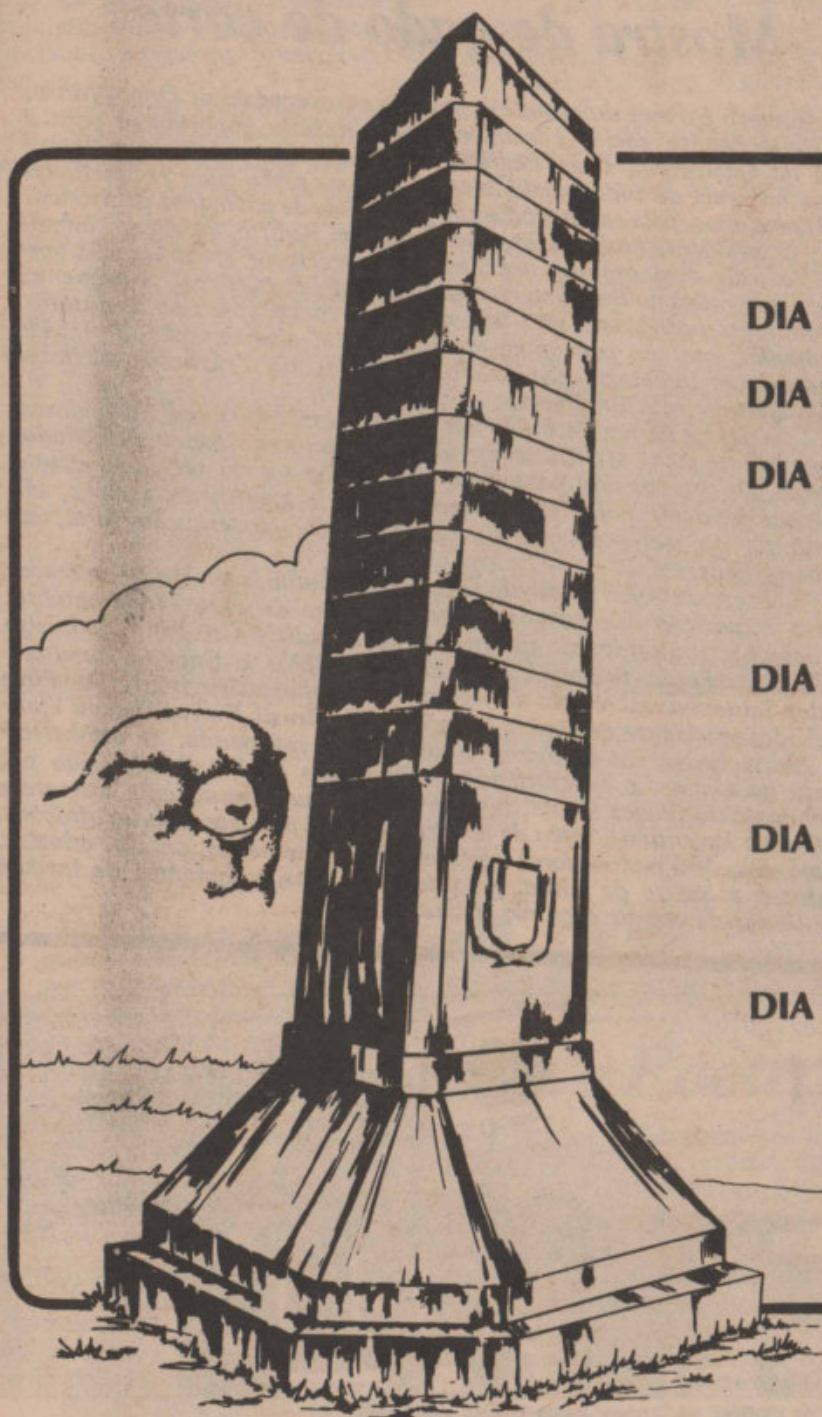
DEFENDA-SE DO MATO



ICI Brasil S.A.
Divisão Agrícola
Rua Verbo Divino, 1356 - CEP-04719
Tel: (011) 525-2322 - São Paulo - SP



54^A EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE DOM PEDRITO



- DIA 20/10 - FEIRA DO TERNEIRO(A) DE DOM PEDRITO
II^ª FETERNAP
- DIA 23/10 - ENTRADA DE ANIMAIS E JULGAMENTOS DE
ADMISSÃO
- DIA 24/10 - 09HS - JULGAMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO
15HS - INÍCIO DOS REMATES - ABERDEEN
ANGUS - STA. GERTRUDIS ZEBUINOS-
HEREFORD
- 18HS - REMATE DE OVINOS
- DIA 25/10 - 10HS - CONTINUAÇÃO DOS JULGAMENTOS
18HS - II REMATE ESPECIALIZADO DE
VENTRES E REPRODUTORES
CRIoulos
- DIA 26/10 - 11HS - INAUGURAÇÃO OFICIAL
14HS - REMATE DA ESTÂNCIA GUATAMBU
E CABANHA ALVORADA (POLLED
HEREFORD)
- DIA 27/10 - 14HS - REMATE DE RAÇAS LEITEIRAS
20HS - REMATE DE CHAROLÉS

PROMOÇÃO: SINDICATO RURAL DE DOM PEDRITO

INFORMAÇÕES: (0532) 43.1378

APOIO:



COTRIJUI 30 ANOS
"A força da união"

CALENDÁRIO

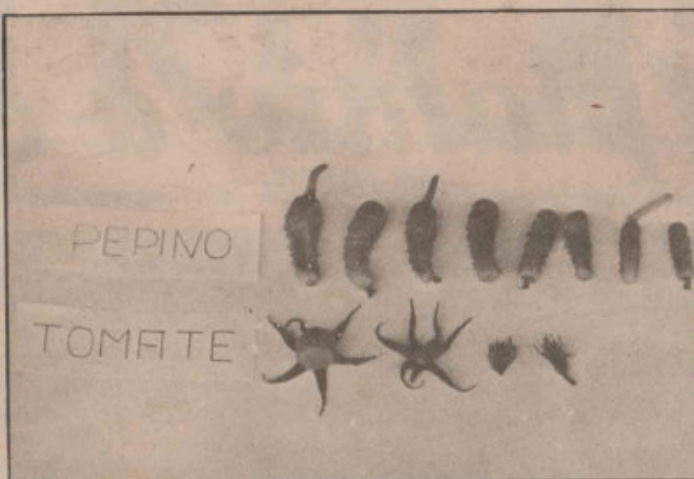
Problemas de polinização

As baixas temperaturas ocorridas no final do mês de agosto e início de setembro provocaram o aparecimento de problemas na polinização e pegamento de frutos nas culturas do tomateiro e do pepino plantados em estufas implantadas na região de Ijuí. Segundo o agrônomo e supervisor da área de olericultura da Cotrijuf na Regional Pioneira, Francisco Salla, o pegamento dos frutos do tomateiro está diretamente relacionado com as temperaturas que ocorreram na época do reflorestamento, "necessitando, portanto, de temperaturas mínimas de 15 graus centígrados para que ocorra a formação do pólen viável e em abundância".

Mais ou menos a mesma situação ocorre com a cultura do pepino. Ele é exigente, assim como as demais plantas da família das cucurbitáceas, em calor, requerendo, portanto, uma

As baixas temperaturas prejudicaram os pepinos e tomates de estufas

temperatura superior a 15 graus centígrados. Todos os problemas que ocorreram, segundo o agrônomo, já eram esperados, pois lembra que os produtores da região realizaram o transplante do tomate e o plantio do pepino, nas estufas, ainda muito no cedo. Tendo em vista que as temperaturas mínimas noturnas, ocorridas no interior das estufas, em uso no Rio Grande do sul, praticamente não diferem em nada daquelas observadas do lado externo, ele recomenda o transplante do tomateiro mais tarde, para que o florescimento ocorra no período em que as temperaturas mínimas estejam ao redor dos 14 graus centígrados. Para



o caso do pepino, recomenda o plantio para a primeira quinzena de setembro. Outro fator que tem chamado a atenção do agrônomo são os problemas referentes a luminosidade e densidade de plantas por área. Diz que são comuns os problemas relacionados ao crescimento demasiado das plantas, apresentando alongamento exagerado da haste. Distanciando muito as influências, que acontecem em decorrência de uma busca forçada, pelas plantas, de maior luminosidade. Nestes casos, o Salla recomenda a retirada das folhas baixas e velhas, o que vai possibilitar uma maior entrada de luz junto aos frutos, antecipando, desta forma, a maturação.

ALHO

Cuidados na colheita

Durante o mês de outubro ocorre a colheita dos alhos precoces plantados na área de atuação da Cotrijuf na região. Ocupando em torno de 15 por cento dos 143 hectares cultivados com alho na região, as recomendações do Francisco Salla ficam por conta de muito cuidado com o ponto da colheita. A colheita só deve ocorrer quando as folhas amarelas e as mais baixas estiverem começando a secar, preferencialmente em dias de sol, pela manhã, alerta. Sendo assim, o produtor tem todo o dia para dar início ao processo de cura ou secagem do produto.

As plantas devem ser arrancadas e dispostas em maços. As folhas dos últimos maços devem servir de proteção aos bulbos, evitando, desta forma, a incidência direta do sol. Após dois ou três dias de cura, o alho deve ser recolhido e armazenado em galpão ventilado. A limpeza do produto para comercialização deverá ocorrer 20 a 30 dias após a colheita. A cura e a limpeza são importantíssimas para a qualidade do produto. "Alhos mal curados, lembra o Salla, perdem valor comercial, o que não é interessante para os produtores".

O projeto cooperado de suínos

Paulo Garcez

A comercialização de suínos na Cotrijuf tem amparo no movimento surgido em 1973, no qual foram estabelecidas as primeiras discussões e questionamentos em torno do modelo produtivo regional. É sabido que a monocultura estabelecida na região, desde que a agricultura passou da fase de subsistência para um modelo mercantilista, tornou-se uma atividade espoliativa, em que os valores reais foram desconsiderados e o lucro foi perseguido como objetivo maior, até que um segmento significativo de produtores ficou sem condições de acompanhar a economia de escala.

Em cima desta problemática surge a idéia de organizar o produtor para que sua produção torne-se diversificada e ele encontre as soluções para os problemas que, sem muita escolha, foi envolvido.

A suinocultura, por fazer parte da história da colonização regional, é retomada pela Cotrijuf como uma opção dentro destas novas alternativas, somente que revestida de uma nova roupagem em que o propósito principal é diminuir o excesso de tecnologia aplicada à atividade através de instalações, insumos e reprodutores e descortinar a perspectiva de um processo produtivo em que a prioridade seja a obtenção de rentabilidade com um tipo de tecnologia menos dependente que a atual.

Com o tipo de produção definido, parte-se para a formação da indústria. Aproveitando o modelo da CCGL - Cooperativa Central Gaúcha de Leite - e também tentando evitar a duplicidade de investimento na área pelas cooperativas espalhadas na região, cria-se a CCGC - Cooperativa Central Gaúcha de Carnes - que seria a responsável pela industrialização e comercialização do produto regional. Durante o período de 1982 a 1984, com a participação de todas as

cooperativas que compunham a Central de Carnes, houve um recebimento de produção razoável, sendo que em 1983 foram entregues 54 mil suínos, perfazendo o maior recebimento até o dia atual pela indústria. A partir de 1984 ocorre a desistência de participação da grande maioria das cooperativas singulares, em virtude principalmente de uma crise mais prolongada na suinocultura e por não haver nenhum vínculo entre as partes envolvidas com o processo produtivo. O recebimento chega ao número inexpressivo de 9.000 cabeças no ano de 1985. E a partir da análise destes números e de uma disposição em articular a atividade de uma maneira mais concreta, a Cotrijuf opta pela formação do Programa Cooperado de Suínos.

O trabalho iniciado na segunda metade de 1986 é uma adaptação do modelo existente dos chamados projetos integrados, somente que usado de uma forma mais flexível dentro do sistema cooperativo. Não se obriga ao cooperado instalações sofisticadas, crédito bancário, nem se proibe o uso de alimentos alternativos. Como fundamentos principais, o Projeto Cooperado de Suínos pretende:

- Dar objetividade à assistência técnica à medida em que a produção animal é acrescida da atividade suínicola. Durante um período significativo o item principal do fomento exercido na área animal foi a pecuária leiteira, e à medida em que se cria um programa específico para suínos, esta atividade começa a absorver parte do tempo disponível do grupo de extensão e fomento. Neste aspecto salientamos as mensagens levadas pelos técnicos no sentido de produzir o suíno no mais baixo custo de produção possível, através da introdução de diferentes práticas de manejo, entre as quais o sistema criatório de suínos em pastagens durante um determinado período, prática esta que está sendo adotada

novamente pelos países mais adiantados e desenvolvidos na suinocultura. A alimentação dos animais integrados ao programa cooperado é assunto de discussão entre o produtor e o técnico à medida que surgem as opções de usar rações balanceadas e concentrados produzidos na Cooperativa; rações elaboradas na propriedade com matéria-prima fornecida pelo programa ou até mesmo o uso de alimentos alternativos como a alfafa, mandioca, cana-de-açúcar, abóbora, etc., fazendo parte de uma ração cientificamente elaborada. A troca de grãos de soja por farelo ou o preço do farelo diferenciado para o quadro social também são benefícios que estimulam a criação animal.

Com relação ao melhoramento zootécnico, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Treinamento da Cotrijuf recuperou de maneira singular uma raça de suínos praticamente em extinção no Brasil. Hoje a raça Wessex e seus cruzamentos tomam-se o suporte do trabalho da equipe técnica à medida em que sua distribuição se dá na forma de estimular a criação do suíno solto e com tecnologia moderada. Também o Programa Cooperado, através de um apêndice denominado matrizeiro, entrosa associados que produzem reprodutores e aqueles que necessitam melhorar seus plantéis através da articulação do repasse desses animais.

- Organizar a produção e comercialização através de controles que oportunizem o conhecimento do recebimento de suínos que estão dentro do projeto dia a dia e mês a mês. Sob a luz desta informação, a indústria está apta para planejar futuros negócios e principalmente organizada para exportação.

- Alcançar o ponto de equilíbrio da indústria, no tocante ao número de animais abatidos versus custo industrial. O número médio de 4.000

animais para abate foi obtido também pela contribuição ao Projeto Cooperado, que hoje representa 40 por cento do abate.

- Segurança ao produtor associado à medida que se praticou sempre o melhor preço médio pago ao produtor e se teve a preocupação para que todos os produtores envolvidos na atividade tivessem uma remuneração justa e que acompanhassem os custos de produção. A prática do projeto em si é feita de uma maneira simples e racional, pois o produtor, após manifestar a vontade de participar do programa, recebe a visita de um técnico que vai verificar se existem condições mínimas para desenvolver a atividade e se aqueles animais que participarão do projeto oferecem potencial para obter um desempenho que possa possibilitar algum resultado ao produtor. Após esta inspeção é feito o projeto técnico com a necessidade de insumos para a terminação dos referidos animais, datas de liberação e provável abate. Hoje possuímos em torno de 750 projetos dentro do programa, com 11 mil suínos inscritos, sendo que a meta é chegar a curto prazo com 1.400 projetos, perfazendo em torno de 24 mil suínos. Esta previsão está alicerçada no potencial existente na região Pioneira, que gira em torno de 160 mil cabeças, oportunizando a perspectiva de avanço, tanto no projeto como no próprio recebimento da cooperativa.

A continuidade da situação de evolução que existe no projeto cooperado está em relação direta com os preços do mercado e a situação atual é de transparente preocupação, pois medidas urgentes devem ser tomadas para evitar possíveis diferenças entre custos e rentabilidade.

O Paulo Garcez é veterinário e gerente da Área de Produção Animal da Cotrijuf na Regional Pioneira.

CUSTOS

Do plantio a colheita

As lavouras de milho e de feijão da região já estão, em sua maioria, em pleno desenvolvimento. As lavouras de soja, no entanto, recém agora começam a ser plantadas, pois o trigo não foi colhido de todo. Quem já andou plantando, sabe de fonte segura que os custos de formação de uma lavoura andam pela hora da morte. Vai ser preciso colher muito bem para tirar todas as despesas da lavoura e assegurar alguma reserva de dinheiro para a sobrevivência da própria propriedade. Aliás, é bom lembrar que o agricultor gaúcho não vive bons momentos. O preço dos insumos — fertilizantes, sementes, adubos —, aliado ao custo do dinheiro pego no banco, está engolindo qualquer margem de lucratividade do produtor, que não encontra outra opção pela frente, a não ser continuar plantando.

Mas para deixar o produtor melhor informado a respeito dos custos de produção, o Lufs Juliani, assistente do Departamento Agrotécnico da Cotrijuf na Regional Pioneira, andou levantando algumas informações e descobriu o quanto o agricultor vai gastar ou até já gastou, no preparo da terra, plantio e colheita da lavoura de verão. Estas informações, justifica o Lufs Juliani, podem muito bem serem utilizadas na hora da negociação entre agricultores para contratação de qualquer um destes serviços. De conhecimento das despesas reais, nenhum dos lados sairá perdendo dinheiro. É claro que estes acordos entre os agricultores nem sempre são tão simples como possam parecer, pois envolvem de um lado, o agricultor que está alugando suas máquinas e seus serviços e não deseja sair em desvantagem. Na outra ponta, fica aquele agricultor que não tem máquinas, e espreita um preço acessível. Mas no final das contas, sempre prevalece o bom senso e ninguém sai no prejuízo.

A tabela ao lado tem a finalidade de simplificar um pouco mais os ajustes de contas entre os agricultores. Com as informações nas mãos, o agricultor vai ter condições, com antecedência, de saber o quanto de dinheiro vai gastar em cada uma das operações e quem sabe, até dar início a sua própria contabilidade. Um negócio controlado de perto é muito mais seguro do que contas espalhadas por todos os lados.

A tabela informa os custos do uso das máquinas nas principais operações agrícolas, desde aração, gradagem, subsolagem, semeadura e adubação, aplicação de herbicida, inseticida, capina, distribuição de calcário e colheita. O levantamento considerou trabalho realizado em um hectare de lavoura, tomando por base, para efeito de cálculos, valores referentes ao mês de agosto/87.

OS COEFICIENTES TÉCNICOS

Para chegar ao valor exato, foi preciso considerar como base, os preços das máquinas em estado novo e equipamentos. Os coeficientes técnicos do levantamento — tempo gasto na realização das operações — foram baseados em trabalhos realizados no Centro de Treinamento da Cotrijuf. Para a fixação dos custos de operações das máquinas — trator e automotriz — foi computado o combustível gasto em cada uma das operações, lubrificantes, conservação e reparos, filtros e depre-



O custo também depende das condições da máquina

CUSTO HORA MÁQUINA

Operação	CUSTOS — Cz\$	
	Por hora	Por ha
Aração	291,61	606,55
Subsolagem	276,00	362,39
Gradagem — pesada	331,76	332,70
Gradagem — leve	358,90	226,25
Semeadura e adubação	450,88	254,75
Aplicação herbicida	425,45	260,04
Aplicação inseticida	301,03	296,96
Capina	286,19	230,60
Distribuição calcário	553,66	357,66
Colheita	1.283,89	1.420,62

Fonte: diretoria agrotécnica

ciação. No caso dos implementos, — arado, subsolador, pulverizador, capinadeira, grade e semeadeira — foi considerado, além da conservação e reparos, as despesas com lubrificantes.

Nos cálculos de conservação e reparos, foi considerado um custo de sete por cento sobre o valor do trator, tamanho médio; 6 por cento sobre a automotriz e seis por cento sobre o valor de cada implemento usado nas operações. O Juliani considerou o trator, automotriz e os implementos como sendo máquinas novas. Não está incluído na formação dos custos o pagamento da mão-de-obra do operador e nem tampouco a lucratividade dos proprietários das máquinas. Esta questão depende sempre de um entendimento entre as duas partes contratantes.

QUANTO CUSTA CADA OPERAÇÃO

A colheita é a operação de custo mais elevado. Só para realizar essa operação final, o agricultor terá de desembolsar, pela colheita de um hectare de soja, que pode ser realizada em 66 minutos, a quantia de Cz\$ 1.420,62. Pelo trabalho de aração, uma operação que não vai gastar mais do que 125 minutos, o gasto final vai ficar em Cz\$ 606,55. Nas operações de gradagem — considerando a pesada e a leve —, serão gastos 95 minutos. As duas vão somar, juntas, uma despesa de Cz\$ 558,95.

A subsolagem é a operação mais demorada, levando em média, 78

minutos. O custo final fecha em Cz\$ 362,39. Na semeadura e adubação, o tempo gasto será de 34 minutos. Como o custo unitário pela realização da operação é de Cz\$ 450,88, o agricultor terá sua despesa reduzida pela metade: Cz\$ 254,75. Nas operações de pulverização — herbicida e inseticida — serão gastos um total de 78 minutos. A aplicação de herbicidas vai gastar 37 minutos, a um custo final de Cz\$ 260,04, enquanto a aplicação de inseticida gasta 41 minutos. O custo final desta operação será de Cz\$ 296,96. É certo que estas despesas até podem ser eliminadas, caso o agricultor prefira optar, em vez do agrotóxico no controle das pragas, pelo uso do controle biológico, comprovadamente eficiente, sem risco para a saúde e de baixo custo. Tudo vai depender do próprio interesse e capricho do agricultor. Na operação capina, o custo final de um hectare de lavoura pode chegar a Cz\$ 230,60. A distribuição de calcário vai sair ao produtor em torno de Cz\$ 357,66.

O Juliani faz um alerta: todas as operações envolvendo o uso das máquinas deve servir apenas como orientação para o produtor. Cada um deve saber como realizar estas operações e com as máquinas que tiver em casa. Ele lembra ainda, que o custo de cada operação pode variar um pouquinho, dependendo de alguns fatores como habilidade do tratorista e condições do solo, da lavoura e das máquinas.

Pela hora da morte

Os custos de plantar uma lavoura andam pela hora da morte. Os preços dos insumos — sementes, fertilizantes, inseticidas — e o custo do dinheiro, são os itens de maior peso na formação de uma lavoura. Só o item custo do dinheiro, depois que o governo viu fracassado o seu tão badalado Plano Cruzado, se elevou em quase 50 por cento do total do custo de formação de uma lavoura. Mas até que lidar com as máquinas — para quem possui maquinário em casa — não está apresentando um peso tão elevado, embora o preço do combustível tenha sofrido, da mesma época para cá, um reajuste acumulado de 325 por cento. O custo de preparar a terra, semear e colher — aqui só foram computadas as despesas com combustível, lubrificantes, filtros, conservação e reparos e depreciação das máquinas e implementos — ficaram abaixo da inflação acumulada no mesmo período.

O item colheita, por exemplo, é a operação que mais exige desembolso de dinheiro do produtor mas, no entanto, é a que teve o menor percentual de crescimento: apenas 48,94 por cento. Isso significa que as despesas com a colheita de um hectare tenha aumentado de Cz\$ 953,78 — de acordo com o levantamento de custos da hora máquina de setembro/86 — para Cz\$ 1.420,62. A operação que realmente ficou cara é a aplicação de inseticidas. Ela teve um acréscimo, em relação ao ano passado, de 248,62 por cento. Pelos dados levantados em setembro de 86, um agricultor necessitaria de Cz\$ 85,18 para aplicar inseticida em um hectare de lavoura. Hoje ele vai necessitar de Cz\$ 296,96.

A distribuição de calcário teve seu custo elevado em 68,36 por cento; a capina em 164 por cento; a aplicação de herbicida em 99,18 por cento; a semeadura e adubação em 128,76 por cento; a gradagem leve em 145,57 por cento e a gradagem pesada em 147,52 por cento; a subsolagem em 143,98 por cento e a aração em 140,90 por cento.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Coordenação Maria Aparecida Pereira Mendes

Os amigos da Primavera

Régis Cardoso

"...quando a PRIMAVERA chega, o colorido das flores e a beleza da natureza resplandece. O SOL, antigo amigo dos moradores da floresta encantada desce todas as manhãs para conversar com as plantinhas faceiras, que enfeitam a paisagem. Para encontrá-lo é só olhar na direção do grande GIRASSOL, lá está ele ao lado da flor de pétalas amarelas e delicado sorriso a comentar as trapaças dos ventinhos TUFÃOZINHO e VENTANIA, que brincando apostam corridas velozes, assustando os cereais do campo, porque não respeitam o limite máximo de velocidade. Para interromper tais peraltices, as nuvens unidas escurecem todo o céu, derrubando uma forte chuva com pingos gelados. Tendo os ventinhos que esconderem-se até que cesse a chuvarada, acabam por desistir da audaciosa competição. O SOL não costuma repreender os dois pestinhas, somente aconselha-os seguidamente a jamais prejudicar alguém com suas travessuras. Na floresta encantada o SOL é o conselheiro chefe, seguido da girassol amarela, carinhosamente chamada de IQUI. Entre eles existe uma relação muito forte de amizade. Os dois acompanham o crescimento da floresta bem antes dos homens construírem suas cidades, naquela época em que eles viajavam pela terra em busca de alimentos, com seus instrumentos e ferramentas primitivas. Os anos passaram e a história evoluiu assim como esses mesmos homens sofreram transformações e modernizaram-se, tanto que agora tentam destruir a mesma floresta que por milhões de anos lhe deu abrigo. Horas e horas IQUI e o SOL discutem sobre os mais variados assuntos, analisando e expondo suas idéias. Mas os homens jamais imaginam o que está acontecendo na floresta encantada, porque a linguagem da natureza só é entendida pelas

peças que amam a vida e o verde, o verde inimitável que torna-se mais radiante e intenso com a presença da charmosa estação das "mil flores e dos novos amores-PRIMAVERA.

Na primavera as grandes árvores e as miúdas graminhas brincam de esconde-esconde, as rosas se perfumam ainda mais para serem admiradas — as rosas são muito vaidosas — não há jardins desfigurados, todos ficam multicoloridos.

Mas chega o dia em que a PRIMAVERA se despede dos habitantes da floresta encantada, porque precisa seguir sua viagem. É

um dia triste, porque a saudade começa a apertar, a saudade não é tão ruim assim, só que ela aperta muito forte às vezes. É nesse dia que o SOL e a IQUI organizam a festa da despedida — uma grande festa onde todos os moradores e suas famílias vêm participar, até os pingos da chuva apertam o nariz para não chorar e molhar todos os convidados presentes. No ano passado a PRIMAVERA foi convidada para batizar o ZUZE, um zangãozinho recém-nascido na colméia da rainha NICE e acabou se atrasando na partida. Nessa festa a PRIMAVERA vai levar o maior susto porque o ZUZE cresceu e já sabe

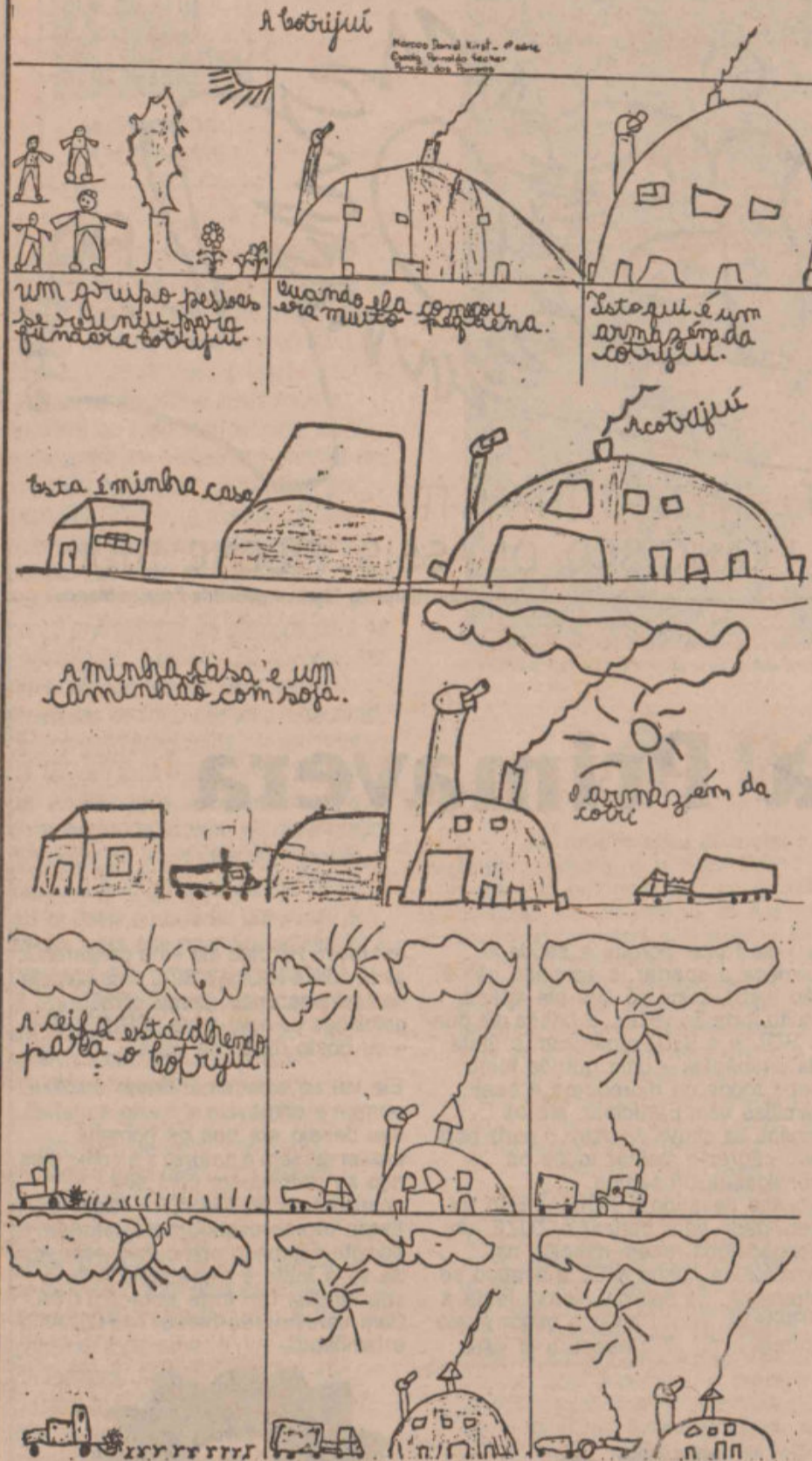
escrever. Há dias ele está preparando junto com a IQUI e o SOL uma flâmula de favinhos onde riscou com galhinhos de erva-mate "PRIMAVERA — eu gosto muito de você".

Ela vai se emocionar, tenho certeza, porque a primavera é muito sensível, seu desejo era que os homens preservassem a natureza e como eles não se preocupam com sua destruição, a PRIMAVERA não é feliz. Estou te escrevendo para reforçar o convite, estimado primo; não esqueça de vir à festa e traga junto toda a sua família. Um forte abraço, TUTA. Com carinho, seu primo TATO-TATU e família..."



Na edição deste mês continuaremos publicando os trabalhos dos leitores sobre os 30 anos da Cotrijuí.

Página do leitor



A COTRIJUI

Há 30 anos passados, um grupo de agricultores, sentindo necessidade, teve a feliz idéia de criar uma cooperativa.

Foi aí que nasceu a Cooperativa Triticola Serrana Ltda., com sede em Ijuí. Através dela eram comercializadas as safras. A Cotrijuí não parou, somente evoluiu, construindo armazéns, silos, secadores, lojas, supermercados, até um enorme Porto em Rio Grande. Hoje, a Cotrijuí conta com três sedes: em Ijuí, em Campo Grande - MS e Dom Pedrito; e dezesseis unidades e treze postos de recebimento espalhados nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Hoje soluciona todos os nossos problemas ou seja, aquisição de sementes, adubos ou inseticidas, assistência às lavouras, produtos veterinários, secagem dos produtos úmidos, até dinheiro nos empresta. A Cotrijuí procura servir o quadro social no que for possível, para isto temos o CTC, onde são feitas muitas experiências e é criação de peixes,

gado, aves, variedades de sementes, forrageiras e alho e outras, etc. Também incentivou na diversificação de lavouras e produção de leite. Ela não esqueceu das nossas mães e irmãs, formando núcleos no interior, dos quais aprenderam muito com palestras, cozinha, costura, tricô, etc. A nossa saúde não ficou para trás, contamos com o Hospital Bom Pastor S/A, com 12 médicos especializados. Também lazer não falta; se não fosse a Colônia de Férias, no Cassino, muitos dos nossos pais não conheceriam praia e nem férias. Temos que ajudar a Cotrijuí, entregando nossos produtos, comparecendo às Assembléias e levando nossas idéias até o representante mais próximo, que levará até nossos dirigentes. Agora, vou esperar ter idade para também poder me associar na Cotrijuí.

Fabricio Pedroni - 4ª série
9 anos - Fundo Alegre
Esc. Mun. de 1º G. Inc. Rocha Pombo
Dario Pedroso - Augusto Pestana

No mês de julho de 1957, em Ijuí, se reuniu um certo número de homens, e foi fundada a Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. Aí começaram a associar muitos agricultores e assim foi progredindo de ano para ano, e assim se expandindo, até se formarem as unidades. Uma dessas é a de Augusto Pestana, fundada em 10 de maio de 1975, onde nós temos um silo graneleiro com capacidade de 33 mil toneladas. Na inauguração esteve o então ministro da agricultura Alysso Paulinelli, e a primeira carga descarregada foi do meu avô e do meu pai. A unidade ainda trabalha com reuniões de núcleos com associados, esposas e filhos. O primeiro núcleo foi o da Ponte do Ijuizinho, Augusto Pestana, e hoje há 21 núcleos.

Marieli Heuser - Escola Municipal de 1º Grau Incompleto
Bertholdo Schmitt - 2ª série
Ponte do Ijuizinho

A COTRIJUI

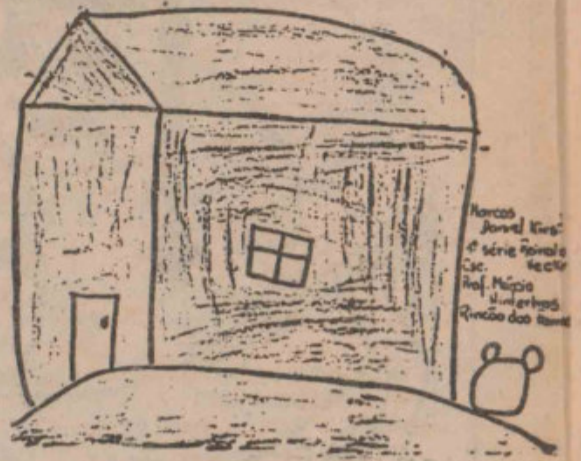
A Cotrijuí foi fundada no dia 20 de julho de 1957. A Cotrijuí, naquela época, tinha poucos associados. Só em Ijuí existia a Cotrijuí. A Cotrijuí só comprava soja e trigo. Depois apareceram o mercado e a loja. Agora compram todos os produtos agrícolas. A Cotrijuí existe em várias cidades gaúchas e no Mato Grosso do Sul. Em Augusto Pestana, iniciou com um mercadinho e lojinha em Rincão dos Müller, porém durou pouco. Depois veio o mercado de Vila Rosário. Mais tarde instalaram-se o armazém e escritório na cidade e por último o mercado e a loja. A Cotrijuí além de comprar produtos agrícolas, tem o Departamento de Comunicação, através do qual realiza reuniões e cursinhos com esposas e filhos de associados. Quando meu pai, senhor Auveri Hartmann, se associou havia 7.557 associados. A Cotrijuí oferece a seus associados o Cotrijournal e também o plano de saúde - assistência médica e odontológica. A Cotrijuí também tem o CTC, onde são feitas experiências para os associados. A união de todos os associados da Cotrijuí faz com que ela cresça cada vez mais.

Parabéns pelos seus 30 anos. Todos eles vividos para o bem dos associados. Juntos seremos cada vez mais fortes.

Avante Cotrijuí.
Elisangela Hartmann - Ponte Branca

A COTRIJUI DE AUGUSTO PESTANA

A Cotrijuí é uma associação de trabalhadores rurais. Antes de existir a Cotrijuí, em Augusto Pestana, tudo era muito difícil, porque eles tinham que levar a soja para Ijuí. Agora, tudo é mais fácil porque tem uma Cotrijuí que fica mais perto para o agricultor vender e comercializar os seus produtos e além disso os preços são mais regulados. Quando a Cotrijuí veio para cá, começaram a vender leite. Os técnicos da Cotrijuí orientam o agricultor no sentido de que, para conservar o solo, deve mantê-lo coberto de vegetações e para evitar a erosão deve fazer terraços, e além dos terraços deve fazer também rotação de cultura. A Cotrijuí realiza, também, reuniões de mulheres e filhos de associados,



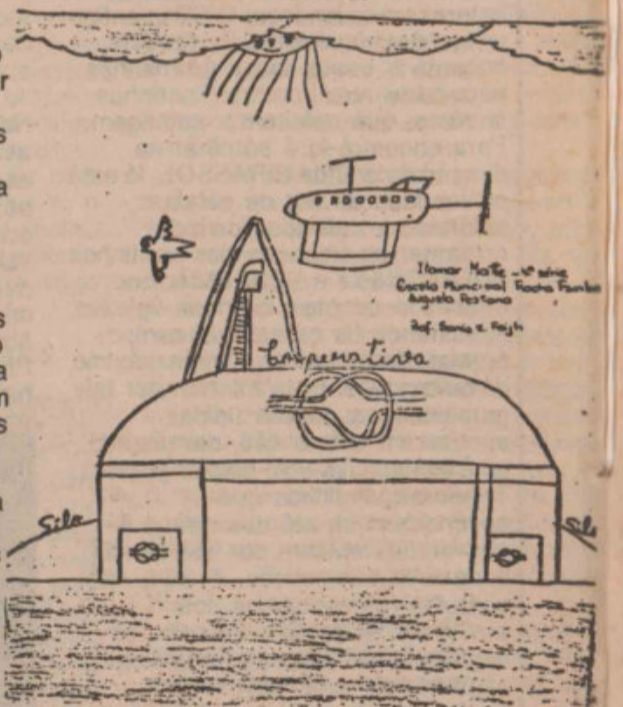
A COOPERATIVA

Os caminhões estão transportando leite, outros rações para a cooperativa e transportam mais outras coisas. As abelhas significam os 30 anos da Cotrijuí.

A Cooperativa é formada por muitos associados que trabalham juntos, ensinando, orientando e informando. A Cooperativa fornece aos seus associados, adubos, sementes e rações. Ela orienta seus associados como plantar e criar animais. Ela possui um armazém para guardar a produção. Possui uma balança para pesar os produtos que são vendidos pelos associados.

Ela também fornece aos seus associados assistência médica, também tem um mercado, uma loja para compras de mercadorias, etc.

Miréia de Brito da Silva
2ª série - Mem de Sá.



e ensina a fazer tricô e crochê. Também existe a Credipel, que é um banco de associados que beneficia principalmente os pequenos agricultores.

No CTC eles criam pintos, ovelhas, gado e peixes, etc. para o benefício de agricultores.

Atualmente está sendo formado o projeto de ações integradas de saúde para atender os associados da Cotrijuí e seus dependentes.

A loja e o mercado da Cotrijuí servem para comprar tudo que o produtor precisa. A participação do associado é importante para tomar decisões dentro da Cotrijuí. É a força e a união de todos que faz o progresso da Cotrijuí.

Marcelo Bernardi - 3ª série - Cambará.

A COTRIJUF

Há 30 anos atrás nascia a Cotrijuf. No dia 20 de julho de 1957, um grupo de empresários agrícolas reuniu-se com o objetivo de promover a defesa dos interesses dos associados. Comprando para isso, em comum, artigos necessários à produção de suas culturas, beneficiando, padronizando e vendendo suas produções bem como facilitando-lhes melhores condições para a produção. Nessa época, segundo denúncias, um grupo de estrangeiros, donos do comércio de trigo e moinhos no Brasil, forçavam a compra do trigo estrangeiro sabotando o cultivo desse produto aqui na Nação. Da mesma forma o cultivo de trigo apresentava muitos problemas e incertezas quanto aos resultados das safras. Não existia local suficiente para armazenamento, isso fazia com que o produtor tivesse que entregar o trigo aos moinhos e receber pelo produto, o preço que lhes oferecessem. Foi neste contexto que surgiu a Cotrijuf. Seu surgimento foi como uma reação a todas essas dificuldades. Inicialmente, sua área de ação limitou-se aos municípios de Ijuí, Três Passos, Tenente Portela e Crissiumal.

Até 1966 a Cotrijuf dedicou-se quase que exclusivamente às atividades de armazenagem e comercialização do trigo e da soja de seus associados. Nos primeiros anos o desenvolvimento dessa cooperativa esteve condicionada à produção dessas duas culturas.

Em 1966, a Cotrijuf sofreu uma crise, pois não conseguiu cumprir com alguns compromissos de exportação de soja. Porém o ponto crucial da crise foi quando o Banco do Brasil constatou uma irregularidade na comercialização do trigo. Esse motivo levou renúncia da diretoria e a eleição de uma nova.

No período de 66/67 e 77/78, houve um aumento de 384% no quadro social da Cotrijuf. Seu quadro associativo era composto por diferentes grupos de produtores, mas todos tinham um mesmo objetivo, ou seja, a obtenção de melhores preços para seus produtos através da comercialização cooperativa.

Mais tarde, a Cotrijuf incorporou outras cooperativas, na zona de pecuária do nosso Estado (D. Pedrito) e no Estado do Mato grosso do Sul. Essa incorporação significou a integração entre lavoura e pecuária, sendo esse o marco inicial da diversificação no campo de suas atividades.

A criação da Cotrijuf marcou, sem dúvida, uma presença marcante na vida de todos nós, associados ou não associados, moradores da cidade ou do interior. Todos estamos direta ou indiretamente influenciados por essa organização cooperativa.

Nesse trabalho que realizamos sobre a Cotrijuf, nos seus trinta anos, procuramos ver como alguns agricultores associados estão vendo o trabalho dessa cooperativa. Entre os entrevistados, alguns disseram que a Cotrijuf está atuando da melhor forma possível, mas todos foram unânimes em afirmar que os preços dos produtos poderiam ser melhorados e também os descontos deveriam ser menores.

Sabemos que ao longo dos seus trinta anos essa cooperativa vem enfrentando dificuldades para continuar existindo, mas apesar disso a Cotrijuf deverá continuar lutando para defender os interesses dos produtores e que afligem o nosso país, tais como: fome, marginalização, destruição da natureza, etc... Ela poderá fazer isso, através da auto-ajuda, da participação dos associados na busca de empregos, da produção de alimentos e a melhoria do desenvolvimento rural e urbano, contribuindo com isso para que haja uma sociedade mais justa, onde todos possam viver dignamente e não apenas vegetar sobre a terra.

BIBLIOGRAFIA: Apostila: A Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. - Cotrijuf. Revista: Cooperativismo, Fundação de Informação, Técnica e Estatística n° 1, 1982 Educação, Convênio Cotrijuf - FIDENE, março 84 Apostila: Cooperativismo quer recuperar ideologia, Cleci Dezordi - 7ª série - Rosário

COMEMORAÇÃO DOS 30 ANOS DA COTRIJUF

A decisão de fundar uma Cooperativa Triticola em Ijuí foi de um grupo relativamente restrito de granjeiros. O projeto amadureceu na roda de chimarrão que se formava todos os dias na casa veterinária Elmers, em Ijuí. Nestas reuniões nos finais de manhã, compunha praticamente o grupo pioneiro em lavouras mecanizadas de Ijuí.

A Assembléia para a constituição de uma Cooperativa Triticola realizou-se no dia 20 de julho de 1957 na sede do Clube Ijuí na cidade de Ijuí. A participação foi muito fraca, mesmo assim as pessoas presentes fundaram a Cooperativa Triticola Serrana Ltda., congregando os plantadores de trigo do município de Ijuí, Três Passos, Tenente Portela e Crissiumal.

O número de associados diretos da Cotrijuf entre 1957 e fins de 1962 passou de 60 para 1.720. Enquanto isso o recebimento da produção oscilou bastante, acompanhando os altos e baixos, verificados nas safras do período.

Assim, já no primeiro ano a Cotrijuf comercializou 4.295 toneladas de



trigo, tendo sido o ano de 1962 o de melhor desempenho, com 12.862 toneladas após ter passado por sucessivas frustrações nos anos anteriores.

No que se refere a soja, a cooperativa de lá se ocupou já no segundo ano de sua fundação comercializando 843 toneladas. Em 1960 recebia o maior volume do período, 12.729 toneladas, para cair a 2.500 toneladas em 1963. As oscilações no recebimento de soja devem-se tanto a problemas como desvio de produção, resultado das ativas campanhas de comerciantes e exportadores contra a atuação das cooperativas neste setor. De modo geral, o volume total de produção recebido não foi proporcional ao crescimento do número de associados. Deve-se isto as más safras do trigo e da desconfiança inicial de muitos agricultores, principalmente a dos pequenos frente a nossa Cooperativa. Nesta época a Cooperativa precisava afirmar-se não só frente aos granjeiros, mas também frente aos pequenos agricultores de trigo e de soja. Precisava demonstrar-lhes a sua capacidade comercial. Isto significava ter que enfrentar em igualdade de condições o comércio tradicional pagando-se melhores preços, mas pelo menos em melhores condições.

Conseguiram introduzir melhores técnicas em suas lavouras, aumentando tanto a produção de trigo quanto a de soja. Acontece que se a soja poderia ser comercializada sem problemas com o comerciante privado, com o trigo já não acontece o mesmo, pois o estado distribua crescentes responsabilidades ao sistema cooperativo, de tal forma que pouco a pouco ele passou a exercer o monopólio da intermediação entre

os agricultores e os moinhos e entre os agricultores e o Banco do Brasil mais tarde (1962). Esta situação contribuirá sem dúvida para que muitos pequenos agricultores se filiassem a Cotrijuf. Por parte do estado os apelos feitos para que os agricultores se associassem tinha a ver com a sua política de disciplinar a comercialização do trigo e influir de forma mais eficaz sobre o sistema de produção no sentido de alterar seu perfil técnico. Para tanto o serviço de expansão do trigo fornecia outros tipos de apoio aos pequenos produtores, através da cooperativa. Como exemplo, pode-se citar o empréstimo de máquinas automotrizes.

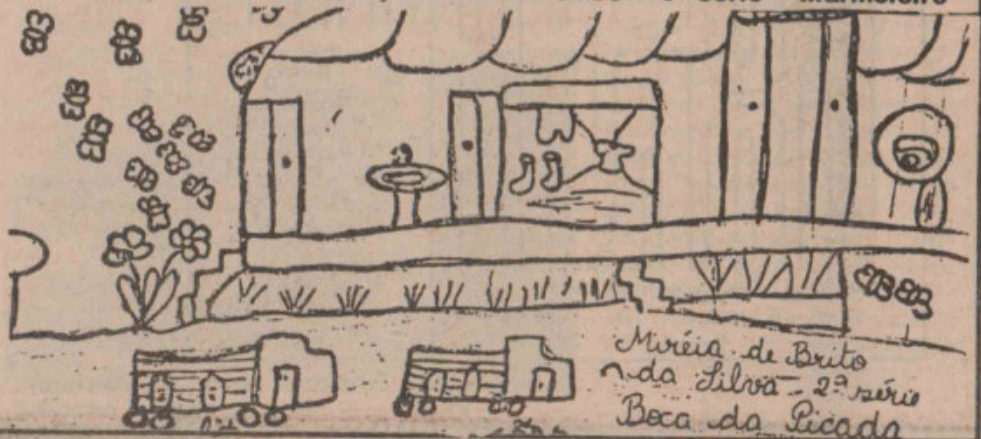
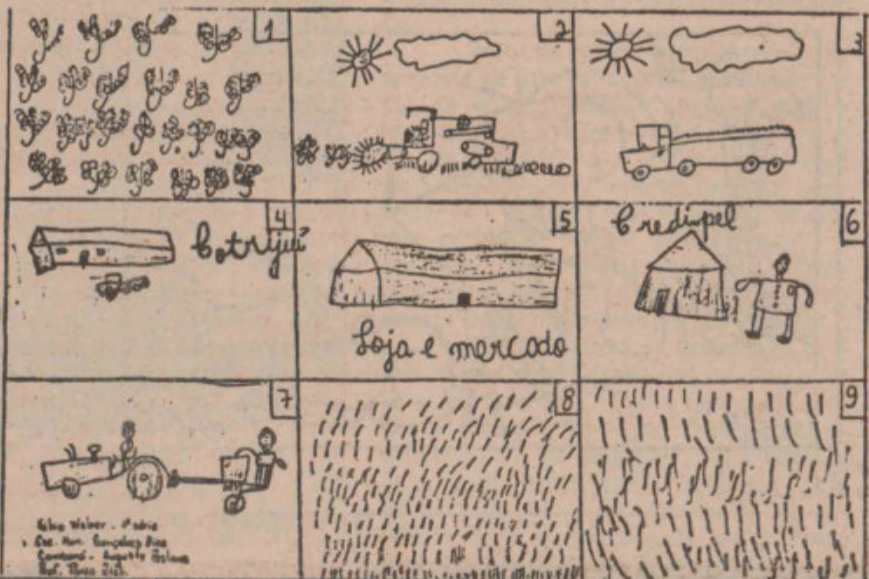
Na reunião do conselho de administração da Cotrijuf de 10 de setembro de 1959 foi decidido a solicitação de 20 máquinas automotrizes, marca EMAG, com as quais fariam patrulhas mecanizadas para auxiliar na colheita, principalmente dos pequenos produtores. Na medida que a instituição crescia, diversificando suas atividades comerciais e industriais, a própria estrutura administrativa sofreu alterações. Devido a isto, foram criados serviços de apoio, entre os quais se destaca o serviço de processamento de dados por computação eletrônica. Neste período a Cotrijuf tentou enfrentar a problemática do minifúndio na região pioneira. Tal esforço contribuiu para que ela acabasse assumindo um projeto de colonização na Amazônia, condicionada, também, pela política do governo federal no sentido de colonizar as margens da Rodovia Transamazônica.

No que concerne a ida da Cotrijuf para Dom Pedrito, os resultados foram altamente positivos. Embora nem tudo tenha ocorrido como previsto, este foi um investimento altamente válido para a Cotrijuf.

A idéia da incorporação da Cooperativa Pedritense de Produtores Agro-Pastoris Ltda., teve suas origens mais do lado da incorporadora que da incorporada. O projeto de fabricação de óleo vegetal foi aprovado na assembléia geral de 13 de janeiro de 1961. Na mesma ocasião a diretoria foi autorizada a adquirir um terreno de 10.000m², junto ao antigo armazém da Cotrin pela importância de Cr\$ 33.000.000 bem como de contratar um financiamento de até Cr\$ 900.000.000.

Este empréstimo foi conseguido junto ao Banco do Brasil S.A. após infrutíferas gestões junto ao BNDE. Para realizar a instalação da fábrica foi contratada a firma Técnica Indústria Ltda. de São Paulo. A Cotrijuf atualmente compra, além de soja e trigo, abóboras, alhos, etc. . . A luta do cooperativismo continua para que haja cada vez uma maior união entre as pessoas através de reflexões e de ações.

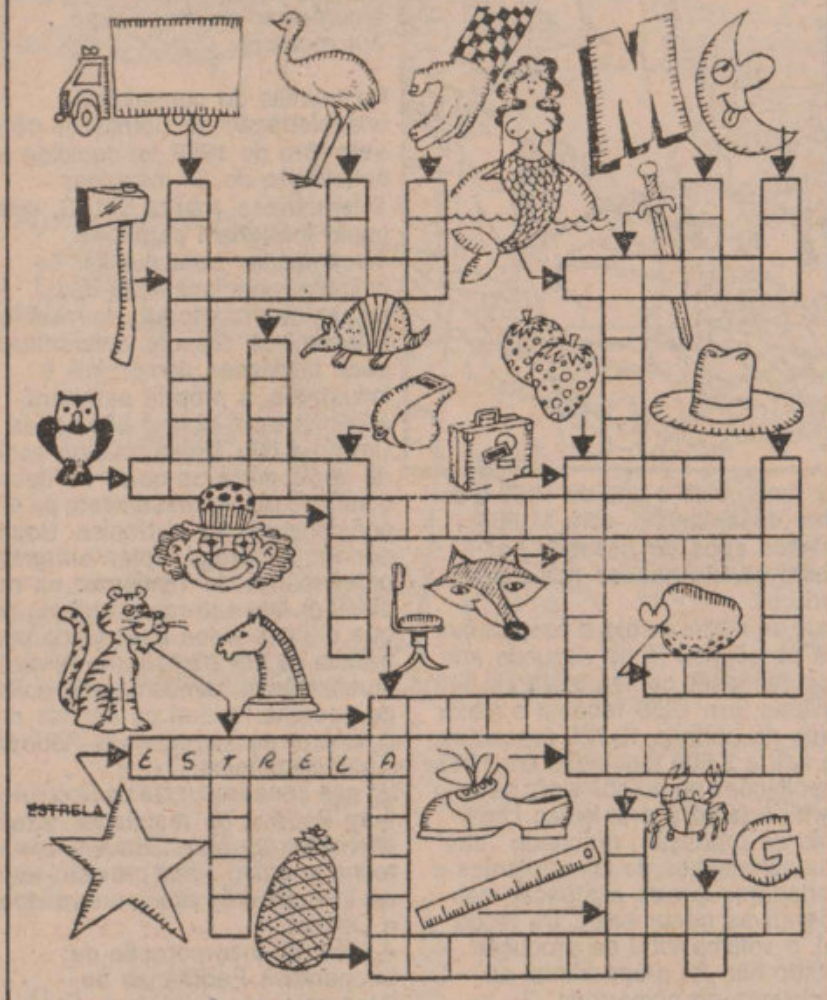
Celso Ramos - Escola Rocha Pombo - 5ª série - Marmeleiro



Passatempo

Figuras diretas

Escreva o nome de cada figura na direção indicada pela seta.
Um nome já está escrito como exemplo.



CADA UM DOS OBJETOS ABAIXO TEM RELAÇÃO COM UM OUTRO. VAMOS FORMAR OS PARES?



CEBOLINHA, ANIMADO COM A DANÇA, NÃO PERCEBEU QUE HAVIA SE DISTANCIADO MUITO DA COMPANHEIRA. VAMOS AJUDÁ-LOS A SE UNIREM NOVAMENTE?



JOGO DOS 7 ERROS

